

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Geografia - DG

**PARQUE M'BOI MIRIM: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO
PROGRAMA CÓRREGO LIMPO NA DINÂMICA ESPACIAL**

Orientador: Prof.: Dr. Ricardo Mendes Antas Junior
Wesley Matos Cruz

São Paulo
2021

WESLEY MATOS CRUZ

**PARQUE M'BOI MIRIM: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO
PROGRAMA Córrego Limpo NA DINÂMICA ESPACIAL**

Monografia realizada para a disciplina
FLG0499 - Trabalho de Graduação
Individual em Geografia II, apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia Letras e Ciências Humanas -
FFLCH/USP, São Paulo, como parte do
cumprimento dos créditos.

São Paulo
2021

A minha mãe, Lucia Matos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de vivenciar e superar esses cinco incríveis anos da graduação.

Não posso deixar de mencionar aquelas pessoas e organizações que de algum modo colaboraram para a construção do profissional e pessoa que sou até então.

A minha família: Lucia, José, Flávia, Lucélia, Luciana, Felipe, Letícia, Mirela e Nick (in memorian);

Orientador: Ricardo Mendes Antas Junior;

Escolas e organizações: Paulo Esdras, CNEC Júlia Jorge, Colégio 21 de Abril, EMEF Theodomiro Monteiro do Amaral, E.E Carolina Cintra da Silveira, Esporte Cidadão (Embu), Projeto Criar e Tocar, Objetivo, Semana de Geografia, Cursinho Popular Edson Luís, Cursinho da Fundação Getúlio Vargas, Paróquia São Gerardo Majella e Paróquia Nossa Senhora do Carmo;

Professores que me inspiram na escolha do curso: Vicente André Ferrer Furtado e Antônio Ferreira de Carvalho Júnior;

A todos professoras e profissionais da pesquisa e educação, em especial aos professores e técnicos da FE e da FFLCH;

Amigos de longa data e os que fiz na academia: Adriano, Altair, Augusto, Andrea, Anna Rebeca e família, Bernardes, Brendon, Breno, Bruno, Bruno Lopes, Carolina, Daiane, Dijavan, Dona Alcides e Seu Onofre (in memorian), Dona Elisabeth (in memorian) e João Emanuel, Edmilson (Dinho), Elivaldo, Estenio, Fernanda e Tiago, Gabriel, *G.*, Gustavo, Igor e família, Isaac, Jandeson, Joseniltom, Lucas, Luciano, Macley, Marcos Jorge, Maria Beatriz, Morgan, Nayara, Pe. Everardo, Pe. Félix, Ramon, Rodrigo Matheus (in memorian), Silas, Thais e Wagner;

E um agradecimento em especial a Ramilton Moreira, pela seus conselhos e disposição, que me ajudaram a imergir na área de estudo;

Por fim, agradeço aos profissionais e moradores que foram receptivos e colaboraram para a obtenção dos depoimentos e dados que compuseram esta pesquisa.

“A devastação causada pela intervenção do conhecimento é igualmente a pedra fundamental de uma nova linguagem existencial, uma superação de si - o saber.”

Julio R. Groppa Aquino

Resumo

Este estudo apresenta as percepções dos habitantes das imediações do córrego do parque M'Boi Mirim, na zona Sul de São Paulo, sobre as alterações espaciais ocasionadas após a aplicação do Programa Córrego Limpo, em 2017, de forma a averiguar a ocorrência da atuação, estabelecida pelo plano de ação do Programa, que atribui à população o papel de promover ações de monitoramento e conservação do córrego. Utilizando o método Lefebvrino, regressivo-progressivo, partimos por conhecer a formação do espaço e a origem do Programa Córrego Limpo (regressivo); para então observar e colher relatos sobre a atual situação do Programa aplicado ao córrego do estudo (percebido); e a partir das observações realizadas, refletir sobre causalidade da interseção e percepção habitantes-córrego (progressivo).

Palavras-chave: Programa Córrego Limpo; Dinâmica espacial; Governança Colaborativa; Participação social; Jardim Ângela; Sabesp.

Abstract

This study presents the perceptions of the inhabitants of the nearby m'boi mirim park stream, in the South zone of São Paulo, about the spatial changes caused after the application of the Córrego Limpo Program in 2017, in order to verify the occurrence of the action, established by the Program's action plan, which attributes to the population the role of promoting actions for monitor and conservation of the stream. Using the Regressive-progressive Lefebvian method. We started by knowing the formation of the area and the origin of the Córrego Limpo Program (regressive); to then observe and gather reports about the current situation of the Program applied to the study stream (perceived); and from the observations we made, reflect on causality of the intersection and perception inhabitants-stream (progressive).

Key words: Córrego Limpo Program; Spatial dynamics, Collaborative governance; Social participation; Jardim Ângela; Sabesp.

Lista de Figuras

Figura 1 - Clube as margens da Represa do Guarapiranga, 1936	14
Figura 2 - Entrada principal da ocupação Vila Nova Palestina	27
Figura 3 - Vista interna da ocupação Vila Nova Palestina	28
Figura 4 - Linha do Tempo das etapas do Projeto Tietê	41
Figura 5 - Responsabilidades da Sabesp e da PMSP na realização do Programa Córrego Limpo	45
Figura 6 - Organograma do Programa Córrego Limpo	46
Figura 7 - Entrada do parque M'Boi Mirim	52
Figura 8 - Coletores de esgoto em residências vizinhas ao parque	52
Figura 9 - Lixo, espuma e vegetação alta indiciam o atraso na manutenção no córrego do Parque M'Boi Mirim	56
Figura 10 - Escada hidráulica no Parque M'Boi Mirim	56
Figura 11 - Placa de indicação da aplicação do PCL no córrego no córrego do parque M'Boi Mirim	57

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização da Área de Estudo	50
Mapa 2 - Imagem de Satélite da Área de Estudo	51

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Domicílios segundo a condição de ocupação no município de São Paulo (%)	16
Tabela 2 - População recenseada: Município de São Paulo, Subprefeitura e Distritos	21
Tabela 3 - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos no Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil (2000 e 2018)	23
Tabela 4 - 10 distritos com maior proporção de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios (%)	24
Tabela 5 - Comparativo entre Idade Média ao Morrer, Renda Média Familiar, Total de Domicílios e Domicílios com mais de 3 moradores, do Município de São Paulo e os bairros Jardim Paulista, Jardim Ângela e Jardim São Luís	25
Tabela 6 - Indicadores de atuação da SABESP (2020)	39
Tabela 7 - Conhece o córrego/lago presente no parque?.....	58

Tabela 8 - Qual situação julga que o córrego/lago se encontra?	58
Tabela 9 - Sabe se ocorreu alguma obra para recuperá-lo?	58
Tabela 10 - Conhece algum projeto do parque que convida a população a preservar ou melhorar as condições ambientais do córrego/lago?	59
Tabela 11 - Acha que a população se preocupa com a questão ambiental?	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO E A OCUPAÇÃO DO M'BOI MIRIM E JARDIM ÂNGELA	11
1.1. Urbanização paulistana: elementos distintivos/específicos	12
1.2. A Situação do M'Boi Mirim e do Jardim Ângela no contexto da urbanização	20
1.2.1. Impactos econômicos na subprefeitura do M'Boi Mirim	23
1.2.2. Reinvidicações	25
2. PROGRAMA Córrego Limpo: Precedentes e Aplicações	30
2.1. Consequências da urbanização sobre os rios paulistanos.....	31
2.2. Dispositivos legais e Programas Institucionais	33
2.2.1. Busca pela reversão dos danos	33
2.2.2. Dispositivos legais relacionados ao saneamento	35
2.2.3. Os impactos dessas mudanças em São Paulo	36
2.2.4. Programas Institucionais implementados pela Sabesp na cidade de São Paulo	39
3. O PROGRAMA Córrego Limpo e a Relação com a População do Entorno do Córrego do Parque M'Boi Mirim	49
3.1. Área de estudo e aplicação	50
3.2. Percepção e envolvimento da população	57
3.3. Posicionamento das instituições	61
3.3.1. Administração	61
3.3.2. Sabesp	64
3.4. Conclusões	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

O Programa Córrego Limpo - PCL, é uma iniciativa que visa devolver aos córregos da cidade de São Paulo, as boas condições que um dia tiveram. O Programa teve seu esboço em 2007, após a atuação da Sabesp frente a recuperação do córrego Carandiru, na zona Norte de São Paulo. Tendo em vista a possibilidade de ampliar essa ação para os outros córregos, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Sabesp firmaram uma parceria, que inclui um terceiro agente, a população, responsável por monitorar e promover a preservação do curso hídrico.

A área de estudo que recebeu o PCL ao qual esse trabalho irá se debruçar, está localizado no distrito do Jardim Ângela, na zona Sul de São Paulo. Esta escolha se deu em função da diversidade de elementos presentes no fragmento selecionado (parque, comércio e habitações de padrões econômicos variados). Fatores como, tempo e gastos para a locomoção também foram levados em consideração, assim como pesquisas precedentes para complementar o material deste estudo.

O presente trabalho visa investigar qual a percepção da população residente nas imediações do córrego do Parque M'Boi Mirim, a fim de detectar eventuais impactos ocasionados, bem como se a sua atuação corresponde ao que é estipulado no Plano de Ação do PCL. Para tanto, será apresentada a formação e as características do local escolhido para a análise; a origem e estrutura do PCL; entrevistas com os agentes que estiveram presentes na época em que o programa foi implantado, bem como a percepção dos moradores do entorno e trabalhadores do parque.

O objetivo buscado nesta monografia foi o de compreender se, naquela área eleita para nossa análise do Distrito do Jardim Ângela, a política de recuperação do córrego apresenta êxito dentro do que foi estipulado inicialmente no projeto desta política pública.

Capítulo _____

1 2 3

***O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO
E A OCUPAÇÃO DE M'BOI MIRIM E JARDIM ÂNGELA***

1. Urbanização paulistana: elementos distintivos / específicos

O processo de urbanização da cidade de São Paulo teve seu destaque a partir das últimas décadas do século XIX. Impulsionado pela economia dos cafeicultores, que investiam na indústria como alternativa de em períodos de crise econômica, assim como dirigiram esforços nesse sentido após o declínio da exportação do café (MAMIGONIAN, 1976). Porém, é preciso destacar também a importante presença de imigrantes empreendedores que vieram para a cidade e investiram na produção industrial. O nome de Matarazzo é um símbolo desse processo, mas foram vários de diferentes nacionalidades que compuseram esse movimento (DEAN, 1971)

Caio Prado Junior (1998), em *A Cidade de São Paulo*, considera a instalação da ferrovia e as configurações geográficas (centro natural do planalto e a oferta hídrica) como elementos catalisadores do processo de industrialização da cidade. Pois foram esses fatores, que segundo o autor, permitiram que São Paulo fosse beneficiada ao estar localizada estrategicamente entre o escoamento da produção interiorana e o porto de Santos.

Assim, ao longo das décadas do século XX, foram sendo formados os bairros residenciais da alta classe e outros de classes mais populares e médias como: Água Branca, Barra Funda, Belenzinho; que eram ocupados por operários, que em maior número habitavam residências localizadas em vilas construídas por empresários, mas não somente já que havia iniciativas familiares para construção de suas casas, ou em cômodos compartilhados, os denominados cortiços (SILVA, 2016). A oferta de casas era menor do que a demanda dos trabalhadores que, por sua vez, buscavam outras alternativas como a ocupação das áreas de várzeas, opção mais barata devido as condições de constantes inundações (COELHO, 2017).

Os investimentos crescentes de capitais na indústria paulistana e os efeitos consequentes desse processo, atraíram uma gama cada vez maior de mão-de-obra composta por ex-escravos e imigrantes europeus, impulsionados pela crescente diversidade de estabelecimentos que surgiam.

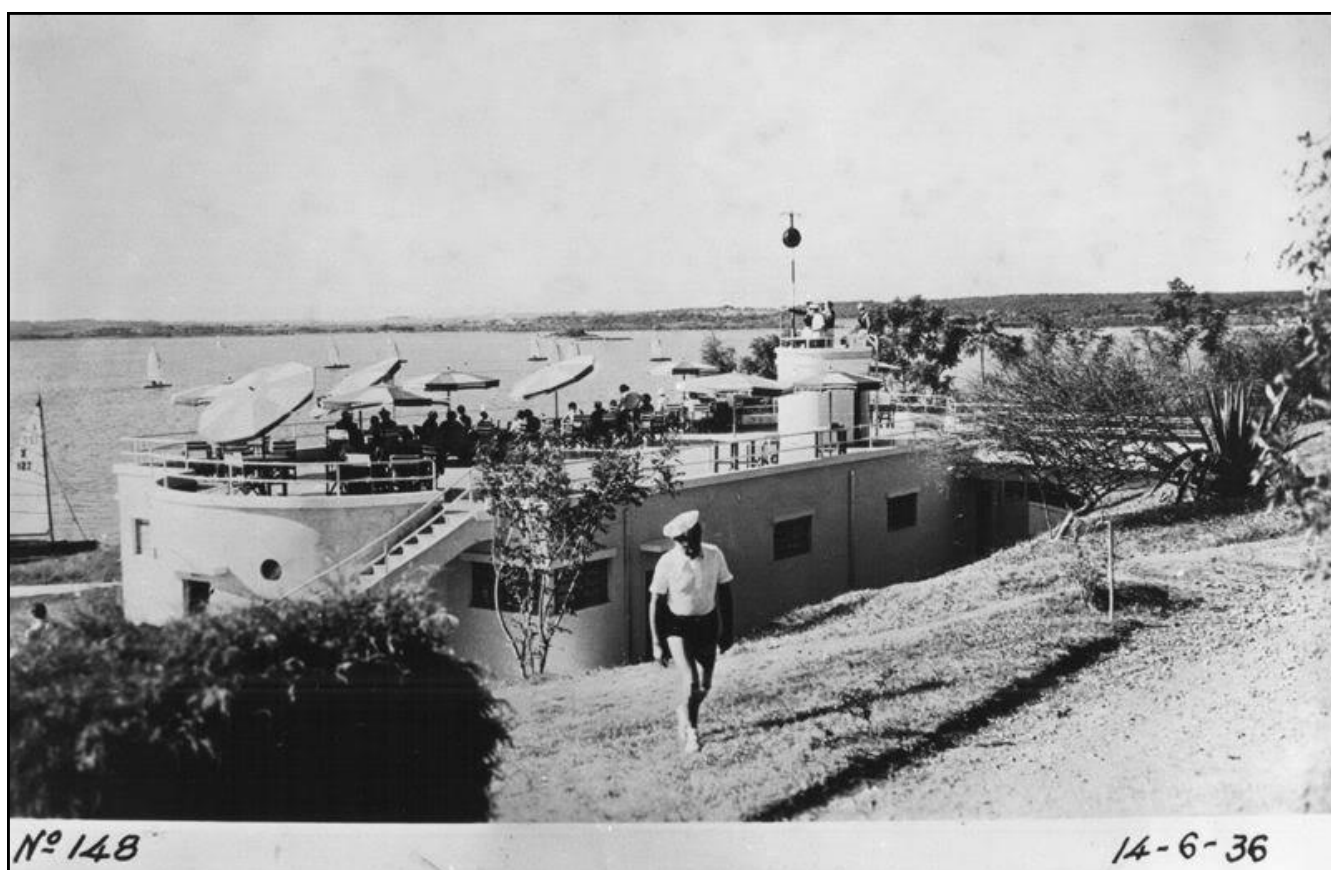
Os novos trabalhadores, responsáveis agora por sua sobrevivência com o dinheiro dos salários, tiveram que procurar nos mercados urbanos os gêneros para o seu abastecimento, como também a sua moradia. Para essa população recém-emancipada da escravidão, as cidades representavam também o lugar e o símbolo de novas oportunidades advindas com a consolidação das novas relações de trabalho (SCARLATO, 1995, p. 425)

Santo Amaro, que anteriormente era um município vizinho de São Paulo, detinha destaque por sua relação com a capital. Originalmente formado por imigrantes alemães, a convite de Dom Pedro, em 1829, para constituir uma colônia agrícola de abastecimento de São Paulo. Os europeus passaram a abastecer São Paulo com a extração e produção de: madeira, areia, batata, milho, entre outros insumos. Essa ligação comercial favoreceu a construção da linha de bondes a vapor entre os municípios, em 1886 (PMSP, 2019b). Importante ressaltar para esta monografia que em Santo Amaro estava a região de M'Boi Mirim.

Na transição para o século XX, ocorre a construção da represa do Guarapiranga, pela multinacional Light and Power Company, para produção de energia (1909) e posterior distribuição de água (1928), complementado posteriormente pela represa Billings (1927), para geração de energia do sistema Henry Borden. O contexto ligado a modernização, impulsionou mudanças significativas para adaptar a cidade ao novo cenário. Para tanto, era necessário a criação de meios que assegurassem as condições de produção capitalista (WHATELY et al., 2009).

Em 1935, Santo Amaro seria anexado como bairro no município de São Paulo. Simultaneamente, para aumentar ainda mais o potencial gerador de energia, foi realizada a retificação e reversão do Rio Pinheiros e retificação e represamento do rio Grande (Jurubatuba), projeto da represa Billings, cuja inundação ocorreu em 1927. Nessa época a urbanização ainda estava distante da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga, mas **a permissão para Light canalizar o Pinheiros e sanear as terras de sua várzea, iria proporcionar a expansão da ocupação urbana na direção sul. Entre 1925 e 1940 a potencialidade de uso da represa para recreação aumentou com a abertura de estradas e um conjunto de projetos ambiciosos e lucrativos**, como a elaboração e implantação de um conjunto de intervenções que ficaram conhecidas como “Projeto Interlagos”: abertura das Avenidas Washington Luís (1928) e Interlagos, construção do Aeroporto de Congonhas e a implantação do loteamento “Cidade Satélite de Interlagos”, compreendendo hotel, igreja e autódromo, em áreas destinadas para uso residencial, comercial e industrial, ancorados na ideia de construção de um balneário urbano à beira da represa, explorando seu potencial recreativo (WHATELY et al, 2009, p. 35, Grifo nosso).

Fig. 1 - Clube as margens da Represa do Guarapiranga, 1936.



Fonte: Acervo São Paulo In Foco, 2020

Na década de 1930, São Paulo foi constituindo um novo arranjo espacial. A industrialização nacional se intensifica. O espraiamento em direção à zona Sul modificou a função residencial do agora bairro de Santo Amaro, que foi incorporando o caráter industrial. Em grande parte, isso ocorreu em função do modelo rodoviário, adotado pela gestão do engenheiro e prefeito Prestes Maia, em 1938. Em virtude disso, as vias passaram a ligar o centro as áreas mais afastadas, que receberam novas fábricas, principalmente a partir dos anos 1950, quando o mundo enfrentava o período pós-guerra e buscava nos países em desenvolvimento um novo mercado capaz de oferecer condições para a instalação das indústrias e exportação das mercadorias, fato esse, impulsionado pelo plano de metas adotado pelo governo do então presidente Juscelino Kubitschek. Sua política visava atrair investimentos e empresas estrangeiras ao país, com isso, viu-se a necessidade de atualizar a infraestrutura nacional para cumprir esse propósito.

Até aquele momento podemos observar que a capital paulista buscou atender com prioridade as condições necessárias para a atração das indústrias. Sua localização geográfica privilegiada, a construção de geradores de energia, a oferta de mão-de-obra e a estruturação em rodovias; são elementos importantes, mas que não são direcionados ao

bem-estar e condicionamento da população que ali se instalava. Esta, que por sua vez foi responsável por tornar possível o desenvolvimento da metrópole, não recebeu o mesmo amparo do Estado, e mesmo quando recebiam o aporte das políticas, elas eram usadas como estratégia de fomento ao capital, na intenção de manter as condições básicas para a reprodução da força de trabalho.

[...] as grandes corporações vinculadas com as atividades da indústria pesada que se instalam no país gozavam de condições espetaculares para a reprodução dos seus capitais. Deparam-se com uma realidade marcada pela presença de uma grande oferta de força de trabalho barata e sempre sobrando, a presença de um mercado consumidor significativo, um Estado pouco preocupado em proteger e amparar a classe dos trabalhadores através da imposição de leis trabalhistas e de políticas sociais compensatórias (como por exemplo a habitação popular), mas que pelo contrário, sempre abafou qualquer tentativa de manifestação popular e procurou oferecer as condições de infraestruturas e medidas fiscais para o grande capital internacionalizado [...] (BERTOLOTTI, 2010, p. 150)

Com exponencial crescimento, a população direciona sua instalação para as áreas mais afastadas do centro. Silva (2016) atribui as consequências desse processo a dois eventos: a lei do inquilinato e a mudança no modelo de transporte. Sobre a lei do inquilinato, de 1942,

[...] tinha a função de regulamentar os aluguéis e para isso os congelava. Isso aparentemente favorecia os trabalhadores, mas acabou por desestimular a construção de moradias para locação e fez com que existisse uma grande crise por habitação especialmente na cidade de São Paulo [...] (SILVA, 2016, p.33).

A alta procura associada a baixa demanda em consequência da redução das construções de novos imóveis fizeram com que os preços das habitações se elevassem, gerando uma onda de despejo e repelindo a população de menor renda das áreas centrais. A tabela 1 apresenta a queda da ocupação de imóveis alugados e o crescimento e ultrapassagem pelos imóveis próprios. Efeitos atribuídos a Lei.

Tab. 1 - Domicílios segundo a condição de ocupação no município de São Paulo (%)

Condição de ocupação	1920	1940	1950	1970	1991	2000
Alugados	79%	67%	58%	38%	28,75%	21,6%
Próprios	19%	25%	37%	54%	63,57%	69,4% ¹
Outros ²	2%	7%	5%	8%	7,68%	9%

1. Abrange imóveis próprios quitados e em aquisição. 2. Abrange domicílios cedidos e outras formas de acesso. Fontes: para 1920, Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, apud Bonduki, (1998); para 1940, 1950 e 1970, IBGE, apud Bonduki (1998); para 1991 e 2000, censo IBGE. Extraído de Whately, 2009.

Com a alto custo e menor oferta de moradias no centro e nas proximidades, a população começa a buscar alternativas na compra de lotes mais baratos, dando início a formação das periferias. É daí que a mudança do modelo de transporte contribuiu para estender a mancha urbana a outros pontos, pois a implementação das avenidas e vias secundárias em comparação as linhas de bondes eram mais baratas, sendo assim, sua instalação ocorreu de forma intensa e a valorizar as terras que as margeiam.

Esse modelo de transporte foi um dos fatores decisivos para a formação da enorme periferia paulistana. Ele contribuiu muito para reforçar o processo de especulação imobiliária, uma vez que poderia atender às pessoas em áreas cada vez mais distantes, permitindo que grandes glebas de terra ficassem apenas à espera de melhor oportunidade para a valorização, favorecendo os vazios nas cidades, acentuando, assim, a especulação imobiliária, com isso a cidade começa a alcançar as áreas das represas Billings e Guarapiranga, que haviam sido construídas nas primeiras décadas do século XX (SILVA, 2016, p. 36).

Em virtude da crise habitacional que se arrasta desde a transição do século. A classe trabalhadora vê-se obrigada a buscar casas de aluguel em regiões mais baratas. Há ainda os que adquiriam terrenos e construíram as suas próprias casas com a colaboração dos vizinhos, amigos e familiares. Neste momento, o trabalhador se submete a extensão da sua jornada de trabalho. A autoconstrução do seu imóvel estende-se durante as noites e os fins de semana, ocorrendo até mesmo situações em que o trabalhador busca abrigo nas casas ainda em construção, convivendo com a fome e a precariedade da infraestrutura sanitária e energética (BRANT, 1989).

O apeço pela casa própria ocorre em razão da segurança e bem estar que a mesma representa, gera uma economia para a família ao excluir os gastos com aluguel e constitui-se como um bem de alto valor que se valoriza em favor do proprietário (BONDUKI, 1986). Sendo assim, muitas famílias tomaram a casa própria como um objetivo de vida.

[...] até meados dos anos 1960, as principais iniciativas para resolver os problemas habitacionais haviam se resumido em alternativas próprias dos

trabalhadores como o pagamento de aluguéis nos cortiços no centro da cidade, a ocupação periférica, e por parte estatal aos IAPs e Fundação Casa Popular, além da via privada dos aluguéis, e das vilas operárias, que datavam do início do século e não supriram a demanda por habitação social como se fazia necessária (SILVA, 2016, p. 45).

Assim é constituído a formação periférica na cidade paulistana. Tendo como protagonista para as soluções dos problemas habitacionais o próprio trabalhador. Houveram tentativas de aporte por parte da iniciativa privada e do governo, entretanto, a produção de unidades não acompanhou a demanda das pessoas que precisavam de moradias, como bem cita Silva, no trecho acima.

Por volta dos anos 1970, a periferia passa pelo crescente processo de favelização. Resultado da redução do poder econômico, da elevação dos valores dos loteamentos e do constante crescimento populacional. A segregação espacial fica evidente, a população passa a construir seus abrigos em zonas impróprias, suscetíveis a deslizamentos e inundações. Há uma reprodução mais arriscada e pior do modelo de autoconstrução em loteamentos precários (SILVA, 2016).

Os prejuízos decorrentes dessa organização do espaço, especialmente a agressão ao ambiente, afetam toda a população, mas atingem em maior intensidade os mais pobres. A segregação espacial acaba criando zonas de elite onde o impacto do caos urbano e do desrespeito à ecologia é menor. A desordenada expansão dos loteamentos clandestinos na periferia e das favelas tornou a cidade ainda mais difícil de administrar. Entre as novas zonas parceladas e a estrutura viária da cidade a articulação inexistente ou é deficiente. Os recursos públicos necessários para corrigir ou remediar a desordem urbana tornam-se insuficientes diante da demanda crescente de serviços (BRANT, 1989, p. 95).

As ocupações das favelas em áreas de mananciais tornam a ganhar repercussão, principalmente na zona Sul, região onde estão localizadas a represa Billings e Guarapiranga. É atribuído à população como a principal fonte causadora da queda da qualidade da água. Em 1975, é promulgada a Lei 898/75, que tenta impor restrições às ocupações e uso de solo nas áreas de mananciais. De acordo com Whately et al.:

As leis estaduais foram criadas para a proteção dos mananciais após a constatação da utilização de praticamente toda a disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica do Alto Tietê, a importação de águas da bacia do Rio Piracicaba e a necessidade de ordenamento do crescimento urbano. Essas leis consideravam a ocupação urbana da bacia como principal fator para a má qualidade da água e para evitar a ocupação e preservar o ambiente, ora restringiam totalmente novas ocupações, ora propunham ocupações pouco adensadas, com grandes áreas permeáveis (2009, p. 41).

As normas buscavam punir e culpabilizar as pessoas que moravam nas áreas de proteção. Não havia alternativas que intercedessem pela causa habitacional das classes

menos favorecidas. Por fim, a Lei não inibiu a instalação de habitações nas áreas protegidas, como explica Brant:

A Zona Sul da região metropolitana, onde há grande concentração de empregos, está em grande parte incluída na zona de proteção defendida pela Lei 898/75. A elevação do preço da terra pela enorme demanda existente na região e a legislação que impede a abertura de novos loteamentos e conjuntos habitacionais abaixo da linha dos mananciais expulsaram os mais pobres. Eles continuam dependentes dos empregos existentes. Assim a expansão das favelas continua a ocorrer na área que deveria ser preservada (1989, p. 94).

Silva (2016), questiona a separação das causas ambientais e urbanas. Pois medidas como a Lei de Proteção de Mananciais tem como foco solucionar a degradação das águas, mas não questiona a razão deste problema;

Em discursos oficiais, **as verdadeiras causas que levam a ocupações das áreas de proteção de mananciais são omitidas, como a expulsão dos pobres das regiões mais valorizadas da cidade devido ao alto preço dos imóveis e dos aluguéis, a dificuldade ao longo da história das políticas habitacionais incorporarem as parcelas mais pobres da população em programas oficiais de governo, além do tratamento dado pela mídia em geral a esse assunto da ocupação das áreas de proteção de mananciais, que, em vez de ajudar a promover um amplo debate público, suscitam o ódio contra os moradores dessas áreas**, sempre usando da mesma retórica de que o problema da poluição é causado pelo esgoto que é jogado na represa devido a ligações clandestinas das pessoas que invadem os terrenos e constroem moradias ilegais nas áreas de proteção aos mananciais (SILVA, 2016, p. 57, Grifo nosso).

A segregação ocasionada pelo intenso e mal planejado processo de urbanização, impactou vários segmentos, como o meio ambiente, a saúde e o transporte. Trataremos algumas dessas consequências na área de estudo mais adiante.

Nas duas últimas décadas do século XX, a cidade passou pelo processo de desconcentração industrial. A bibliografia especializada nesta questão atribui, como mostra Santos (1994) ao crescimento dos valores do metro quadrado para a instalação de novas empresas e nos custos para manutenção das já existentes, somados a isso, estão os problemas relacionados a mobilidade e a oferta deficitária dos serviços públicos. Tal processo gera influência sobre o preço dos produtos, podendo comprometer a produção e os lucros das empresas.

A alternativa encontrada para superar esses empecilhos foi o deslocamento para as cidades de pequeno e médio porte do interior (LENCIONI, 2013). Isso não significa que São Paulo perdeu a centralidade das funções econômicas, pois detém um amplo mercado

consumidor e uma infraestrutura já instalada que permite a conexão entre os territórios recém-industrializados.

Nessa reterritorialização da metrópole, a primazia da cidade de São Paulo se afirma através das atividades de serviço de ordem superior e da concentração de trabalho imaterial, constituindo-se no centro de uma ampla rede de fluxos. Por isso mesmo é que sua desindustrialização não faz da cidade uma área de depressão econômica, como alguns modelos clássicos poderiam sugerir; ao contrário, sua reterritorialização, que amplia a mancha metropolitana, significa uma nova industrialização do interior e uma redefinição de sua primazia no contexto nacional. Por todo espaço do entorno metropolitano a concentração da rede de fluxos difunde o dinamismo da metrópole consagrando a eficácia da concentração (LENCIONI, 2011, p. 39).

Já para a população, os impactos da desconcentração das indústrias foram outros:

Em termos econômicos isso significou mais desemprego especialmente na Zona Sul, que concentrava grande número de indústrias nesse período, e em termos espaciais um aumento maior nas ocupações nas periferias e nas zonas rurais, devido mais ao fator de empobrecimento da população com desemprego (SILVA, 2016, p. 49).

Outro elemento que colaborou para o crescimento do desemprego está relacionado a modernização do processo produtivo. A adesão de máquinas que suprimiram o uso da mão-de-obra em massa, reduziu os postos de trabalho no setor secundário e elevou o número de trabalhadores no mercado terciário e na informalidade. A cidade passa a transitar do capital industrial para o capital financeiro. A produção do espaço que outrora favorecia a instalação das indústrias, agora passa a se adequar para receber o mercado acionário e de serviços. As grandes corporações voltam a sua atuação na mercantilização e valorização dos espaços urbanos (CARLOS, 2008).

Mas as transformações visando a reprodução continuada se realizam reproduzindo o espaço urbano paulistano com consequências significativas para a prática sócio-espacial impostas pelo processo de valorização/ desvalorização dos lugares. O que quero dizer é que as políticas urbanas sinalizam a construção de São Paulo como “cidade dos negócios” dirigindo o investimento para a construção de uma infraestrutura que atende as necessidades de expansão do eixo empresarial da metrópole – caracterizada pela construção de novos edifícios (muitos chamados de “edifícios inteligentes”) voltados às atividades econômicas “modernas” (setor de serviços altamente especializados como informática, consultorias, design, bancário, etc.) em uma área antes ocupada por residenciais e fortemente edificada (CARLOS, 2007, p. 17).

Aqui, destacamos novamente a prioridade dada ao capital, que por sua vez induz as condições de espoliação as classes menos favorecidas, pois os investimentos são direcionados para fornecer as boas condições das empresas, em detrimento das áreas

menos favorecidas, que sofrem com a infraestrutura precária, herdada dos momentos anteriores e que passam por notáveis momentos de renovação.

No item a seguir conheceremos o distrito e a subprefeitura que compreende a área de estudo. É possível identificar as consequências da formação histórica de São Paulo sobre essa região.

1.2. A Situação do M'Boi Mirim e do Jardim Ângela no contexto da urbanização

M'Boi Mirim enfrentou diretamente as etapas descritas no item anterior. A partir de 1950, a região tem o seu caráter rural e recreativo ofuscado pela urbanização. O uso da terra antes influenciado pela proximidade da represa, que favorecia a realização de atividades de descanso e lazer, passou a ser ocupada em razão da proximidade com polo industrial de Santo Amaro, pelos preços acessíveis das glebas e pela instalação das vias de transporte.

Por volta da década de 50, porém, a região do M'Boi Mirim inicia um processo de ocupação muito mais intenso. Ele começou com o desmembramento dos antigos sítios e chácaras em lotes. No auge do processo industrial, diversas vilas começaram a surgir na zona sul. Eram, na maioria, moradias dos operários que estavam chegando de vários estados e do interior paulista para trabalhar nas fábricas que se instalaram em Santo Amaro. Eles foram chegando lentamente até a grande explosão que aconteceu a partir do fim da década de 60, quando a ocupação tornou-se desordenada, inclusive em áreas de preservação, como na região dos mananciais. (PMSP, 2019b)

O adensamento populacional pode ser observado na tabela a seguir, onde é possível identificar que a partir da década de 1960, tanto o município quando os distritos tem um considerável crescimento, resultado do fluxo imigratório das demais unidades da federação.

Tab. 2 - População recenseada: Município de São Paulo, Subprefeitura e Distritos

Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020*
MSP	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503	11.869.660
M'Boi Mirim	10.902	30.754	121.141	271.214	382.657	484.966	563.305	631.925
Jardim Ângela	4.325	12.199	48.052	107.580	178.373	245.805	295.434	338.265
Jardim S. Luís	6.578	18.555	73.089	163.634	204.284	239.161	267.871	293.660

*Fontes: IBGE: Censos Demográficos; *Sistema Seade de Projeções Populacionais (baseado em dados do Censo 2010).*

Mesmo com as políticas progressistas da época, as demais regiões do país não evoluíram como os estados do sudeste, com destaque para São Paulo, estado que mais captou investimentos, graças as condições aqui instaladas.

Conforme assevera Maria N. G. Coelho, Santo Amaro

[...] ainda como cidade, desde o início do século XX vinha se aparelhando, juntamente com a capital, com os “serviços essenciais, a infraestrutura tal como o fornecimento de energia elétrica em escala, extensão dos serviços de fornecimento de água, de gás encanado, de transportes com os bondes elétricos e posteriormente com ônibus (COELHO, 2008, p. 23).

Esse aparelhamento garantiu que o atual bairro da capital fosse polo de atração dos trabalhadores, culminando com a instalação da periferia.

A ocupação periférica da região é marcada pela autoconstrução. A desigualdade e a segregação espacial foram se constituindo nos bairros vizinhos a Santo Amaro, como Socorro, Jardim São Luís e Jardim Ângela. Enquanto em Santo Amaro são criados estabelecimentos comerciais e industriais, instituições públicas de ensino e de capacitação técnica; nos bairros a margem leste do rio Pinheiros, são encontradas algumas unidades fabris, porém, a realidade social se difere com a maior ocorrência de habitações localizadas em assentamentos precários, com infraestrutura deficitária (COELHO, 2017).

É contraditório observar que a cidade vivencia um momento de acelerado crescimento econômico e de forma paralela também tem seus índices de pobreza sendo acentuados. Santos (1990) e Silva (2016), relatam que o desenvolvimento da cidade é direcionado prioritariamente aos interesses empresariais. A manutenção desses interesses ocorre em detrimento aos direitos dos menos favorecidos, sendo os mesmos explorados para suprir essa manutenção. Aqueles que possuem condições de arcar com os custos impostos pelo mercado, podem usufruir dos melhores serviços e mercadorias.

Quando os capitais do ramo imobiliário atuam de forma a aumentar os preços dos imóveis nas regiões que possuem melhor infraestrutura, como o caso de Santo Amaro, expulsa para áreas periféricas a população de classe mais pobre, sendo ela exposta às situações espoliativas, como: a ausência de creches e escolas; falta de equipamentos culturais e de lazer; iluminação pública e atendimento sanitário precários; maior custos e tempo de locomoção; além dos riscos ambientais como inundações e deslizamentos. Aqui menciono novamente que o Estado atua de forma a priorizar o condicionamento das empresas, e a aplicação de medidas sociais, por vezes ocorre de forma lenta e em razão de interesses políticos ou após protestos realizados por movimentos formados pela própria população.

Hoje, o desenvolvimento da cidade sob a globalização não abre oportunidades de nível e nem as condições necessárias para abrigar a sua população com dignidade. Trata-se de um desenvolvimento com novas formas de produção, mais espoliativas e de caráter menos integrador em que a melhoria da condição urbana conseguida, ao contrário do que seria desejável, torna a cidade ainda mais excludente. Nesse sentido, o recente crescimento da cidade de São Paulo tem significado não só a perpetuação das antigas diferenças socioespaciais, mas também sob uma nova lógica imobiliária, que tem levado à intensificação e à hegemonia de formas de produção imobiliária que mais reforçam a desigualdade e a segregação (PEREIRA; SAMAPAI, 2003, p. 180).

Nas décadas de 1980 e 1990, a dispersão das indústrias para o interior, marca a reconfiguração no mundo do trabalho. Com a redução da oferta de emprego nas fábricas, cresce o número de trabalhadores no setor terciário, fenômeno que vem acirrando nas últimas décadas (tabela 3). Essa alteração gerou uma onda de desemprego na cidade de São Paulo¹, pois as mudanças na centralidade econômica da cidade para o setor terciário não foi capaz de absorver a alta demanda de trabalhadores existentes, estes, que por sua vez, passaram a se direcionar para mercado precário da informalidade, pois a concorrência e as exigências técnicas para ocupar as vagas no novo setor desestimulavam a procura pelos postos (COELHO, 2017).

¹ No início da década de 90, o desemprego atingia 10,8% da população de São Paulo, chegando a 16,1% nos anos 2000. Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/trabalho/index.php?p=260362>

Tab. 3 - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos no Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil (2000 e 2018)

Distrito	Comércio		Serviços		Indústria de Transformação		Construção Civil	
	*Estab.	Empr.	*Estab.	Empr.	*Estab.	Empr.	*Estab.	Empr.
MSP (2000)	65.372	493.263	83.000	1.209.111	23.856	460.475	5.195	146.680
MSP (2018)	93.475	872.621	137.271	2.639.371	23.502	390.123	8.779	216.270
Santo Amaro (2000)	3.744	37.897	4.634	85.990	1.053	48.763	303	13.580
Santo Amaro (2018)	4.298	55.933	7.254	181.347	833	25.158	382	12.371
M'Boi Mirim (2000)	861	6.250	641	18.634	247	5.006	115	2.084
M'Boi Mirim (2018)	1.871	13.812	1.549	37.981	270	3.622	289	2.889

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Elaboração: SMDU/Geoinfo.

* Estabelecimentos formais com empregos

1.2.1. Impactos econômicos na subprefeitura do M'Boi Mirim

O distrito do Jardim Ângela, na zona Sul de São Paulo, é um exemplo da atuação perversa do mercado e da questionável presença do setor público.

Juntos, Jardim São Luís e o Jardim Ângela compõem a subprefeitura do M'Boi Mirim. De acordo com a pesquisa realizada pela Rede Nossa São Paulo, o Jardim Ângela é o terceiro distrito que mais aparece entre os indicadores negativos na pesquisa anual de desigualdade.²

Dentre os maus resultados nos indicadores, o distrito apresenta uma alta porcentagem de moradores que necessitam do transporte público para a locomoção até o trabalho ou outras atividades^{3,4}, mas a oferta disponível na região é inferior aos distritos localizados nas áreas mais centrais. Outro indicador negativo relacionado ao transporte, envolve o tempo médio das viagens ao trabalho, tornando o Jardim Ângela o sexto distrito com maior tempo de locomoção, com 1 hora e 23 minutos em média.⁵

² A íntegra da pesquisa pode ser acessada através do link: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf>

³ O principal destino de seus residentes é a própria subprefeitura, seguido pela subprefeitura de Santo Amaro (PMSP, 2019a);

⁴ Viagens pelo modal coletivo são predominantes (52,1%), seguido pelo modo a pé (33,6%) e modais individuais (14,2%) (PMSP, 2019a).

⁵ Nos anexos podem ser consultados os dados aqui mencionados, bem como outros indicadores do Mapa da Desigualdade.

Além dos problemas relacionados a oferta de transporte, o distrito conta com um elevado número de domicílios em assentamentos informais, as denominadas favelas (tabela 4). Sendo superado apenas pelo Jardim São Luís, distrito que pertence a mesma subprefeitura.

Tab. 4 - 10 distritos com maior proporção de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios (%)

Distrito	valor
Jardim São Luís	69,5
Jardim Ângela	53,9
Vila Andrade	34,7
Jaçanã	31,4
Vila Prudente	26,0
Brasilândia	25,8
Sacomã	24,3
Campo Limpo	22,4
Capão Redondo	21,9
Rio Pequeno	20,8
Média do município: 9,7	

Fonte: Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2020)

Essas habitações, construídas por vezes em terrenos irregulares, oferecem riscos as pessoas que lá vivem, pois estão suscetíveis a deslizamentos em épocas de chuva.

O amparo insuficiente das políticas públicas merece ressalva, haja vista que a qualidade de vida da população, obtidas através das políticas ligadas as ações de capacitação e instrução para o mercado de trabalho, educação ambiental, cuidados preventivos etc., refletem na idade média de mortalidade⁶ e na renda da população. De acordo com o Mapa da Desigualdade (2020), os moradores do Jardim Paulista, bairro nobre da capital, em 2019, apresentam mortalidade com a idade média de 81,5 anos, enquanto a pior média está localizada no Jardim Ângela, com 58,3 anos, ou seja, 23,2 anos de diferença. Os dois distritos aparecem em situações opostas quanto a renda média familiar.

⁶ Este indicador utiliza dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao passado, representando a realidade atual do território. Vale ressaltar que é diferente do indicador “Expectativa de vida”, que é uma estimativa projetada do número médio de anos que a população de um local (ou um recorte dessa população) deve viver, caso sejam mantidas as mesmas condições de vida vivenciadas no momento do nascimento. (Mapa da Desigualdade/ Rede Nossa São Paulo, 2020)

Enquanto famílias do Jardim Paulista tem orçamento médio mensal de R\$ 9.327,12, no Jardim Ângela esse valor cai para R\$ 2.813,27, o que reforça a manutenção da desigualdade no acesso a produtos e serviços, dentre as inúmeras realidades presentes no município⁷. Há ainda que se considerar que a renda “per capita” das famílias que vivem nos bairros como o Jardim Ângela, gira em torno de um salário mínimo, pois nesse cenário mais da metade dos moradores dividem suas habitações com mais de três pessoas (tabela 5).

Tab. 5 - Comparativo entre Idade Média ao Morrer, Renda Média Familiar, Total de Domicílios e Domicílios com mais de 3 moradores, do Município de São Paulo e os bairros Jardim Paulista, Jardim Ângela e Jardim São Luís

Distrito	Idade Média ao Morrer¹	Renda Média Familiar Mensal¹	Total de domicílios²	Domicílios com mais de 3 Moradores²	Domicílios com mais de 3 Moradores (%)
MSP	68,0	R\$ 4.718,33	3.608.581	2.216.394	61,4
Jardim Paulista	81,5	R\$ 9.327,12	39.900	13.292	33,3
Jardim Ângela	58,3	R\$ 2.813,27	86.963	60.769	69,9
Jardim São Luís	62,9	R\$ 3.115,08	82.748	54.699	66,1

Fonte: 1. Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2020): Idade Média ao Morrer e Renda Média Mensal; 2. SMDU/Dipro: Domicílios segundo Número de Moradores. (Dados: Censo 2010)

1.2.2. Reinvidicações

O desgaste enfrentado pela poluição periférica não ocorre de forma passiva. Os movimentos sociais surgem por iniciativa da própria população, que compartilham dos mesmos problemas (insegurança, falta de renda, transporte deficitário, moradia precária, entre outros) e almejam através da articulação entre os pares reivindicar melhorias as condições de vida.

Alguns movimentos de destaque na cidade de São Paulo foram: o Clube das Mães, organização formada por senhoras da igreja católica, na zona Sul, que reivindicavam a construção de escolas e postos de saúde, além das reivindicações, realizavam mutirões de solidariedade que distribuía alimentos e roupas para a população; os movimentos sindicais, formado por operários, suas pautas estavam relacionadas a melhores condições de trabalho, aumento dos salários etc. As greves por eles organizadas eram a principal ação que lhes garantiam êxito em suas lutas; e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, esse último detém forte atuação ainda hoje na área de estudo, sua atividade está relacionada a

⁷ O jornal Estado de São Paulo, realizou em 2016 o levantamento dos vinte distritos que melhor e pior se classificam no quesito IDH. Jardim Ângela apareceu na 4ª posição entre os piores distritos, com 0,750. Para ter acesso a lista, acesse: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,idh-os-20-melhores-e-os-20-piores-distritos-de-sao-paulo,24925>

reivindicação por moradia digna à população vítima da espoliação histórica aqui já mencionada.

Segundo consta em seu site oficial, o MTST tem como principal objetivo a luta contra o capital e atua de forma a organizar marchas e ocupações de terras urbanas, em vias de pressionar o Estado a atender as demandas pela reforma urbana:

O MTST luta por moradia, é um movimento de sem-tetos. O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente — o sem teto — também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades (MTST, [s/d]).

Na área de estudo, o Movimento chegou em novembro 2013, ocupando parte da propriedade pertencente a Nelson e Roberto Roschel.

O terreno escolhido tem um milhão de metros quadrados, segundo fontes ligadas ao MTST. No entanto, por tratar-se de um trecho do cordão verde da represa Guarapiranga, e enquadrar-se como Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável⁸, somente 10% do espaço poderiam ser utilizados para moradia (PORTO et. al, 2015).

Até então, o terreno era destinado a construção de um parque ecológico, através do Decreto de Utilidade Pública (DUP) 51.713/2010, do prefeito Gilberto Kassab (PSD). E todo e qualquer imóvel particular situado na área sofreria desapropriação. Em janeiro e fevereiro de 2014, sob gestão do prefeito petista, Fernando Haddad, o MTST organiza manifestações, em vistas de buscar: a revogar da DUP, a transformar o terreno da ocupação em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)⁹ e o aporte assistencialista do Estado para os moradores da periferia.

Após diversas manifestações do MTST, em novembro de 2014 o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, alterou o decreto de 2010 para permitir a construção de 3.500 moradias populares na ocupação Nova Palestina. O prefeito destinou 300 mil m² para os futuros prédios do Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar da medida sancionada pela prefeitura, membros do MTST fizeram severas críticas à gestão municipal, alegando

⁸ ZPDS: [...] porções do território destinadas à conservação da paisagem e à implantação de atividades econômicas compatíveis com a manutenção e recuperação dos serviços ambientais por elas prestados, em especial os relacionados às cadeias produtivas da agricultura e do turismo, de densidades demográfica e construtiva baixas (art. 44 da Lei nº 16.050/2014 (PDE)).

⁹ ZEIS: [...] porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social - HIS e Habitações de Mercado Popular - HMP a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércio e serviços locais, situadas na zona urbana (art. 44 da Lei nº 16.050/2014 (PDE)).

que a questão da Nova Palestina poderia ter sido muito melhor trabalhada entre o movimento e o governo (PORTO et. al, 2015)¹⁰.

Fig. 2 - Entrada principal da ocupação Vila Nova Palestina



Autor: Wesley Cruz, 2020

Mesmo com a alteração do decreto, a ocupação ainda permanece com as condições iniciais, ou seja, com a precariedade no fornecimento improvisado de água, luz e esgoto, e com a instabilidade dos barracos construídos de lona e madeira (figura 3).

Enquanto realizava a coleta de informações para composição desta pesquisa, outras queixas foram relatadas pelos moradores da ocupação. Como as dificuldades de realizar atendimentos no posto de saúde ou de efetuar as matrículas das crianças na escola em razão de não possuírem comprovante de residência. Outrossim, o distanciamento entre a vizinhança e a ocupação é fomentado pela atuação da grande mídia e por razões políticas. Goulart (2011) e Porto et.al (2015) apresentam exemplos dessa atuação, como a maneira da mídia retratar o movimento de ocupação como “invasão”, e propagar uma má reputação

¹⁰ A partir dessa medida a ocupação Vila Nova Palestina passou a estar localizada no território classificado como ZEIS 4, ou seja: áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificados e adequados à urbanização e edificação situadas na Área de Proteção aos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, exclusivamente nas Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental e de Controle e Recuperação Urbana e Ambiental, destinadas à promoção de Habitação de Interesse Social para o atendimento de famílias residentes em assentamentos localizados na referida Área de Proteção aos Mananciais, preferencialmente em função de reassentamento resultante de plano de urbanização ou da desocupação de áreas de risco e de preservação permanente, com atendimento à legislação estadual (inciso IV. art. 45 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (PDE)).

dos moradores, atribuindo-lhes a culpa por problemas relacionados a insegurança e a degradação ambiental¹¹. Esses episódios buscam deslegitimar a atuação do MTST, o que para os autores e para o próprio Movimento, trata-se de uma estratégia ligada aos setores que defendem os interesses imobiliários.

[...] a noção de “classes perigosas”, é bastante comum quando há o relato dos acampamentos do MTST. Os termos “invasão” e “favela” são utilizados como sinônimos, ressaltando os perigos que tais ambientes trazem para a vizinhança (GOULART, 2011, p. 62).

Fig. 3 - Vista interna da ocupação Vila Nova Palestina



Autor: Wesley Cruz, 2020

Em virtude do que foi apresentado neste capítulo, vimos que a expansão para as áreas mais distantes do centro da cidade não recebeu o devido planejamento, o que acabou

¹¹ Dois dos episódios mais recentes ocorreram, durante as eleições para prefeito de São Paulo, em 2020. No dia 25 de novembro, o jornal Folha de São Paulo, publicou uma matéria em que contesta a declaração do então candidato pelo PSOL Guilherme Boulos, de que a ocupação está localizada em uma área de proteção de mananciais. De acordo com os moradores, o jornal realizou filmagens da ocupação por drones, não estabelecendo contato com os representantes da ocupação. Matéria disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/boulos-da-informacao-errada-ao-justificar-acampamento-de-sem-teto-em-area-ambiental.shtml>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

Outro episódio está relacionado a uma operação policial realizada a 10 dias do segundo turno das eleições. No ocorrido, foram apreendidos drogas e dinheiro. Segundo a polícia, a apreensão ocorreu dentro da ocupação, os moradores negam, afirmando ter ocorrido em um outro local, vizinho a ocupação, e que tamanho escândalo tenha finalidade política. Matéria disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/11/policia-faz-operacao-em-ocupacao-nova-palestina-do-mtst-e-diz-ter-encontrado-biqueira.shtml>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

por ocasionar transtornos e problemas de ordem estrutural e social. Como os que são vistos no Jardim Ângela, distrito que sofreu influência direta das várias etapas da urbanização da cidade, que vão desde a presença de chácaras e casas de veraneio, pela proximidade com a represa; passando pelo loteamento, onde posteriormente dão lugar as casas de periferia, em razão dos altos valores de moradia das áreas centrais; e mais recentemente, pelo intenso processo de favelização e da instalação da ocupação Vila Nova Palestina, pelo MTST.

A espoliação urbana sobre a população dessa parte da cidade no decorrer deste processo, leva a mobilização dos moradores pelos seus direitos. Principalmente na ocupação Nova Palestina, que por fazerem parte de um movimento que contém uma organização, passam a realizar manifestações de forma a pressionar a iniciativa pública, não só pela legalização das suas moradias, mas para regularização do atendimento social e estrutural na periferia.

[...] se não houver um real deslanche das forças que conduzam à produção da cidade e da habitação digna continuar-se-á vivendo numa São Paulo de condições urbanas menos humanas e cada vez mais estranhas, porque se manterá impulsionada pela lucratividade, sempre maior, a eterna busca do capital (PEREIRA; SAMPAIO, 2003, p. 180).

No capítulo seguinte, adentraremos as questões de impacto ambiental sobre as águas e as iniciativas de retardar e proteger as áreas de mananciais da metrópole paulista.

Capítulo _____

123

PROGRAMA CÓRREGO LIMPO: PRECEDENTES E APLICAÇÕES

Como apresentado no capítulo anterior, a formação do meio urbano satisfaz em primeiro plano as necessidades das grandes empresas, e coube a população desassistida buscar os meios de sua sobrevivência. Esse processo provocou alterações negativas as condições ambientais.

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais, conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de **metrópole corporativa**, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando as demais como questões residuais (SANTOS, 2009, p. 106, grifo do autor).

As “questões residuais” mencionada pelo autor, englobam diversas áreas. No capítulo 1, foi dado destaque para a questão habitacional, neste capítulo nos debruçaremos sobre o meio ambiente, mais especificamente as questões hídricas, convergindo para as ações sobre o saneamento, medida alvo do Programa que este trabalho busca analisar.

2.1. Consequências da urbanização sobre os rios paulistanos

A evolução histórica da cidade alterou as características naturais. O desflorestamento e a impermeabilização do solo para a construção de imóveis resultaram em alterações perceptíveis na paisagem e no sistema climático urbano. Monteiro (1976) aponta algumas dessas alterações: a queda da qualidade do ar, alteração na ventilação, formação da ilha de calor, desconforto térmico, chuvas concentradas etc. Ainda de acordo com o autor, esses eventos repercutem em problemas sanitários, de desempenho humano e no colapso da rede de transporte, haja vista que esses problemas ocorrem de forma sistêmica. Por exemplo, o asfalto das vias e o concreto das edificações detém maior capacidade de retenção do calor durante o dia e maior emissão da radiação durante a noite, isso intensifica o aumento e a queda da temperatura em comparação as áreas mais arborizadas. Em períodos com temperaturas mais elevadas provocam a proliferação das algas, gerando a eutrofização das águas¹² e a mortandade dos peixes, consequentemente mau odor e desconforto a população; outra consequência encontrada na produção desregulada do espaço urbano, está relacionada ao menosprezo dos cursos naturais dos rios. Visto como um espaço de uso potencial, os meandros foram retificados, as várzeas impermeabilizadas

¹² O processo de eutrofização ocorre de forma natural pela descarga natural de nitrogênio e fosforo nos sistemas aquáticos, porém, pode ocorrer a intensificação desse processo pela ação humana, a chamada eutrofização cultural, quando há um maior despejo de esgoto doméstico e industrial, além da descarga de fertilizantes (TUNDISI. MATSUMURA-TUNDISI, 2011).

e ocupadas, o que dificulta ou até mesmo impede a infiltração da água no solo, gerando o aumento do seu fluxo para os rios, potencializando os riscos de inundações, que passam a ocorrer com maior frequência, pois a água escoava para as áreas onde antes eram encontrados os meandros. Segundo Custódio (2002), a dimensão natural dos rios passou a ser vista como um impeditivo para o “progresso”. A relação que um dia foi harmoniosa, paulatinamente foi dando espaço para uma visão que buscava nos rios apenas o seu aproveitamento para o abastecimento e produção energética.

[...] em 1950 ainda havia grandes vazios nas várzeas do Tietê e do Pinheiros, as quais, com a constituição da “Grande São Paulo, passavam por grandes transformações”: exceto em alguns pontos isolados nas cabeceiras do rio, desapareciam as atividades de extração de areia, pedras e cascalhos que tanto serviram para a construção da cidade. Progressivamente diminuía também a navegação, os campos de futebol, as olarias e a pesca, restando apenas, mas por pouco tempo, os clubes com as competições náuticas (CUSTÓDIO, 2002, p. 144).

Os interesses dos setores energético, industrial, fundiário e viário, além da forma populista de o poder público atender às demandas urbanas, aceleraram a poluição dos rios e levaram a um crescimento metropolitano espetacular e com ele a ocupação de áreas de risco (CUSTÓDIO, 2002, p. 144-145).

O “progresso” teve seu custo, e o cuidado com as águas da cidade aos poucos foi sendo abandonado. A poluição hídrica começou a ganhar grandes proporções. Enquanto a cidade não contava com uma grande população, os rios tinham a capacidade de receber os efluentes das casas sem sofrer grandes consequências em sua qualidade, pois o processo de autodepuração absorvia a carga orgânica despejada e se recuperava naturalmente. Porém, com a industrialização e a explosão demográfica, os rios passaram a receber uma carga maior do que a suportada para realizar a sua recuperação. O processo de reversão das águas do rio Tietê, através do canal do rio Pinheiros, para a geração de energia da Usina Hidrelétrica de Henry Borden, em Cubatão, fez com que os reservatórios também tivessem suas águas deterioradas pelos efluentes domésticos e industriais (SILVA, 2016).

2.2. Dispositivos legais e Programas Institucionais

2.2.1. Busca pela reversão dos danos

A expansão acelerada da mancha urbana da cidade de São Paulo trouxe uma série de problemas sociais, mas também ambientais. Nesse último caso, o problema do uso da água, para abastecimento ou saneamento, se destaca entre os demais:

Os corpos hídricos sofrem o impacto da ocupação urbana desde há muito tempo. No Brasil, o problema da poluição que afeta os corpos hídricos remonta ao século XIX e o início das grandes conurbações no país [...]. A Região Metropolitana de São Paulo já passou por inúmeros planos de despoluição e somente a partir da década passada é que se iniciou o Projeto de Despoluição do Tietê, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, com expectativa de custar ao redor de US\$ 4 bilhões e demorar 25 anos para ser implantado (CGEE, 2003, p. 8).

Medidas estruturais¹³ foram incorporadas ao longo do tempo para reverter as más condições que a transição para o meio urbano veio a ocasionar. Em meio a essas ações estão as já mencionadas retificações¹⁴ e canalizações¹⁵. Essas medidas,

[...] tornaram-se prática comum, sobretudo no município de São Paulo com o incentivo de Prestes Maia. Isto porque havia consenso técnico, pressão urbana para a ocupação das várzeas, altos custos de desapropriação e reclamações para e limpeza dos córregos. Não se relacionava as construções de fundo de vale com o aumento do assoreamento¹⁶, então apontado como uma das principais causas das inundações dos córregos (CUSTÓDIO, 2002, p. 154).

As áreas disponíveis após a cobertura dos córregos ampliaram para fora das várzeas os riscos de inundações (CUSTÓDIO, 2002); a construção dos reservatórios de amortecimento de cheias, (piscinões), é outro tipo de intervenção. Adotada na década de 1990, são realizados na expectativa de amortecer as inundações, atenuadas pelo confinamento das calhas após a densa ocupação. É uma medida de alto custo e de caráter corretivo¹⁷. Sua implementação acaba por desvalorizar as áreas urbanas, requerendo a desapropriação de um amplo espaço (CUSTÓDIO, 2002).

[...] a mitigação por meio de obras estruturais predomina como “solução definitiva” para o problema das inundações: canalizações, “piscinões”,

¹³ Medidas que visam realizar alterações estruturais para solucionar o problema, por exemplo: a construção de piscinões; enquanto as medidas não-estruturais não provocam alterações tão profundas no ambiente, como projetos de conscientização por mídias digitais e a promulgação de leis, por exemplo.

¹⁴ Alteração que visa eliminar as características sinuosas dos rios;

¹⁵ Formação de galerias abertas ou fechadas com revestimento do leito e/ou das margens com gabião ou concreto.

¹⁶ Fenômeno relacionado ao acúmulo de detritos e a deposição de solo residual por processos erosivos na calha do rio. Por intermédio das ações antrópicas, esse fenômeno pode sofrer aceleração (GIUDICE; MENDES, 2013).

¹⁷ O termo corretivo se dá pela realização após a ocorrência do problema, do contrário, aquelas que são implementadas afim de evitar a ocorrência de problemas futuros são chamadas de medidas preventivas.

túneis, galerias, diques e muros de contenção. No discurso do poder público o tipo de solução segue o que é apontado pela esfera técnica, que varia cada momento, por décadas prevaleceu a opção por canalização, ainda utilizada; mas atualmente predominam os “piscinões” (CUSTÓDIO, 2002, p. 242).

À medida que o discurso da solução técnica chega à população, este é incorporado, mesmo com a imprecisão do conhecimento sobre a solução, principalmente em campanhas políticas como instrumento de barganha. A resposta às reivindicações (execução das obras) dependerá, como visto, da condição socioeconômica e espacial dos atingidos (CUSTÓDIO, 2002, p. 242).

Há também a promulgação de atos normativos, como as Leis estaduais nº 898 de 1975 (Lei de proteção aos mananciais)¹⁸ e nº 1.172, de 1976¹⁹; e a Lei Federal nº 6.766, de 1979 (Lei Lehmann)²⁰, que tinham a intenção de restringir o uso e a ocupação das áreas de mananciais.

As leis de proteção aos mananciais não conseguiram reverter o rápido e intenso crescimento populacional e urbano da RMSP e o resultado contradiz seus objetivos: o território foi ocupado, de forma mais adensada, irregular e precária, atendendo a uma população que não se encaixava nas alternativas de moradia oferecidas pelo mercado de terras formal. (WHATELY et al. 2009, p. 42)

As esferas do Estado implicadas (municipal e estadual) não tiveram capacidade de administrar de forma coerente o crescimento urbano. E, principalmente, não foi capaz de criar mecanismos jurídicos e técnicos para fiscalizar e/ou coordenar novas ocupações, promovendo um aumento da sua capacidade de saneamento e de proporcionar melhores condições habitabilidade na mesma celeridade que se expandia o quadro de degradação (WHATELY et al. 2009).

¹⁸ Lei nº 898/75:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1975/lei%20n.898.%20de%2018.12.1975.htm#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Esta%20lei%20disciplina,n%C2%BA%2094%2C%20de%2029%20de>

¹⁹ Lei nº 1.172/76: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/original-lei-1172-17.11.1976.html>

²⁰ Lei nº 6.766/79: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm

2.2.2. Dispositivos legais relacionados ao saneamento

A primeira política nacional referente ao setor de saneamento básico²¹ no país, foi o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), em 1969²². Instituído pela junta militar (Aeronáutica, Exército e Marinha). O Plano tinha como objetivo aplicar recursos ao Banco Nacional da Habitação (BNH), para reduzir o déficit do atendimento urbano de saneamento; fomentar pesquisas e a tecnologia no setor; e promover a criação e o desenvolvimento institucional das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs)²³. Mesmo com a criação dessas Companhias locais, o financiamento e as negociações eram centralizados pelo governo federal através do Sistema de Financiamento de Saneamento (SFS), atrelado ao BNH (RODRIGUES, 2016).

No intuito de promover melhorias no serviço público, o governo federal passa a realizar reformas na administração pública, inspirada nos valores e ideias da escola New Public Management (NPM), na década de 1990. Deste modo, as reformas passaram a ser orientadas para trazer mais eficácia aos serviços públicos, baseados no reincidente discurso da racionalidade do setor privado, que passa pelos apelos à privatização e terceirização como modo de enxugar gastos e proporcionar aumentos de competitividade (PIERRE, 2011 apud RODRIGUES, 2016).

Em 2007, o Planasa foi substituído pela Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB)²⁴. Que ao contrário da Lei anterior, permitiu a negociação sem a atuação do governo federal, assim, os municípios puderam realizar contratos diretos com o setor privado para implementar medidas direcionadas ao saneamento básico local.

O desenho atual das companhias estaduais sofreu influência das orientações para a política urbana adotadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002), inclinado à realização de ajuste fiscal redefinindo as fontes de financiamento, durante a década de 1990 (RODRIGUES, 2016, p. 62).

²¹ Saneamento básico compreende, além da captação e tratamento de esgoto, aos serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos, “além de se articular com políticas de recursos hídricos de modo geral, incluindo questões de geração de energia e irrigação” (RODRIGUES, 2016).

²² A íntegra do Decreto-Lei nº 949/1969 (Planasa), está disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/dec0949.htm>.

²³ Em conformidade com essa medida, que em 1973, foi criada a companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp). Com o objetivo de planejar, executar e operar serviços públicos de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, respeitando a autonomia dos municípios (ESPAÇO DAS ÁGUAS, 2008).

²⁴ A íntegra da Lei nº 11.445, de 2007 (LNSB), está disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm>.

A LNSB também trouxe em seus princípios fundamentais a inserção do controle social²⁵ sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico (Lei nº 11.445/2007 - Art. 2º, X).

Da mesma forma que parte da mudança da regulamentação do setor de saneamento está ligada ao contexto da reforma administrativa do Estado brasileiro, com influência de novas teorias de administração pública, outra parte dessa mudança se apoia sobre novas formas de interação entre Estado e sociedade, com a expansão de mecanismos de controle social (RODRIGUES, 2016, p. 62).

Com a ampliação de instituições com papel mais destacado no planejamento urbano e territorial no país, particularmente nos anos seguintes à promulgação da Constituição de 1988, a gestão de recursos hídricos, que implica igualmente as empresas e instituições ligadas ao saneamento básico, acabou por criar mecanismos de participação de setores organizados da sociedade, particularmente como a formação de consórcios de municípios e comitês de bacias hidrográficas²⁶, trazendo para o centro do debate as novas práticas de governança participativa na gestão das águas (RODRIGUES, 2016).

2.2.3. Os impactos dessas mudanças em São Paulo

Em 1973, em conformidade com o Planasa, é sancionada a Lei nº 119, que criou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), a partir da fusão das companhias responsáveis pela gestão do saneamento de São Paulo. A saber: Companhia Metropolitana de Água de São Paulo (Comasp), Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo (Sanesp) e da absorção da totalidade do patrimônio da Superintendência de Água e Esgotos da Capital (Saec) (ESPAÇO DAS ÁGUAS, 2008).

Em seus primeiros anos, a Sabesp expandiu os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos a outros municípios do Estado²⁷. Tendo o apoio financeiro do BNH,

²⁵ Lei nº 11.445/2007 - Art. 3º, IV: controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico.

²⁶ Os comitês de bacias traduzem os ideais de gestão participativa das novas políticas das águas, por reunir representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos usuários de água bruta, tais como empresas de saneamento básico, indústrias, agricultores e outros. As suas competências são amplas e variadas e incluem, dentre outras, as seguintes: negociar conflitos de uso da água; aprovar planos de bacias hidrográficas; e definir valores da cobrança pelo uso da água bruta, um novo instrumento de gestão ainda não implementado na maioria dos estados. Por iniciativa local/regional, consórcios intermunicipais e associações de usuários de águas estão sendo igualmente criados para a gestão de bacias hidrográficas, desde final dos anos 1980 (ABERS et al, 2009).

²⁷ A adesão a Sabesp pelos municípios era facultativa. O primeiro município fora da capital a aderir-lhe foi Botucatu, em 1974; seguidos pelos municípios da Baixada Santista e do Vale do Ribeira; em 1977, do Vale do Paraíba; e em 1981, Presidente Prudente. Com o intuito de gerenciar os sistemas que foram absorvidos, dando-lhes apoio administrativo e técnico foram criadas as superintendências (CASCIONE, 1981)

para a implementação de programas de desenvolvimento (CASCIONE, 1981). Após a década de 1980²⁸, a Sabesp passa por um processo de reestruturação, redefinindo suas fontes de financiamento e abrindo a possibilidade de concessões de serviços de saneamento a outras empresas.

[...] as companhias estaduais reestruturaram-se inteiramente para preservar e ampliar seu espaço no mercado de oferta de serviços de saneamento. Essa estratégia implica não apenas manter ou aumentar o número de concessões municipais em seu próprio estado de atuação, mas também vencer licitações nos mercados nacional e internacional. - A estratégia consiste em: I) implantar novo modelo de gestão; II) melhorar a eficiência operacional da empresa; III) ampliar sua área de atuação, elevando as taxas de cobertura; e, finalmente, IV) diversificar suas fontes de recursos, o que compreende inclusive abrir o capital da empresa (ARRETCHE, 1999, p. 90).

Ao final dos anos 1990, a Sabesp adota novas estratégias à sua gestão. Com o intuito de recuperar “sua eficiência operacional, expandir a cobertura dos serviços e diversificar suas fontes financeiras, pela incorporação de empresas privadas às decisões das companhias”. (ARRETCHE, 1999).

A partir dessa trajetória, a despeito de ser uma companhia estadual, a Sabesp adquiriu caráter misto, como parte da administração indireta do Estado de São Paulo e com a abertura de seu capital no mercado financeiro em 2002, permitindo a participação de empresas privadas no seu controle acionário²⁹ (RODRIGUES, 2016, p. 65).

Desde então, a Sabesp passa ter um papel contraditório, pois ao mesmo tempo em que tem como atividade fim o fornecimento de um serviço público, buscando a sua universalização e submetida à regulação pelo Estado, ela precisa ao mesmo tempo realizar essa meta que é onerosa com a propalada ordem neoliberal de sustentabilidade financeira, para atender as demandas por lucratividade empresarial devido ao caráter de parte de seus acionistas (RODRIGUES, 2016).

As novas estratégias então incorporadas pela Sabesp estavam de acordo com as mudanças que ocorriam na época, tanto no contexto da redemocratização³⁰, quanto no contexto das reformas da administração pública. Com a adoção do novo modelo de gestão,

²⁸ Os anos 1980 foram marcados por uma forte recessão econômica, e as mudanças no panorama político e econômico do país levaram a um esgotamento do modelo de gestão do saneamento proposto pelo Planasa (ESPAÇO DAS ÁGUAS, 2008).

²⁹ Além do mercado de ações, a maior parte da receita tem origem na tarifa cobrada dos tomadores (usuários) (CUNHA, 2011).

³⁰ Com o fim do período militar, o país enfrentou um período de mudanças políticas. Com advento da redemocratização, a sociedade passou a ter mais liberdade de reivindicar seus direitos por qualidade de vida, isso incluiu o direito à moradia, emprego, educação, saneamento básico etc.

a companhia apresentou melhorias nas questões internas, ligadas a queda no potencial financeiro e da capacidade de atender a região metropolitana de São Paulo (RMSP)³¹.

A Sabesp foi criada com o objetivo de planejar, executar e operar serviços públicos de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo, respeitando a autonomia dos municípios. Até a criação da Sabesp, os sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários no Estado de São Paulo eram conduzidos pelas prefeituras municipais por meio de serviços próprios, sejam de administração direta ou por meio de serviços autônomos (autarquias) ou por empresas estatais [...] (ESPAÇO DAS ÁGUAS, 2008, p. 21).

Atualmente a companhia atende 375 municípios no estado. Prestando o serviço de abastecimento para aproximadamente 28,1 milhões de pessoas e de coleta de esgoto para 24,5 milhões. O que a torna uma das maiores companhias do mundo em número de clientes (SABESP, 2020a). A tabela a seguir apresenta outros indicadores da atuação da companhia no Estado.

³¹ “Os anos 1980 foram marcados por uma forte recessão econômica, e as mudanças no panorama político e econômico do país levaram a um esgotamento do modelo de gestão do saneamento proposto pelo Planasa” (ESPAÇO DAS ÁGUAS, 2008). Além disso, a Região Metropolitana de São Paulo, enfrentou um período de crise de abastecimento. [...] “em 1995 foi estabelecido um novo modelo de gestão, a partir de uma estrutura organizacional ágil e descentralizada, gerida por Unidades de Negócio (UN) regionalizadas com autonomia para administrar seus recursos” (Ibidem, 2008).

Tab. 6 - Indicadores de atuação da SABESP (2020)

Água	
Índice de atendimento em água	Tende a universalização ^{1,2}
Ligações cadastradas de água ²	10.088 milhões
Estações de tratamento de água	253
Reservatórios	2.488
Capacidade do armazenamento de água (reservatórios)	3,5 bilhões de litros
extensão de rede de água	87,6 mil km
Perdas de água por ligação (l/dia)	263
Centrais de controle sanitário	16
Esgoto	
Índice de atendimento em coleta de esgoto	92%
Ligações cadastradas de esgotos	8.518 milhões
Estações de tratamento de esgotos	572
Extensão de rede de esgoto	59,7 mil km
Coletores, emissários e interceptores	2,5 mil km

1. Cobertura 98% ou mais. Atendimento 95% ou mais; 2. Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos dois pontos percentuais. Fonte: Relatório de sustentabilidade: Painel de indicadores - Sabesp, 2020^a.

2.2.4. Programas Institucionais implementados pela Sabesp na cidade de São Paulo

A companhia elabora programas relacionados a conservação e recuperação dos cursos hídricos, na tentativa de ampliar a cobertura de acesso ao saneamento básico para os domicílios por ela atendidos.

Na capital paulista, três projetos ganham destaque, seja pela magnitude orçamentária, como é o caso do (a) Projeto Tietê, que ao longo de 28 anos já recebeu investimentos que ultrapassam a marca dos 3 bilhões de dólares; seja pela iniciativa de devolver a qualidade dos cursos d'água que estão presentes no cotidiano próximo da população, como é o caso do (b) Novo Rio Pinheiros, programa com vistas a despoluir um dos principais afluentes do rio Tietê e símbolo da capital; ou (c) o Programa Córrego Limpo, que por sua vez, tem atuação sobre os córregos que passam por bairros dotados das mais diversas características.

(a) Projeto Tietê

O Projeto foi criado em 1992, após pressão popular que culminou com a realização de um abaixo-assinado que coletou ao todo 1,2 milhão de assinaturas. Seu objetivo é ampliar a coleta e o tratamento de esgoto na RMSP. E é considerado pela companhia como o maior programa de saneamento ambiental do país. O financiamento obtido para a sua realização é oriundo dos recursos da Sabesp, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) e da Caixa Econômica Federal, que ao longo dos 28 anos aplicaram o valor de 3,1 bilhões de dólares, para a instalação e ligação de coletores troncos às redes, que encaminham os efluentes para as Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs).

[...] foram executadas 1,8 milhão de ligações domiciliares e implantados 4.600 km de coletores tronco, interceptores e redes coletoras para transportar o esgoto até as estações de tratamento. A capacidade instalada de tratamento foi triplicada, com a construção das ETEs ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel e ampliação da ETE Barueri, maior estação da América do Sul e uma das maiores do mundo. O equivalente ao esgoto gerado por 12,4 milhões de pessoas passou a ser enviado para tratamento, contingente maior do que a população de Londres e Paris somadas (SABESP, 2020a, p. 66).

O projeto foi dividido em quatro etapas (figura 4), visando a universalização da coleta e tratamento de esgoto. Cada etapa corresponde a ampliação e readequação das ETEs e das estruturas de captação, para atender à crescente demanda da população. Estende-se não somente a capital, mas também a outros trinta municípios, da região metropolitana, que detém tributários no rio Tietê, como: Poá, Arujá, Santo André, São Bernardo, Itaquaquecetuba, entre outros.

Fig. 4 - Linha do Tempo das etapas do Projeto Tietê



Fonte: Apresentação: Recuperando os rios de São Paulo (Sabesp, 2019)

A iniciativa tem uma importante contribuição para a revitalização progressiva do rio Tietê e dos afluentes, na Bacia do Alto Tietê, e seus reflexos no interior. Nesse sentido, a Sabesp atua não apenas no trecho do Tietê que corta a cidade de São Paulo, mas também nos municípios mais próximos à nascente e naqueles situados nas sub-bacias de afluentes, como é o caso de cidades do ABC às margens do Tamanduateí, das áreas localizadas na bacia do Pinheiros, e agora do recém-assumido município de Guarulhos, com contribuições para o rio Baquirivu-Guaçu e para o córrego Cabuçu de Cima, entre outros (SABESP, 2020b).

De acordo com o relatório da Fundação SOS Mata Atlântica (2019), o Projeto possibilitou a redução da mancha de poluição do rio Tietê, que outrora fora registrada por mais de 500 km de extensão, chegou a 71 km em 2014, e nos anos seguintes voltou a registrar crescimento, atingindo 163 km em 2019.

Malu Ribeiro, coordenadora do estudo apresentado no relatório atribui a ampliação da mancha ao reflexo dos “impactos da urbanização intensa, da falta de saneamento ambiental, da perda de cobertura florestal, da insuficiência de áreas protegidas e de fontes difusas de poluição³², agravados por uma situação hidrológica crítica” (SOSMA, 2019).

³² “Cargas difusas são aquelas geradas de forma distribuída ao longo da bacia contribuinte, sendo elas produzidas por inúmeros agentes poluidores, que afluem aos corpos d’água preferencialmente por ocasião dos eventos de chuvas” (SILVA, 2014). Há ainda outro tipo de poluição derivada da carga pontual, que são provenientes de resíduos rastreáveis e caracterizáveis, como o esgoto doméstico.

(b) Novo Rio Pinheiros

Em complemento ao Projeto Tietê, foi lançado em 2019, pelo Governo do Estado, o Programa Novo Rio Pinheiros. A iniciativa tem como objetivo tornar rio Pinheiros limpo até 2022.

Por ser um rio urbano, a água não será potável, no entanto, haverá a melhora do odor existente, abrigo de vida aquática e, principalmente, a volta da população às suas margens. Além de dar vida e reintegrar este importante rio à rotina da cidade, as ações cumprem o objetivo de levar condições de dignidade a milhares de famílias que habitam regiões vulneráveis próximas aos córregos poluídos que desaguam no Pinheiros (Sabesp, 2020a, p. 67).

O Programa conta com a realização de 16 contratos de obras de esgotamento sanitário em regime de modalidade de performance. Ou seja, as empresas vencedoras da licitação são remuneradas de acordo com os resultados alcançados. Tendo como parâmetro a qualidade da água dos córregos e a quantidade de novos imóveis conectados à rede de captação.

A realização do Programa Novo Rio Pinheiros integra cinco eixos de trabalho, a saber:

- 1 - Eixo saneamento: amplia a conexão de esgotamento sanitário para que até 2022, 3 milhões de pessoas sejam beneficiadas com o atendimento sanitário adequado. Implementa Unidades de Recuperação (UR), que são pequenas unidades de tratamento, que capta e trata o esgoto, lançando de volta a água despoluída para que siga seu fluxo até desaguar no Pinheiros com melhor qualidade;
- 2 e 3 - Eixos manutenção e resíduos sólidos: visa retirar através de dragas os materiais (naturais e artificiais) depositados no leito do rio Pinheiros. De acordo com o site oficial do programa³³, até junho de 2021, foram retiradas 36 mil toneladas de matérias;
- 4 - Eixo revitalização: propõe a revitalização das margens do rio, com a instalação pista de caminhada, pontos de alimentação e acesso ao transporte público, banheiros, além da reforma e modernização da ciclovia já existente. Também está previsto neste eixo a recuperação paisagística com o Projeto Pomar Urbano, a inauguração do parque linear Bruno Covas e a revitalização da Usina São Paulo (antiga Usina de Traição). “Todas as estruturas e atrativos serão de uso público e gratuito” (GESP, 2021);

³³ Site oficial do programa Novo Rio Pinheiros, 2021. Disponível em: <<https://novoriopinheiros.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2021

5 - Eixo educação socioambiental/comunicação: emprega campanhas de conscientização nas mídias digitais, informando à população sobre o andamento do programa, bem como a orienta e convida a adotar medidas de preservação ambiental³⁴.

O Novo Rio Pinheiros inclui várias ações para o engajamento da sociedade, desde as pessoas que moram nas áreas informais e que serão afetadas diretamente pelas obras e melhorias, até grandes empresas, passando por ONGs, universidades e outras instituições. A conscientização a respeito do correto descarte do lixo e da importância de as pessoas ligarem seus imóveis na rede coletora de esgoto são pontos fundamentais para a despoluição (Sabesp, 2021).

De acordo com o site da companhia,

Até fevereiro de 2021, último balanço disponível, o programa já alcança 239 mil imóveis ligados à rede, ou 43% da meta total a ser atingida até fim de 2022. Isso quer dizer que 690 mil pessoas passaram a ter acesso à infraestrutura de saneamento” (Sabesp, 2021).

(c) Programa Córrego Limpo (PCL)

Tido pela Companhia como uma das principais iniciativas que servem de complemento aos projetos de despoluição dos grandes rios (Pinheiros, Tietê e Tamanduateí), o Córrego Limpo, terceiro programa aqui apresentado, teve início em 2007, após o processo de requalificação do córrego Carandiru, durante a fase de conclusão do Parque da Juventude, na zona Norte de São Paulo.

Segundo relata Paulo Massato³⁵, durante a entrevista concedida para a tese de doutorado de Maira Rodrigues (2016), a Companhia foi chamada para realizar a despoluição do córrego Carandiru. A princípio, seria instalado uma estação de flotação, de modo que os representantes da Sabesp sugeriram outra alternativa para a despoluição:

E aí começou o Programa Córrego Limpo, [...], começaram a trabalhar com as ligações [de esgoto], buscar as ligações e os resultados estavam aparecendo. Faltava a questão da carga difusa, como trabalhar a questão da carga poluidora difusa e um pouco da nossa, também, já que nós tínhamos clareza, era que se a comunidade não comprasse o projeto, eles não, a gente poderia despoluir o córrego por um tempo, mas ao longo do tempo ela seria provavelmente perdida (entrevista concedida por Paulo Massato, extraído de RODRIGUES, 2016, p. 73).

Enxergou-se então a necessidade de serem incorporados novos agentes, para que os resultados alcançados pudessem ser mais efetivos e duradouros. Massato completa:

[...] tem que ter um trabalho conjunto com quem tem o poder de remover favela, de organizar invasões’. Então, o pressuposto básico era que tinha

³⁴ Dentre as medidas estão o descarte seletivo e em local apropriado de resíduos sólidos e do óleo de cozinha; e a verificação da correta ligação do imóvel com a rede de esgoto (GESp, 2021).

³⁵ Paulo Massato foi Diretor Metropolitano da Sabesp de 2004 a 2020.

que ser um programa em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Na verdade, era um tripé, era Prefeitura, Sabesp e comunidade e... que foi bem, caminhou bem, fomos ampliando, discutimos os interesses também da Prefeitura de reurbanização de fundo de vale e fomos selecionando (entrevista concedida por Paulo Massato, extraído de RODRIGUES, 2016, p. 73).

Após a despoluição do primeiro córrego, outros dois, também na zona Norte, foram atendidos. Os córregos Tenente Rocha e Ciclovía. Assim, os resultados do Programa Córrego Limpo, fizeram com que fosse incorporado ao Projeto Operação Natureza,³⁶ e se expandisse para todo o município.

O destaque do PCL é atribuído a inédita parceria entre Sabesp e PMSP. A atuação conjunta entre os participantes são complementares e buscam atender o propósito de despoluir 161 córregos da cidade, até 2022³⁷.

Cabe a Sabesp atuar sobre o monitoramento e o planejamento sanitário ligado diretamente ao esgoto; enquanto a PMSP tem suas atividades voltadas as atuações no entorno dos leitos³⁸, como: manutenção das bocas de lobo e galerias pluviais, implantação de parques lineares, desocupação de áreas irregulares, entre outros. As atribuições das instituições estão descritas na figura a seguir:

³⁶ Lançado pelo Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de São Paulo, em março de 2007, o Programa Operação Natureza, buscou em um período de 10 anos reverter as condições de degradação de 300 córregos. Entretanto, ao decorrer da pesquisa foram realizadas várias tentativas, sem sucesso, de localizar informações sobre as obras que levam o nome de Operação Natureza, ao que parece, o Programa não logrou êxito em seu objetivo, permanecendo apenas o Programa Córrego Limpo, que possui objetivos semelhantes. A divulgação do lançamento do programa está disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/estado-e-prefeitura-lancam-programa-para-despoluir-corregos-da-capital/>. Acesso em: 23 fev. 2021

³⁷ O número exato de córregos que integram o Programa está em constante atualização. De acordo com o relatório anual da Sabesp, ao todo 151 córregos já foram despoluídos até março de 2020. Durante entrevista concedida por Carlos Alexandre, técnico do Departamento de Planejamento Integrado da Sabesp (MPI). Foi relatado que até 2022 o Programa busca a despoluição de 161 córregos.

³⁸ A atuação da PMSP ocorre sobre responsabilidades das secretarias das áreas de coordenação de subprefeituras, governo municipal, infraestrutura urbana e obras, verde e meio ambiente e habitação.

Fig. 5 - Responsabilidades da Sabesp e da PMSP na realização do Programa Córrego Limpo



Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 (Sabesp, 2020a)

É notório que a atuação desses dois agentes ocorre sobre eixos separados. Entretanto, um terceiro integrante soma-se ao projeto, demandando a cooperação entre a Prefeitura e a Sabesp, com vistas a atrair a participação da população sobre o Programa. De acordo com o Termo de Cooperação firmado em 2007, tanto a PMSP, quanto a Sabesp, se responsabilizam por desenvolver

[...] programas de conscientização da população local, e demais ações que objetivam melhorar o entendimento do papel de cada um para a obtenção plena dos resultados esperados, principalmente no que se refere ao conceito de fontes difusas de poluição, preservação dos recursos hídricos e disposição correta dos resíduos sólidos (Sabesp 2007 apud RODRIGUES, 2016, p. 76).

Por tanto, a população é incorporada ao Programa na expectativa de que possa contribuir com a manutenção e a vigilância dos córregos, dada a vantagem da convivência próxima aos canais, que garante o acionamento dos órgãos competentes para reparos ocasionais de forma mais imediata. Na figura 6, observamos o organograma que sintetiza o planejamento e a execução do PCL. A população se enquadra na terceira e última etapa, onde é convidada a se envolver em programas de colaboração, formulados pelas unidades responsáveis e a Prefeitura (MASSONE, 2014).

PARCERIA COM A PREFEITURA

TRABALHOS PRELIMINARES

PARCERIA COM A PREFEITURA

TRABALHOS DE DESPOLUIÇÃO

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PERMANENTE

PARTECIPAÇÃO POPULAR

```

graph TD
    Start([DESPOLUIÇÃO DE CORREGOS URBANOS]) --> 1[1. TRAÇAR BACIA HIDROGRÁFICA E FUNDOS DE VALE]
    1 --> 2[2. DEFINIR SUB-BACIAS DE ESGOTAMENTO]
    2 --> 3[3. ANALISAR OS FLUXOS E DEFINIR AS CONTRIBUIÇÕES DAS SUB-BACIAS DE ESGOTAMENTO PARA CADA LANÇAMENTO PROVISÓRIO ENCONTRADO E IDENTIFICAR OS TRECHOS COM ALTOS ÍNDICES DE OSTRUÇÕES.]
    3 --> 4[4. AVALIAR INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, REDES COLETORAS, COLETORES TRONCO E PROJETOS HABITACIONAIS]
    4 --> 5[5. CONFIRMAR ELEMENTOS TÉCNICOS E DE CARACTERIZAÇÃO EM CAMPO E ELABORAR PRÉ-DIAGNÓSTICO DE VIABILIDADE TÉCNICA DE DESPOLUIÇÃO]
    5 --> 5A{5A. A BACIA TEM CONDIÇÕES PARA DESPOLUIÇÃO IMEDIATA?}
    5A -- NÃO --> 5B[5B. VERIFICAR NECESSIDADES E ACOMPANHAR EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NECESSÁRIAS PARA INÍCIO DA DESPOLUIÇÃO]
    5A -- SIM --> 6[6. LEVANTAR PONTOS CRÍTICOS NAS SUB-BACIAS PARA ACOMPANHAMENTO]
    6 --> 6A{6A. HÁ INTERFERÊNCIA COM IMÓVEIS RIBERININHOS?}
    6A -- NÃO --> 7[7. DEFINIR LOCAIS E PERIODICIDADE DE COLETA PARA ANÁLISE DA ÁGUA DOS CORREGOS]
    6A -- SIM --> 6B{6B. SÃO IMÓVEIS REGULARES?}
    6B -- NÃO --> 6C[6C. INFORMAR PREFEITURA DA NECESSIDADE DE REURBANIZAÇÃO/REALOCAÇÃO]
    6B -- SIM --> 6D{6D. A ÁREA FOI REURBANIZADA OU OS IMÓVEIS FORAM REALOCADOS?}
    6C --> 6D
    6D -- NÃO --> 6C
    6D -- SIM --> 7
    7 --> 8[8. VISTORIA NA SUB-BACIA A REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE ESGOTOS, E VERIFICAR, ATRAVÉS DA TURBIDEZ E ODOR DA ÁGUA COLETADA NA GALERIA, O GRAU DE POLUIÇÃO DO CORPO RECEPTOR DE ÁGUAS PLUVIAIS]
    8 --> 9[9. ANALISAR E REAVALIAR AS REDES DA SUB-BACIA EM ESTUDO CONSIDERANDO REMANEJAMENTOS E ASSENTAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE]
    9 --> 10{10. HÁ NECESSIDADE DE ELABORAR PROJETOS COMPLEMENTARES?}
    10 -- NÃO --> 11[11. ENVOLVER A POPULAÇÃO / GOVERNANÇA COLABORATIVA]
    10 -- SIM --> 10A[10A. ELABORAR PROJETOS]
    10A --> 11
    11 --> 12[12. EXECUTAR OBRAS E OS SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS NOS SISTEMAS DE ESGOTOS E DE ÁGUAS PLUVIAIS]
    12 --> 13[13. AVALIAR RESULTADOS E MEDIÇÕES (MONITORAMENTO)]
    13 --> 14{14. O CÓRREGO ESTÁ DESPOLUÍDO?}
    14 -- NÃO --> 12
    14 -- SIM --> 15[15. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA DE COLETA]
  
```

Definição

Avaliação

Verificação de dados

Viabilidade

Vistoria em campo

Projeto

Execução

Acompanhamento

Em entrevista realizada em janeiro deste ano, o técnico da Superintendência de Planejamento Integrado (MPI/Sabesp)³⁹, Carlos Alexandre Rodrigues Trindade, menciona a importância da sociedade diante o Programa:

[...] ela faz um trabalho muito importante com relação a cuidar do córrego. Que estão, digamos assim, direcionados às condições do córrego, e nos ajudam tanto na monitoria, quanto na parte de conscientização, né? A gente conta com a sociedade para nos dar segurança na qualidade final do trabalho, e também na manutenção do trabalho. (Carlos Alexandre, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021)

Rodrigues (2016) apresenta dois processos ao qual a Sabesp se apoia para que a população se aproprie dos córregos após a sua despoluição. São eles: o de adesão voluntária: trata-se da expectativa criada pela Sabesp de que os habitantes passem a perceber e a se relacionar com o córrego de maneira positiva e não apenas se referindo ao curso d'água como fonte de problemas; e o segundo processo se refere as estratégias institucionais formuladas para fomentar a participação ativa da população através de projetos locais. Dentre essas estratégias temos:

a) A Governança colaborativa: São criados fóruns que contam com a participação de lideranças locais compostas por moradores que desempenham um papel de destaque na região, podendo ser coordenadores de ONGs, professores, líderes religiosos, representantes de moradores, entre outros. A sua seleção bem como a formação dos fóruns ficou sobre responsabilidade de Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Instituição contratada para realizar o levantamento de informações sociais e representantes das subprefeituras e da Sabesp. O intuito desses fóruns é a elaboração conjunta de projetos que contam com o apoio financeiro da Sabesp.

Essa interação que a Sabesp estabelece de modo intencional com a população para a implementação do Programa Córrego Limpo constituiu projeto piloto aplicado em cinco áreas de córrego, com intenção de ser reproduzidas nos demais córregos na sequência. No entanto, após a curta duração dos primeiros fóruns – apenas três meses – e mesmo com a realização dos projetos encaminhados por esses fóruns, a Sabesp mudou de estratégia (RODRIGUES, 2016, p. 85).

A partir de 2013, novos formatos de engajamento passaram a ser implementados em conjunto com uma nova instituição parceira da Sabesp. É neste ano que ocorre a paralisação do Programa⁴⁰, “em razão da falta de adesão da administração municipal à

³⁹ Superintendência de Planejamento Integrado (MPI), departamento da Diretoria Metropolitana da Sabesp, responsável pela administração do PCL

⁴⁰ “A partir de 2017, o Programa Córrego Limpo foi retomado e passou a constar no Contrato de Programa da Sabesp com o município” (GESP, 2018).

iniciativa” (GESP, 2018) e da “crise hídrica”, que reduziu o orçamento da companhia, com vistas a suprir o déficit da arrecadação. Com o intuito de racionalizar o uso da pouca água disponível, a companhia ofereceu bônus para incentivar a economia do uso de água. Juntamente com a redução do consumo dada pela própria falta de água, isso teve um efeito de reduzir o orçamento da Sabesp, desencadeando uma crise financeira interna. (RODRIGUES, 2016). A Companhia então redefine sua estratégia para envolver a população, firmando contrato com a SOS Mata Atlântica.

b) A parceria com a SOS Mata Atlântica (SOSMA): Combinado o projeto “Observando Rios”, realizado pela SOS Mata Atlântica, aos objetivos do Programa Córrego Limpo. Sendo a população convidada a formar grupos que monitoram a qualidade das águas⁴¹, sob orientação e supervisão da ONG; além das atividades de monitoramento são desenvolvidas pela parceria ações ligadas a conscientização ambiental, como: palestras, vídeos, postagens em mídias sociais e visitas em escolas.

c) Os zeladores de córregos: Comunicação estabelecida entre a Sabesp e um morador. Diferente das demais estratégias, os zeladores de córregos não demandam de uma mobilização coletiva. Sua funcionalidade é bastante simples, requer que um morador do entorno do córrego entre em contato com a Companhia ao presenciar qualquer sinal de alteração visível na qualidade da água.

“Todos esses formatos de envolver a população na despoluição dos córregos no interior do Programa Córrego Limpo são compreendidos como novas formas de fazer a Governança Colaborativa” (RODRIGUES, 2016, p. 174).

A seguir, traremos as informações coletadas durante o trabalho de campo, buscando identificar quais os elementos abordados até o momento estão presentes na área de estudo.

⁴¹ “O monitoramento da água é realizado com uma metodologia desenvolvida pela SOS Mata Atlântica e que utiliza um kit de análise e indicadores de percepção para levantar o Índice de Qualidade da Água (IQA), que é um padrão internacional adotado para avaliar a condição ambiental da água doce”. (SOSMA, 2021)
A coleta de dados é realizada mensalmente e os resultados são disponibilizados no site do programa: <<http://observandoosrios.sosma.org.br/projetos/2/observando-os-rios-sp>>

Capítulo _____

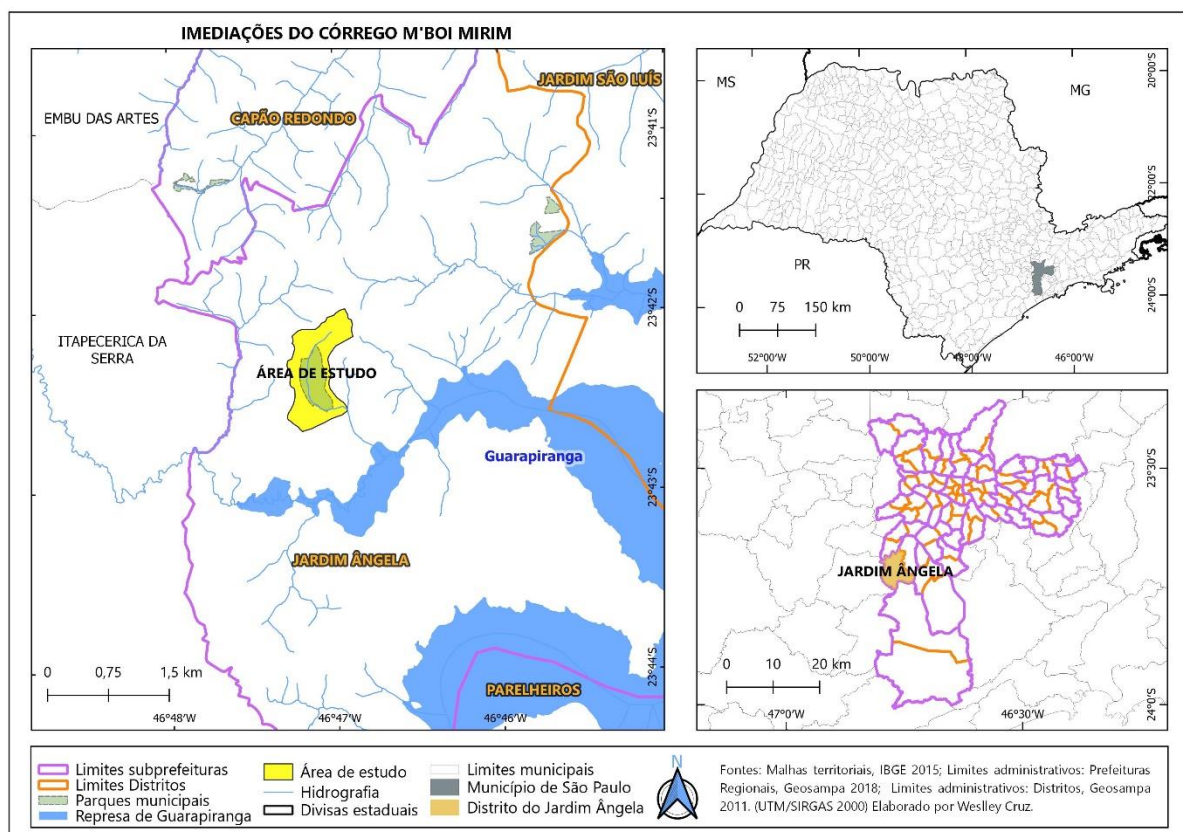
123

***O PROGRAMA Córrego Limpo E A Relação Com A
População Do Entorno Do Córrego Do Parque M'Boi
Mirim***

3.1. Área de estudo e aplicação

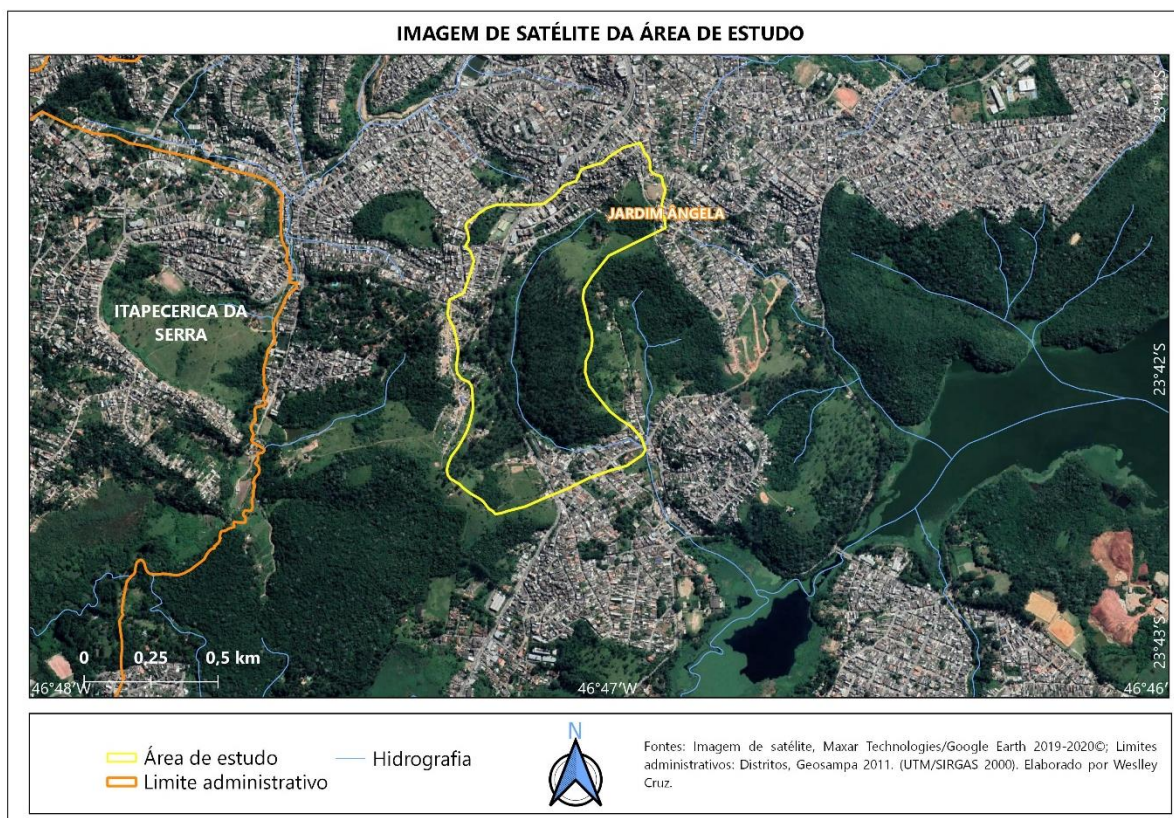
A área de estudo (mapas 1 e 2) que recebeu o Programa Córrego Limpo ao qual esse trabalho se debruça, está localizado no distrito do Jardim Ângela, Estrada do M'Boi Mirim, altura do número 7.100, na zona Sul de São Paulo. A escolha da área para a pesquisa se deu graças a diversidade de elementos presentes no fragmento selecionado (parque, comércio e habitações de padrões econômicos variados).

Mapa 1 - Localização da Área de Estudo



Elaborado por: Wesley Cruz, 2020

Mapa. 2 - Imagem de Satélite da Área de Estudo

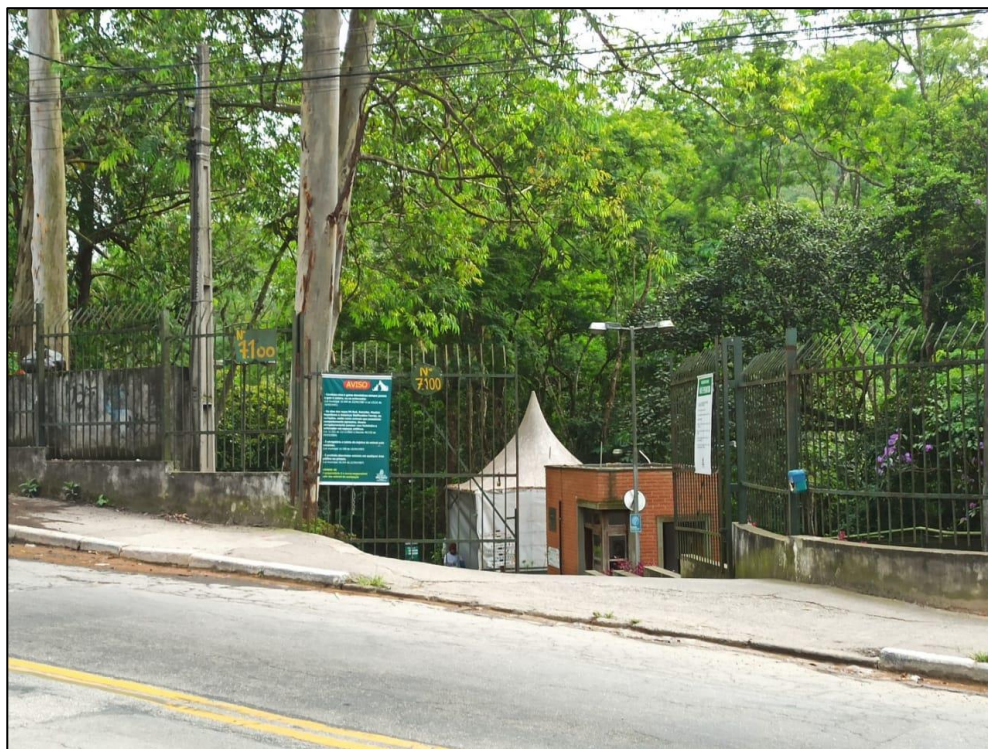


Elaborado por: Wesley Cruz, 2020

O Programa Córrego Limpo foi aplicado a um trecho do córrego localizado dentro do Parque Municipal do M'Boi Mirim (figura 7), no ano de 2017. Denominado pela Sabesp em seus relatórios como “Córrego do Parque M'Boi Mirim”, este curso pertence a uma sub-bacia tributária do reservatório do Guarapiranga, que provê parte do abastecimento e geração de energia para a Região Metropolitana.

De acordo com os técnicos da Sabesp, durante a aplicação do Programa foram realizadas instalações de coletores, para que fosse impedido o despejo de efluentes advindos do exterior do parque (figura 8). Por parte da prefeitura, a administração do parque relata que na época e ainda hoje são realizadas visitas de funcionários que realizam a limpeza das margens.

Fig. 7 - Entrada do parque M'Boi Mirim



Autor: Wesley Cruz, 2021

Fig. 8 - Coletores de esgoto em residências vizinhas ao parque



Autor: Wesley Cruz, 2021

O assistente administrativo do parque, Alexandre, descreve que a Sabesp já estava realizando obras no interior do parque quando começou a trabalhar no local, em 2016. De acordo com o funcionário, a Companhia realizou a instalações de tubulações para a captação de esgoto na margem direita do córrego, finalizando em 2017. Questionado sobre a realização das obras na margem esquerda, Alexandre diz que essa margem foi atendida posteriormente em 2019 e finalizada em 2020. Buscamos então saber se após a instalação dos coletores o córrego continuou a receber esgoto, Alexandre afirma:

Está recebendo ainda. Mas eu acredito que é por causa do... da chegada de mais moradores. Construção que tá havendo ao fundo do parque, né? Porque logo quando terminou de fazer a segunda etapa da obra, a gente tinha aí pelo menos 90% [do esgoto] do córrego sendo captado. E aí, depois de uns 6 meses, voltou a ocorrer. (Entrevista concedida em 25 de março de 2021).

Senhor Moraes, proprietário de um pesqueiro vizinho ao parque e um dos moradores mais antigos da região, forneceu um depoimento semelhante ao de Alexandre, de acordo com ele:

Foi refeita a tubulação de esgoto, que era uma tubulação de esgoto arcaica, né? Bem antiga, que foi feita em 1988, que era aqueles tubos de barro, de cerâmica. E em 2015 foi trocado, 2015/2016, foi trocado pelos tubos maiores de PVC, e foi colocado algumas válvulas de contenção, porque a questão de poluição no córrego, que hoje não é ainda um córrego limpo, é por questão de uma ocupação irregular. Foi feita em cima da cabeceira do córrego, que hoje é uma favela, que despeja todo o seu esgoto no córrego, que passa por dentro da minha propriedade, que cai no lago do parque, que se desagua na represa. (Entrevista concedida em 05 de abril de 2021).

Os dois depoimentos convergem sobre a causa dos impactos gerados pelo despejo irregular de esgoto, proveniente das moradias do entorno. De acordo com os entrevistados, as ações da Sabesp foram paliativas, e os resultados alcançados foram se perdendo. Sr. Moraes, completa:

[...] a prefeitura tem que fazer a parte dela e não faz, parece que a nossa prefeitura de uns anos pra cá, tá mais preocupada em fazer a favela do que o saneamento básico, porque o saneamento básico não dá voto, favela dá. Vamos rasgar logo aqui, para falar logo a verdade, né? Jogar um tubo no meio do barro e enterrar ele, a pessoas esquece, agora favela, isso aí é um curral eleitoral. Vamos dizer assim, né? Então o político tem medo de mexer. (Entrevista concedida em 05 de abril de 2021).

Aqui nos defrontamos com críticas que se estabelecem em razão do evidente crescimento habitacional que atinge as áreas periféricas da capital em descompasso com o atendimento sanitário. Como suscitado nos capítulos anteriores, a expulsão das classes econômicas menos favorecidas das áreas centrais, se faz presente e atinge a região.

Uma das maiores ocupações da América Latina, a Vila Nova Palestina, está situada ao lado do parque M'Boi Mirim. Conta com uma população de 2 mil acampados, em uma área de um milhão de metros quadrados. Sendo 30% deste total destinado a construção de habitações populares e 70% a implantação de um parque público⁴². Essas porcentagens foram definidas em 2014, após incessantes protestos para que a área fosse demarcada como Zona Especial de Interesse Social - 4⁴³ e não mais como ZEPAM (Zona Especial de Proteção Ambiental), que concedia apenas 10% do terreno para a habitação.

Durante uma visita realizada à Nova Palestina, fui recepcionado pelo coordenador em exercício, conhecido como Gordinho. Ele relatou que a ocupação aguarda o licenciamento da prefeitura e a liberação de recursos da Caixa Econômica Federal, para se dar início a construção dos prédios. Entretanto, o andamento dessas tratativas esbarra há anos na não liberação do dinheiro e nas promessas de visitas não realizadas para a demarcação e início das obras. De acordo com Gordinho, a última visita teve de ser suspensa por razões da pandemia de Covid-19. Em meio a isso, os moradores permanecem sem contar com as instalações de equipamentos públicos, como: pavimentação, coleta de lixo e iluminação, que requerem da licença concedida pela prefeitura para serem realizadas.

A ocupação ainda possui instalações em vertentes que convergem para o córrego do parque. Isso implica na necessidade de haver a regularização sanitária imediata, haja vista que desde o seu início os habitantes tem lidado com o descarte do esgoto através de fossas sépticas que podem levar a contaminação do solo, problemas de saúde e a degradação dos cursos d'água.

O administrador em exercício explicou que a ocupação não recebe novos moradores, pois a organização do Movimento possui o cadastro e as demarcações daqueles que tem participação na luta desde os momentos iniciais em que surgiu a Nova Palestina, e ficam, portanto, aguardando a etapa final de edificação. Ele argumenta que a chegada de novos ocupantes iria contra as normas estabelecidas pelo MTST, que prevê que os

⁴² Lei 16.050, de 2014

⁴³ Áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificados e adequados à urbanização e edificação situadas na Área de Proteção aos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, exclusivamente nas Macro-áreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental e de Controle e Recuperação Urbana e Ambiental, destinadas à promoção de Habitação de Interesse Social para o atendimento de famílias residentes em assentamentos localizados na referida Área de Proteção aos Mananciais, preferencialmente em função de reassentamento resultante de plano de urbanização ou da desocupação de áreas de risco e de preservação permanente, com atendimento à legislação estadual. (LEI Nº 16.050, DE 31 DE JULHO DE 2014).

moradores sejam presentes e atuantes na luta pela moradia. Isso inclui a sua participação nas manifestações e nas assembleias que ocorrem na ocupação. Se por um lado a Nova Palestina deixa de crescer com a chegada de novos moradores, é observado que fora dela não acontece o mesmo. Durante o trabalho de campo foram constatadas novas construções, em ambientes cada vez mais aglomerados, e que não dispõem de uma organização estabelecida como ocorre na ocupação Nova Palestina. O que evidencia as queixas realizadas pelo Alexandre e o Senhor Moraes, que descrevem que esse crescimento influencia a deterioração do córrego. E põe a prova a atuação da prefeitura frente as suas atribuições estabelecidas no Termo de Cooperação para a realização do PCL.

Lembramos que o Programa Córrego Limpo dispõe sobre responsabilidade da Prefeitura a manutenção das galerias pluviais e bocas de lobo; limpeza dos leitos e margens de córregos; contenção de margens para preservar a infraestrutura de esgotamento sanitário ou sistema viário adjacente; remoção de imóveis situados nas faixas ribeirinhas para permitir a implantação de infraestrutura de esgotamento; reurbanização de favelas nas proximidades dos fundos de vale; fiscalização de residências não conectadas às redes; e desenvolvimento de programas de conscientização da população local (Sabesp, Termo de Cooperação nº 011/07).

Dentre essas atribuições, apenas a limpeza dos leitos e das margens foram mencionadas pelos funcionários do parque, porém não foi constatado, sendo possível observar em alguns pontos a presença do lixo e da vegetação alta (figura 9); além disso, não há a contenção das margens, sendo identificado inclusive a presença de uma escada hidráulica (figura 10) que tem início na Estrada do M'Boi Mirim e desagua no leito do córrego, despejando diretamente sobre ele carga difusa. Por fim, o desenvolvimento de programas de conscientização da população sobre a importância de preservar o córrego não foi realizado, ou ao menos não levou o nome do Programa Córrego Limpo, que é referenciado à população local através apenas de uma placa que indica a sua realização (figura 11).

Fig. 9 - Lixo, espuma e vegetação alta indiciam o atraso na manutenção no córrego do Parque M'Boi Mirim



Autor: Wesley Cruz, 2021

Fig. 10 - Escada hidráulica no Parque M'Boi Mirim



Autor: Wesley Cruz, 2021

Fig. 11 - Placa de indicação da aplicação do PCL no córrego do parque M'Boi Mirim



Autor: Wesley Cruz, 2021

Embora a atuação da Prefeitura seja um tema que valha a dedicação de uma pesquisa própria, este trabalho limita-se em identificar a participação da população sobre o que lhe é atribuído mediante a aplicação do Programa no local e se foram notados alguma alteração no espaço decorrente ao PCL. Portanto, buscamos explorar em primeiro plano as entrevistas dos frequentadores e dos habitantes do entorno do parque M'Boi Mirim e o posicionamento da administração, que tem contato imediato com a população e a manutenção do parque; e da Sabesp, que geralmente é identificada como maior responsável pelo Programa Córrego Limpo. (RODRIGUES, 2016).

3.2. Percepção e envolvimento da população

Para compor este item, foram realizadas entrevistas com os habitantes do entorno, frequentadores e funcionários do parque. Em razão da pandemia de Covid-19, o número de respostas foi reduzido. Sendo obtidos um total de 77 depoimentos. Algumas respostas serão destacadas por terem um maior nível de elaboração dada pelos entrevistados, as demais serão compiladas e apresentadas no decorrer do capítulo⁴⁴.

⁴⁴ As perguntas estão disponíveis no anexo 11, no final da monografia.

A realização das entrevistas teve início em abril de 2021, após a autorização das Secretarias da Saúde e do Verde e Meio Ambiente para a reabertura dos parques. Também neste período foram realizadas entrevistas nas adjacências, com moradores e comerciantes vizinhos ao Parque M'Boi Mirim. Mesmo seguindo os protocolos de distanciamento, uso de máscara e álcool em gel, houve relutância por parte de algumas pessoas para participarem da pesquisa. A quantidade de frequentadores do parque nos dias da entrevista era reduzida, porém, não há certeza se esse ocorrido se dá pela desinformação sobre a reabertura do local, pelo medo da população em ser contagiada, ou mesmo pela falta de interesse em frequentar o parque.

Tendo postas as circunstâncias que estiveram presentes durante a realização da pesquisa no local, apresentaremos os resultados das entrevistas que buscam indicar como é o relacionamento dos habitantes com as causas que permeiam a realização do PCL no córrego do Parque M'Boi Mirim.

Ao questioná-los sobre a existência de um córrego ou lago no parque:

Tab. 7 - Conhece o córrego/lago presente no parque?	Total	%
Sim	68	88%
Não	9	12%

Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2021. Por: Wesley Cruz

Para a parcela que afirma conhecer a existência do córrego/lago, foi perguntado como julgam a sua situação:

Tab. 8 - Qual situação julga que o córrego/lago se encontra? (68 entrevistados)	Total	%
Limpo	2	3%
Sujo	61	79%
Não sabe	5	18%

Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2021. Por: Wesley Cruz

Perguntados se sabiam da realização de alguma obra de recuperação do curso d'água:

Tab. 9 - Sabe se ocorreu alguma obra para recuperá-lo? (68 entrevistados)	Total	%
Sim	7	10%
Não	61	90%

Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2021. Por: Wesley Cruz

Dos entrevistados que alegaram conhecer, apenas dois não tem relação empregatícia com o parque. O que indica que a divulgação ao público não foi eficiente, e que a aplicação do Programa não correspondeu integralmente ao seu propósito, que não está pautado somente na requalificação do curso d'água, mas também inclui o trabalho de aproximar a população do córrego, para que esta possa contribuir com a manutenção da sua qualidade e otimizar os resultados. Como apresenta Silva (2014), em sua tese de doutorado, em que compara o processo de recuperação do córrego de Sapé e Ibiraporã, após aplicação do Programa Córrego Limpo. A autora chega à seguinte conclusão:

[...] através do método da Unidade de Carga e utilizando dados de geração de carga difusa da literatura, foi possível quantificar a geração de carga difusa nas bacias da Nascente do Sapé e do Córrego Ibiraporã e obteve-se como resultado gerações semelhantes (39,782 Kg/km²/dia na Nascente do Sapé e 35,986 Kg/km²/dia no Córrego Ibiraporã). Portanto, como os corpos d'água apresentaram resultados distintos no processo de recuperação, pode-se atribuir estes resultados em parte ao programa de governança colaborativa implantado na bacia do Córrego Ibiraporã. Ou seja, **o envolvimento da população no processo de recuperação resultou na redução do potencial poluidor da bacia resultando por fim na maior efetividade do processo de recuperação por remoção de cargas pontuais.** (p. 147, grifo nosso).

Apenas sete entrevistados responderam ter notado alguma alteração ligada ao córrego, mas não tem certeza da relação com o PCL. Dentre as alterações citadas por eles estão: a qualidade da água mais transparente, redução do mau odor e do lixo, crescimento da vegetação e a presença de animais como peixes e aves; os demais entrevistados, mesmo os que não conhecem o córrego, não notaram nenhuma diferença dentro ou no entorno do parque.

Buscamos saber se é de conhecimento dos entrevistados se o parque desenvolve ou desenvolveu algum projeto relacionado ao córrego:

Tab. 10 - Conhece algum projeto do parque que convida a população a preservar ou melhorar as condições ambientais do córrego/lago?	Total	%
Sim	6	8%
Não	71	92%

Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2021. Por: Wesley Cruz

A maioria, 92%, desconhece a existência de algum projeto; já os 8% restante, que compreende apenas 6 entrevistados, apontam como iniciativa do parque, a existência de placas informativas que lembram o visitante de zelar pelas condições do parque

descartando o lixo em local apropriado. Alguns funcionários ainda lembraram das reuniões do conselho gestor, no período pré-pandemia⁴⁵ e de um raro mutirão de limpeza. Ocorreram menções à projetos realizados pelo parque, mas que não tem relação com o córrego, como: oficinas de artesanato, dança e jardinagem.

Outro levantamento diz respeito a como os entrevistados enxergam a preocupação da população sobre as questões ambientais:

Tab. 11 - Acha que a população se preocupa com a questão ambiental?	Total	%
Sim	13	17%
Não	63	82%

Entrevistas realizadas entre abril e junho de 2021. Por: Wesley Cruz

O intuito dessa pergunta vai além de buscar saber como a população descreve a sua preocupação, o que se comprova pela devolutiva negativa de que os habitantes e frequentadores tem uma má impressão. Busca também conhecer ao que se atribui essa não preocupação. As respostas em sua maioria recaíram sobre a falta de consciência ambiental. Exatamente a última etapa sob responsabilidade da Prefeitura e da Sabesp. Uma das respostas se sobressai as demais por trazer uma crítica ligada ao que o geógrafo Milton Santos (1994) atribui a perversidade gerada pela modernização das grandes cidades, que ao empurrar uma massa de trabalhadores para a periferia, cria outros problemas, seja de mobilidade ou infraestrutura. O entrevistado declara:

Falta de instrução, de engajamento, falta de tempo. Todas as pessoas aqui trabalham, pegam 4 horas de trânsito para ir, 4 horas para voltar. Então ninguém vai ter tempo de pensar [nas causas ambientais], né? Então é assim, não é um descaso que a população faz. Eu acredito que teria grupos ou pessoas que gostariam de fazer algo. Mas por tempo, disponibilidade ou dinheiro, enfim, né? Não consegue. (Entrevista realizada em 14 de abril de 2021).

⁴⁵ No site da prefeitura estão disponíveis as atas dos conselhos. A última reunião data do dia 22 de janeiro de 2019, porém não foi realizada por falta de quórum. O último registro que consta a realização da reunião com quórum foi no dia 24 de julho de 2018, em que foi discutido a programação do aniversário do parque. Dentre as atividades estava organizado a análise da água com o projeto “Observando Rios” da SOS Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/conselhos_gestores/index.php?p=299078>. Acesso em: 22 jul. 2021

3.3. Posicionamento das instituições

3.3.1. Administração

Em entrevistas realizadas entre janeiro e março de 2021, a administração foi questionada sobre a atuação do parque em propor projetos que engajem a população às causas ambientais e sobre os resultados que o Programa Córrego Limpo alcançou.

Foram entrevistadas três personalidades, sendo dois representantes ligados a administração atual: Juliana de Cassia, administradora desde 2019 e Alexandre, auxiliar administrativo desde 2016; e Pauliana França, administradora nos anos de 2017 a 2019.

Questionados sobre a realização de trabalhos de conscientização ambiental, Pauliana relata que em sua época era ofertado pelos estagiários, oficinas e projetos relacionados a água, eles

[...] ofereciam esse trabalho para a comunidade de uma forma bem fácil para eles compreenderem. Era muito bacana nessa época, e o pessoal adorava. Fora isso a gente tinha uma parceria com a SOS Mata Atlântica, que a gente fazia a análise da água mensalmente, né? Eles nos disponibilizavam o kit para ver a questão da turbidez, a acidez da água, DBO, enfim. A gente via vários parâmetros, né? Tipo dessa qualidade e a gente alimentava o sistema da SOS. Era muito bacana, tinha vários córregos que estão cadastrados nesses programas deles. Muito bom. E a gente fazia isso em conjunto com a comunidade, pois eles acompanhavam essas análises, né? Então, não sei se hoje ainda tem essa parceria com a SOS, mas na época era muito bom. (Entrevista concedida em 11 de março de 2021).

Na gestão atual os estágios foram descontinuados. De acordo com a atual administradora, isso se atribui à pandemia e ao desinteresse dos novos estagiários a tentarem novas bolsas. Com relação a SOS Mata Atlântica, consta no site oficial da fundação que o projeto “Observando os Rios” continua ativo, porém, a última análise cadastrada data do dia 20 de fevereiro de 2020, período em que se tem início do agravamento da pandemia no país.

Questionei se os projetos de participação social estavam associados ao Programa Córrego Limpo, como resposta, a administração diz não ter conhecimento se há relação, mas acredita que não. Essa questão será respondida no item seguinte, quando foi perguntado aos agentes da Sabesp sobre a atuação social da Companhia na área de estudo.

Ao fazer um levantamento das atas das reuniões do conselho gestor, em que a população pôde participar, propor ideias, e debater sobre assuntos relacionados ao parque, notamos que o quórum foi reduzindo com o decorrer do tempo, a ponto de não serem mais

realizadas. Uma das perguntas feitas aos administradores busca saber a posição do parque sobre essa ocorrência. Para Juliana, o fato de não haver atividades que não entretenham o público, faz com que a população busque o parque somente pela caminhada e corrida. Para Adriano,

O parque tem uma peculiaridade, né? Ele não é um parque como a maioria dos parques de São Paulo que você tem muito atrativo. Aqui é um parque totalmente pra caminhada, pra exercício, né? Então, nós temos 3 parques próximos aqui. Que tem muito mais atrativos, né? Tem quadras, tem campo, tem vários playgrounds, né? Então isso também foge... esse público do nosso, foge um pouco para esses parques, né? Nós temos um parque aqui no Fundão que tem até piscina, né? Então a família em si acaba indo pra lá que tem mais, tem mais diversões para as crianças, para a família em completo. Aqui não, aqui nós temos um período na parte da manhã, onde eles vêm fazer a caminha, vem fazer as corridas, é o básico deste parque; e temos um público menor, que vem também de tarde, vem para andar na trilha, sabe? Descansar dentro do parque, então essas são as diferenças. Nós temos o ecológico aqui, que é um parque gigantesco; nós temos o parque do funcionário público, que é esse que tem piscina; então dispersa um pouco o público daqui, mas eu não acho que seja tão baixo assim não, eu acho que seja só esse motivo mesmo. Aqui é um parque para você refletir. Ele é gostoso demais para você vir passar uma tarde aqui, uma manhã aqui, não tem muito barulho (Entrevista concedida em 25 de março de 2021).

Em razão deste caráter contemplativo, e de haver a preocupação em preservar as árvores e os animais nativos, a administradora conclui ser arriscado realizar algumas atividades que possam trazer danos ao parque.

Para finalizar, buscamos saber sobre os resultados alcançados com a aplicação do Programa e o acompanhamento dado Sabesp. Alexandre, o representante da administração mais antigo no local, diz que:

A isso... o maior impacto que a gente tem, que eu tenho [percebido] é a questão do lago, por quê? Porque depois da despoluição do lago, nós tivemos a presença da fauna presente, né? As aves principalmente, elas vêm mais pro parque, né? Nós temos aves aqui que não vinham nesse período, e hoje, depois da limpeza, da despoluição, a gente tá percebendo que vem outras aves já coletar os peixes do lago (Entrevista concedida em 25 de março de 2021).

Foi realizado a tentativa, sem sucesso, de entrar em contato com Eloise Souza, administradora do parque na época em que se deu a aplicação do PCL. Porém, há uma reportagem de 2015, no site da Prefeitura, com os relatos de Eloise, sobre o andamento das obras. Segundo consta em seu depoimento:

Foram três anos de espera e um ano de muitas negociações, até que a administração e a subprefeitura acordassem com a SABESP - responsável pela obra que já traz mudanças significativas para região.

Em poucos meses as melhorias já podem ser notadas. As águas antes encobertas pela sujeira e mal cheiro, já estão cristalinas em suas margens. Os animais voltam para seu habitat natural, e o parque já conta com novos moradores, pássaros, patos e vários outros animais.

Para que isso acontecesse a obra contou com a canalização do esgoto, incluindo a troca das manilhas – uma espécie de tubo. Antes esses tubos possuíam a capacidade de apenas 200 mm e agora foram substituídos pelos de 400 mm. A troca diminuiu 90% do problema em apenas dois meses de obras, que estão previstas para serem finalizadas nas primeiras semanas de 2016.

“Hoje já podemos perceber que o número de pessoas que visitam o parque aumentou. Muita gente vem correr e fazer atividades físicas aqui durante o dia” – conta alegre pela conquista a administradora Eloise. (PMSP, 2015).

Em nenhum momento da publicação houve menção ao nome do Programa Córrego Limpo. O que levanta dúvidas sobre se o que de fato foi realizado no local.

Em relação a manutenção realizada pela Sabesp, a atual administração diz ser insuficiente, dada a descarga de esgoto que ainda ocorre no local; sobre o monitoramento, Alexandre diz que os técnicos realizam a amostragem em dois pontos do parque: o primeiro no ponto mais extremo, onde a qualidade da água é mais degradada por ter acesso direto aos efluentes das casas vizinhas; e o segundo ponto, localizado próximo a entrada do parque, as condições das águas são melhores, pois passa por cascalhos que acaba filtrando algumas impurezas.

No relatório apresentado pela Sabesp para esta pesquisa⁴⁶, é apresentado um único valor de DBO para o mês, geralmente 10 mg/l. Em comparação com os resultados das análises da SOS Mata Atlântica, 30 mg/l⁴⁷, há uma variação de 20 mg/l para baixo. O que mesmo se enquadrando nos padrões almejados pelo Programa, gera uma dúvida sobre a confiabilidade dos testes realizados pela companhia, que passa a apresentar para o público resultados mais satisfatórios do que aqueles encontrados em campo, e que não representam integralmente as condições do córrego, já que este ainda se encontra com trechos poluídos. Procurada para um posicionamento sobre essa disparidade, a Companhia informa que:

Foram realizados testes em amostras da água do lago constatando que a DBO (demanda bioquímica de oxigênio), que era de 192 mg/L em 2015, após a conclusão das obras passou a apresentar valores abaixo de 20 mg/L. Mensalmente a Sabesp realiza análises pelo laboratório da

⁴⁶ Anexo 8

⁴⁷ Resultados disponíveis em: <<http://observandoosrios.sosma.org.br/grupo/67/parque-mboi-mirim?de=01%2F02%2F2015&ate=31%2F08%2F2021>>. Acesso em: 25 jul. 2021

Companhia que é creditado pelo padrão ISO, o que atesta a credibilidade dos índices aferidos. (Nota emitida em 18 de agosto de 2021).

3.3.2. Sabesp

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021, os técnicos do Departamento de Planejamento Integrado (MPI), Carlos Alexandre Trindade e Felipe Caldeira, e os representantes da Superintendência de Comunicação, responderam a indagações sobre a atuação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no córrego do Parque M'Boi Mirim.

De início os técnicos responderam sobre a atuação da Sabesp no local, após a aplicação do Programa:

É feito mensalmente o acompanhamento, após as obras, da análise de Demanda Química de Oxigênio, um dos parâmetros da análise de qualidade. Há também o trabalho de zeladoria, que é feito em conjunto com a prefeitura e a sociedade. A zeladoria é a manutenção, né? Do córrego, né? Para manter a qualidade do córrego, né?

A Sabesp, o trabalho dela é na infraestrutura na linha de esgoto, né? Então se identificado se tem alguma irregularidade na qualidade da água, a Sabesp faz todas as inspeções da rede de esgoto, tenta identificar onde pode ser algum vazamento, ou uma ligação clandestina que é feita, ou uma rede que pode obstruir, aí pode tá dando um extravasamento, né? Que a água pode ir para uma galeria. Esse trabalho é feito pela Sabesp, né? A gente faz uma correção quando identifica, né? (Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021).

Complementam fazendo menção ao papel social na zeladoria do córrego:

[...] depois a gente conta com o apoio da sociedade, com a comunidade local, para fazer a preservação, né? Do ambiente daquele córrego, evitando que você tenha depois os impactos de uma cidade no córrego, né? O lixo, né? Enfim... Aí são inúmeros problemas que a gente consegue depois de uma oficina de educação ambiental, contato/reunião com as lideranças, né? Buscando sempre é identificar os problemas e resolvê-los, né? (Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021).

Nesses três trechos destacados da entrevista, são apontados o que se espera da atuação da Companhia sobre qualquer córrego que seja implementado o PCL. Entretanto, ao realizar observações durante o trabalho de campo e ao consultar a população, foi constatado que as atividades então mencionadas pelos técnicos não ocorrem com regularidade e nem de forma eficiente a evitar que o esgoto chegue ao leito do córrego. Essa situação é testemunhada pela administradora do parque:

[...] a gente tinha uma manutenção da Sabesp antes da pandemia. Só que aí, para ser sincera com você, eles vêm bem pouco, vem uma vez por mês, mais ou menos. Antes da pandemia eles vinham umas duas, três

vezes por mês, agora vem uma vez ou outra, as vezes nem vêm. (Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021).

E pelo Sr. Moraes, que tem um trecho do córrego passando por sua propriedade:

[...] eles colocaram umas válvulas, onde pode captar o esgoto. [...] E quando chove, desce de tudo: geladeira, fogão, armário, lixo. Por que essas válvulas? Porque se descer tudo isso e for para a rede de esgoto existente, vai entupir. Então essas válvulas quando desce um pouco a mais de lixo, elas fecham e volta a despejar no córrego que vai pro parque novamente. Passado isso, vem uma equipa da Sabesp limpar as válvulas, tá? Periodicamente, pra poder evitar que esse esgoto vá para o parque, entendeu? (Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021).

No que se refere ao envolvimento da população, a Companhia exalta por meio das respostas dos seus representantes o discurso de importância da participação social. Porém, como já apresentado no item anterior, tanto os frequentadores do parque, quanto os moradores do entorno desconhecem a implantação do Programa Córrego Limpo ou das estratégias institucionais ligadas a ele. Em resposta ao questionamento sobre o córrego do parque não ter recebido o método de Governança Colaborativa, a Sabesp, por meio da assessoria de imprensa diz que:

O córrego do Parque M'Boi Mirim, assim como os demais córregos do Programa que ainda não foram construídas a relação de parceria com a comunidade, tem perspectiva de receber a Governança Colaborativa. Não tem como se prever quando ou como se constroem esse vínculo de parceria, pois depende da sensibilização e do interesse da comunidade para a estruturação de grupos engajados com propósitos coletivos na solução de problemas afetos à saúde, segurança e qualidade de vida na comunidade. O contexto das regiões de cada córrego são diversos e a diversidade social, econômica e ambiental variam de acordo com o perfil das comunidades, a forma como elas se organizam, as condições ambientais dos córregos, entre outros fatores. A presença do chamado “poder paralelo” em alguns lugares requer atenção à segurança dos agentes públicos e às possibilidades de interlocução com a população local, bem como de implantação e consolidação das ações e dos projetos. (Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2021);

A realização do projeto “Observando os Rios”, da SOS Mata Atlântica, que seria outra estratégia conjunta de monitoramento das águas e educação ambiental, ao menos no local, não tem relação com o Programa; em relação à zeladoria do córrego, identificada por Rodrigues (2016) como formato mais simples de colaboração, sem a necessidade da mobilização de grupos, foi identificado que para o córrego em questão, essa função é desempenhada não por um morador, mas pelo Alexandre, assistente administrativo do parque. O que não torna esse formato menos eficiente, mas também não contribui com a construção da consciência ambiental aos membros da sociedade que não tem contato frequente com a questão ambiental.

3.4. Conclusões

Por tanto, os esforços empenhados em identificar os resultados do PCL, fora da perspectiva promocional das instituições responsáveis por sua implementação, nos direcionou a realização de entrevistas com moradores que vivem próximos ao córrego. E, portanto, dispõem de propriedade para analisar e oferecer depoimentos imparciais sobre as consequências do Programa.

Em resposta, a maioria dos entrevistados afirmam desconhecer o Programa e sua aplicação; a etapa que compreende a participação popular através de projetos; e os resultados decorrentes das obras realizadas. Não sendo difícil encontrar declarações que tenham críticas a sua qualidade. Diferente do tom genérico e promocional adotado nas respostas concedidas pela Sabesp.

As impressões obtidas durante o trabalho de campo, apresentam um fragmento social descontente com as condições do córrego e com a falta de atrativos no parque. Esse último fator proporciona a procura por outros locais como fonte de lazer. Restando ao parque M'Boi Mirim um caráter passageiro. Dificultando a criação de um senso de pertencimento por parte de população. Tal condição poderia ser suprimida se fossem adotadas iniciativas interdisciplinares que atendessem aos interesses sociais, dentre eles, oficinas de artesanato, teatro, jardinagem, projetos recreativos.

Tornar a população personagem integrada a dinâmica do parque, favorece o surgimento e a identificação de lideranças. E culminaria com a aplicação da Governança Colaborativa. No qual não se faz presente no parque, pela justificativa de não terem sido encontrados representantes para compor esse modelo de participação. Um impeditivo para o aperfeiçoamento dos resultados do PCL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o córrego esteja localizado dentro de um parque contemplativo municipal, e seja de responsabilidade da administração a sua preservação. É fundamental que sejam realizados projetos que possam promover a conscientização ambiental e aproximar a população à temas que poderão ser disseminados para outros indivíduos e ambientes. Alçando benefícios sobre a qualidade de vida da população e despertando a noção de zelo e pertencimento aos espaços naturais.

Guiado pelo método Regressivo-Progressivo, de Henri Lefebvre (1995), percorremos nos dois primeiros capítulos a formação histórica de dois elementos que compõem o objeto desta pesquisa. Foram eles: o processo de ocupação do bairro que compreende a área de estudo; e a origem do Programa Córrego Limpo. Lefebvre nomeia esta etapa como Analítica-Regressiva. No capítulo seguinte: “O Programa Córrego Limpo e a Relação com a População do Entorno do Córrego do Parque M’boi Mirim”, voltamos a identificar os problemas encontrados no presente, através da observação do espaço e dos relatos coletados. Esta é a etapa Descritiva. Por fim, convergimos para a terceira e última etapa, progressiva, onde consideramos finalmente aludir que os problemas identificados tem sua origem decorrentes dos desencontros temporais e espaciais.

Ou seja, a gênese dos problemas ambientais e a escassa participação pública são derivadas do processo de urbanização, impulsionada pela instalação das indústrias que atraíram uma massa de trabalhadores, modernizou a infraestrutura da capital e encareceu o valor dos imóveis; como consequência, houve a expansão da mancha urbana em direção a áreas que não possuíam o aporte necessário para receber tal demanda.

O fato é que o meio ambiente urbano é resultado do processo de formação do espaço urbano-metropolitano. Não há novidade nisto, pois acontece em todo mundo. O resultado, com **as determinações de cada sociedade e época, ser marcado pela degradação socioambiental ou não, depende justamente dos interesses e da organização dos sujeitos sociais envolvidos e da forma como resolvem os conflitos junto ao poder público.** Sem dúvida, a chamada “macrocefalia” urbana em países como o Brasil e a periferia a ela associada têm a degradação ambiental como um dos aspectos marcantes (CUSTÓDIO, 2002, p. 168, grifo nosso).

Na medida que a qualidade ambiental se deteriora em paralelo as questões habitacionais. A população se vê a margem de outros problemas, como aqueles ocasionados pela reestruturação produtiva do capital, que precarizou as relações de

trabalho, reduzindo a oferta de emprego nas indústrias e fomentando o setor de serviços e comércio (COELHO, 2017). Milton Santos (1994), descreve esse fenômeno como consequência da “involução metropolitana”, que faz jus a contradição produzida através da modernização das atividades alçadas pela globalização,

[...] de um lado, existe crescimento, mas este é paralelo à baixa do rendimento médio e à expansão do número de emprego mal remunerados com as correspondentes condições de vida. A adaptação da economia a essa “involução metropolitana” caracteriza-se por uma proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender. (1994, p. 94).

Esse trecho nos faz recordar de um dos depoimentos expressos durante as entrevistas, que busca justificar a razão pelo qual os habitantes não se dedicam a pautas como a do meio ambiente. Tendo sua atenção voltada a reposição das suas energias para garantir a manutenção do seu modo de vida, vendendo sua força de trabalho ao mercado.

[...] de fato, o mercado que autoriza a presença simultânea na cidade, sobretudo e mais claramente na grande cidade, de tantas formas de realização econômica diferentes e até contrastantes. As diferenças de rendas, o tamanho das cidades e as dificuldades de acessibilidade tornam possível que diversas formas de produção, de circulação, distribuição e consumo se dêem paralelamente, com a presença simultânea, em diversos ramos produtivos, de empresas hegemônicas e de toda uma gama, variável segundo as aglomerações, de empresas não hegemônicas. (SANTOS, 1994, p. 101).

As consequências remanescentes do processo de urbanização, estão presentes não somente sobre as edificações, mas também sobre as relações entre os habitantes e o meio ambiente. Os depoimentos aqui apresentados denotam o baixo envolvimento da população em atividades que compreendam a preservação e recuperação ambiental. Isso inclui o Programa Córrego Limpo. Que apresenta falhas nas atribuições dos três integrantes que o compõe, a saber:

Sobre o papel da Prefeitura, foram observadas falhas na fiscalização e na regularização/desocupação de imóveis irregulares, haja vista que a ocupação Vila Nova Palestina encontra-se desde 2014, classificada como pertencente a uma zona adequada a urbanização (ZEIS 4), mas ainda padece por questões políticas e burocráticas, que impedem a realização de obras que incluem a adequação sanitária; outra pendência identificada está relacionada a limpeza e manutenção das margens, onde foi possível localizar a presença de lixo e da vegetação alta.

Em relação a Sabesp, foi possível identificar as conexões instaladas nas mediações dos córregos, porém, de acordo com o depoimento dos habitantes, essas instalações não são o suficiente para atender a demanda crescente da população, e em períodos de chuva a situação se agrava, pois o mecanismo de válvulas instaladas para captação de esgoto é fechada para evitar a obstrução das tubulações e como consequência os efluentes domésticos caem sobre o córrego do Parque; ainda foi identificado uma escada hidráulica que tem ligação entre a avenida e a área interna do parque, sendo provedora imediata de carga difusa.

No que se refere a atuação da população. Em relação ao PCL é inexistente. Nenhum entrevistado foi capaz de relacionar a aplicação do programa à projetos que visam a sua participação, sendo possível ainda constatar que a realização do Programa e seus impactos são desconhecidos pela maioria. Essa situação deve ser somada as falhas da Prefeitura e da Sabesp, haja vista que recaem sobre essas instituições a responsabilidade de realizar planos de integração da população.

Tendo apresentado a composição e execução do Programa no córrego do Parque M'Boi Mirim. Nos questionamos se o que de fato foi realizado pode ser considerado como Programa Córrego Limpo. Pois a constatação da não realização de ações que compõem elementos importantes do Programa, como a participação da população e a colaboração da Prefeitura, põem em dúvida a parceria que é propagada como elemento chave e inovador deste projeto.

Como sugestão para futuras pesquisas que possam contribuir com o tema. É relevante a comparação com córregos que possuam características semelhantes, e que de fato tiveram a colaboração da população após a recuperação pelo Programa. Assim, poderá ser construída uma análise sobre os efeitos na qualidade de vida e na dinâmica espacial que a participação popular na manutenção dos córregos em parques urbanos pode oferecer.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N.; FORMIGA-JOHNSON, Rosa M.; FRANK, Beate; KECK, Margaret E.; LEMOS, Maria C. **Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil**. Campinas: Ambiente & Sociedade, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2009000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 jan. 2021

AQUINO, Julio Groppa. **Conhecimento e Mestiçagem: O ‘Efeito-Macabéa’**. in Do Cotidiano Escolar. São Paulo: Summus, 2000. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cadernosubjetividade/article/viewFile/38407/26073>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ARRETCHE, Marta. Política Nacional de Saneamento: a Reestruturação das Companhias Estaduais. In: **Temas Especiais – Infra-Estrutura. Perspectivas de Reorganização**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7894>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BERTOLOTI, F. **Os conteúdos sociais da crise ecológica: a produção do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062011-083921/pt-br.php>> Acesso em: 20 fev. 2021.

BONDUKI, Nabil. Habitação e família: por que casa própria. In: KOWARIK, Lúcio (coord.). **Modo e Condições de Vida: um Estudo das Desigualdades em São Paulo**. São Paulo: DIEESE/CEDEC, 1986.

BRANT, Vinicius. **São Paulo: trabalhar e viver**. Comissão de Justiça e Paz em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1989. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/SaoPaulotrabalhareviver.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

_____. **A Reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CASCIONE, Marcelo F. et al. “Modelo organizacional para a administração de sistemas operacionais do interior”. In: **Revista DAE**, n. 126, setembro de 1981. Disponível em: <http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_126_n_1253.pdf> Acesso em: 15 mar. 2021.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Relatório Final da Atividade de Prospecção Tecnológica em Recursos Hídricos**. Brasília: CGEE, 2003. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/relatorio_final_rec_hid_1183.pdf/e952f403-1994-4a18-9bb9-5fdf5468c9fd?version=1.0> Acesso em: 20 fev. 2021.

COELHO, Maria N. Gomes. **O movimento sindical metalúrgico na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30072008-121008/pt-br.php>> Acesso em: 20 fev. 2021.

COELHO, Rafael Junior. **Produção do espaço urbano e resistências: A ocupação Vila Nova Palestina / Rafael Julio Coelho; orientadora Simone Scifoni**. - São Paulo, 2017. TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. Disponível em: <<http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021101/tce-16082018-122751/?&lang=br>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. **Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo: Sabesp. 2020a. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/relatorios_sustentabilidade/relatorio_sustentabilidade_2020.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

_____. **Notícias: Governo de SP e Sabesp inauguram estação que trata esgoto de Caieiras**. São Paulo: Sabesp. 2020b. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=8410>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

_____. **Novo Rio Pinheiros**. São Paulo: Sabesp. 2021. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=751>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CUNHA, Alexandre dos Santos. **Saneamento Básico no Brasil: Desenho Institucional e Desafios Federativos**. Rio de Janeiro: IPEA Texto para Discussão 1565, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1338/1/TD_1565.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CUSTÓDIO, Vanderli. **A persistência das inundações na Grande São Paulo**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032010-182931/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL/EDUSP. 1971

ESPAÇO DAS ÁGUAS, FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA E SANEAMENTO, COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP. **Dossiê Institucional Empresas de Saneamento em São Paulo.**

Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp, 2008. Disponível em:

<http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/2_dossie_institucional_empresas_de_saneamento.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021

GIUDICE, Silvio L.; MENDES, Augusto R.M. Ações antrópicas e seus impactos nos cursos de água. In: TELLES, Dirceu D'Alkmin. (Org.). **Ciclo Ambiental da Água: da chuva à gestão.** São Paulo: Blucher, 2013.

GOULART, D. C. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).** Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/100930>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - GESP. **Novo Rio Pinheiros.** São Paulo: GESP, 2021. Disponível em: <<https://novoriopinheiros.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

_____. **Programa ‘Córrego Limpo’ revitaliza cursos d’água na capital** São Paulo: GESP, 2018. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/programa-corrego-limpo-promove-revitalizacao-de-cursos-dagua-na-capital/>> Acesso em: 22 jan. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª edição. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, 2006. Disponível em:

<https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 12, p. 27-42, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1998.0012.0002. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **O direito a cidade.** Tradução. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 5ª edição - 4ª impressão, 2013;

MASSONE, Gilmar. **Programa Córrego Limpo. Metodologia para despoluição de córregos.** Apresentação no X Encontro Nacional de Águas Urbanas – ENAU da Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, 2014. Disponível em:

<https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/175/3758cdf5b9ee1de78d6eb2d9c1dbb5dd_966209e9bf75f022ab6cfb662db97dd8.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia - BPG**, São Paulo, n. 50, p. 83-102, 1976. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1123>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MONTEIRO, C.A. de Figueiredo. **Teoria e clima urbano**. Série Teses e Monografias n° 25, São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1976.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO - MTST. **As linhas políticas do MTST**. MTST, [s/d]. Disponível em: <<https://mtst.org/?s=a+linha+politica+do+mtst>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PMSP. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Perímetros de Ação: M'Boi Mirim**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2019a. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

_____. **Histórico**: Conheça a história da região de M'boi Mirim. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/m_boi_mirim/historico/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

_____. **Obras na tubulação resgatam a fauna e a flora no Parque do M'Boi Mirim**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/m_boi_mirim/noticias/?p=62743>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PEREIRA, Paulo C. X.; SAMPAIO, Maria R. A. **Habitação em São Paulo**. São Paulo: IEA/USP, 2003. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268333071.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (orgs.). SP – Ocupação Vila Nova Palestina luta por moradia digna e direitos constitucionais. In: **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP, 2015. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/sp-ocupacao-vila-nova-palestina-luta-por-moradia-digna-e-direitos-constitucionais/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo (1935). in: PRADO JUNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: Geografia e História**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

RODRIGUES, Maira. **Implementando a participação**: interações estatais e socioestatais no Programa Córrego Limpo da Sabesp/ Maira Rodrigues; orientador Adrian Gurza Lavalle. - São Paulo, 2016. 132 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122016-120736/publico/2016_MairaRodrigues_VCorr.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: O caso de São Paulo**. São Paulo. Nobel, 2009.

_____. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SÃO PAULO, Rede Nossa. **Mapa da Desigualdade 2020 - Tabelas.** São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: Geografia do Brasil. ROSS, Jurandyr L. S. (org.); São Paulo: Edusp, 1995.

SILVA, Fabiano Leite da. **Metrópole corporativa e fragmentada: a urbanização da Península do Ribeirão Cocaia, Grajaú, em São Paulo/ Fabiano Leite da Silva; orientador Fabio Betioli Contel.** - São Paulo, 2016. 149 f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02122016-131109/pt-br.php>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Juliana Caroline de Alencar da. **Recuperação de córregos urbanos através do controle de cargas pontuais e difusas** - estudo de caso: córrego Ibiraporã e do Sapé / J.C.A. da Silva. - São Paulo, 2014. 192 f. Tese (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-17102014-115349/pt-br.php>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA - SOSMA, **Relatório Observando o Tietê 2019: O retrato da qualidade da água e a evolução dos indicadores de impacto do Projeto Tietê.** São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2019. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/downloads/index.php>>. Acesso em: 22 mar. 2021

_____. **Observando os Rios: como participar.** São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2021. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/iniciativa/observando-os-rios/#aba4>> Acesso em: 23 mar. 2021

SOUZA, Charles B. G., **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia,** Confins [Online], 2009, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/5633>>. Acesso em: 20 jun. 2021

TUNDISI, José Galizia; MATSUMURA-TUNDISI, Takako. **Recursos Hídricos no Século XXI.** São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

WHATELY, Marussia.; FERRARA, Luciana Nicolau.; SANTORO, Paula Freire. **Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/N4L00008.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ANEXOS

DISTRITO	VALOR
Brás	31,3
Pari	32,1
Consolação	32,2
Barra Funda	32,3
Bela Vista	33,0
Jardim Paulista	34,1
Santa Cecília	35,0
República	35,1
Alto de Pinheiros	36,0
Liberdade	36,2
Pinheiros	36,5
Vila Mariana	36,6
Perdizes	37,0
Itaim Bibi	37,4
Vila Medeiros	37,6
Sé	38,3
Cambuci	39,0
Ipiranga	39,2
Bom Retiro	39,5
Moóca	40,4
Vila Maria	40,9
Moema	41,2
Saúde	42,4
Cursino	42,8
Água Rasa	43,3
Lapa	43,8
Sacomã	44,1
Campo Belo	45,4
Vila Prudente	45,6
Belém	45,8
Santana	46,4
Jaçanã	46,9

DISTRITO	VALOR
Vila Guilherme	47,1
Morumbi	47,7
Butantã	48,7
Jabaquara	49,3
Vila Leopoldina	49,4
Santo Amaro	49,9
Jaguari	50,8
Tucuruvi	51,3
Jaguara	51,5
Socorro	51,6
Limão	52,1
Casa Verde	52,6
Penha	52,6
São Domingos	52,9
Vila Andrade	53,2
Carrão	53,8
Vila Matilde	53,8
Tatuapé	54,0
Aricanduva	55,1
Vila Formosa	55,3
Vila Sônia	55,7
Tremembé	56,1
Ponte Rasa	57,0
Rio Pequeno	57,1
Mandaqui	57,6
Cachoeirinha	59,0
Campo Grande	59,0
Campo Limpo	59,1
São Lucas	59,1
Cidade Ademar	59,4
Artur Alvim	60,4
Vila Jacuí	60,4

DISTRITO	VALOR
Sapopemba	60,6
Freguesia do Ô	60,8
Jardim São Luís	62,5
Pirituba	62,5
Capão Redondo	63,0
São Rafael	63,9
Cidade Dutra	64,1
Cangaíba	65,3
Ermelino Matarazzo	65,6
Raposo Tavares	66,0
Itaquera	67,3
Cidade Líder	68,1
São Miguel	68,9
Vila Curuçá	68,9
Brasilândia	69,7
Jaraguá	70,8
Perus	71,5
Pedreira	71,7
Jardim Helena	72,2
São Mateus	73,9
Itaim Paulista	74,0
Parque do Carmo	75,7
Lajeado	77,2
José Bonifácio	79,3
Anhangüera	80,4
Guaianases	80,7
Jardim Ângela	83,7
Iguatemi	84,0
Grajaú	84,7
Cidade Tiradentes	111,3
Parelheiros	117,7
Marsilac	124,7

Média de São Paulo 56,2

Anexo 1 - Tempo médio das viagens ao trabalho por transporte público (grifo nosso) Fonte: Mapa da desigualdade, 2020.

DISTRITO	VALOR
Alto de Pinheiros	R\$ 9.591,93
Perdizes	R\$ 9.348,58
Jardim Paulista	R\$ 9.327,12
Moema	R\$ 9.248,43
Santo Amaro	R\$ 9.159,73
Vila Leopoldina	R\$ 8.692,12
Morumbi	R\$ 8.347,66
Pinheiros	R\$ 8.310,20
Itaim Bibi	R\$ 8.060,27
Consolação	R\$ 8.035,16
Vila Mariana	R\$ 7.904,87
Campo Belo	R\$ 7.898,93
Lapa	R\$ 7.595,70
Butantã	R\$ 7.142,25
Vila Andrade	R\$ 7.070,82
Vila Sônia	R\$ 7.020,62
Saúde	R\$ 6.953,38
Barra Funda	R\$ 6.863,34
Santana	R\$ 6.385,73
Bela Vista	R\$ 6.047,44
Campo Grande	R\$ 5.899,23
Liberdade	R\$ 5.852,47
Cambuci	R\$ 5.772,87
Moóca	R\$ 5.741,03
Tatuapé	R\$ 5.694,57
Socorro	R\$ 5.665,66
Mandaqui	R\$ 5.346,82
Santa Cecília	R\$ 5.259,31
Ipiranga	R\$ 5.044,54
Jabaquara	R\$ 5.028,61
Tucuruvi	R\$ 5.001,68
Vila Guilherme	R\$ 4.930,00

DISTRITO	VALOR
Jaguaraé	R\$ 4.885,74
Água Rasa	R\$ 4.776,10
Vila Formosa	R\$ 4.689,42
República	R\$ 4.616,70
Casa Verde	R\$ 4.599,38
Vila Prudente	R\$ 4.460,49
Jaguara	R\$ 4.380,06
Belém	R\$ 4.354,01
Rio Pequeno	R\$ 4.285,37
São Domingos	R\$ 4.259,13
Bom Retiro	R\$ 4.214,54
Raposo Tavares	R\$ 4.140,98
Freguesia do Ó	R\$ 4.088,71
Sé	R\$ 4.071,33
Cursino	R\$ 4.061,12
Carrão	R\$ 4.058,53
Sacomã	R\$ 4.035,47
Penha	R\$ 3.995,96
Vila Medeiros	R\$ 3.981,58
Pirituba	R\$ 3.948,51
Parque do Carmo	R\$ 3.807,26
Limão	R\$ 3.807,16
Pari	R\$ 3.771,03
Ponte Rasa	R\$ 3.752,12
Cidade Dutra	R\$ 3.746,47
Cidade Líder	R\$ 3.744,68
Campo Limpo	R\$ 3.705,31
Vila Maria	R\$ 3.634,90
Vila Matilde	R\$ 3.631,38
Artur Alvim	R\$ 3.604,44
Jaçanã	R\$ 3.550,27
Cachoeirinha	R\$ 3.539,92

DISTRITO	VALOR
São Mateus	R\$ 3.534,51
Ermelino Matarazzo	R\$ 3.517,19
Aricanduva	R\$ 3.452,87
São Miguel	R\$ 3.435,50
Itaquera	R\$ 3.425,36
Capão Redondo	R\$ 3.370,88
Iguatemi	R\$ 3.362,10
Cangaíba	R\$ 3.361,40
Brás	R\$ 3.332,92
Tremembé	R\$ 3.200,67
José Bonifácio	R\$ 3.186,77
São Lucas	R\$ 3.154,55
Cidade Ademar	R\$ 3.144,19
Jardim Helena	R\$ 3.130,89
Jardim São Luís	R\$ 3.115,08
Vila Curuçá	R\$ 3.092,73
Guaianases	R\$ 3.071,60
Sapopemba	R\$ 3.067,65
Pedreira	R\$ 3.065,07
Grajaú	R\$ 2.928,30
Anhangüera	R\$ 2.927,07
Jaraguá	R\$ 2.921,89
Vila Jacuí	R\$ 2.921,17
Marsilac	R\$ 2.881,56
Brasilândia	R\$ 2.866,37
Jardim Ângela	R\$ 2.813,27
Itaim Paulista	R\$ 2.790,62
São Rafael	R\$ 2.771,43
Cidade Tiradentes	R\$ 2.761,13
Parelheiros	R\$ 2.644,09
Perus	R\$ 2.642,91
Lajeado	R\$ 2.628,63

Média de São Paulo R\$ 4.718,33

Anexo 2 - Remuneração média mensal (em reais) do emprego formal, por distrito (grifo nosso)
 Fonte: Mapa da desigualdade, 2020.

DISTRITO	VALOR
Saúde	0
Vila Formosa	0,2
Anhangüera	0,3
Guaianases	0,3
Butantã	0,3
Moema	0,4
São Miguel	0,5
Campo Grande	0,5
Itaim Bibi	0,5
Grajaú	0,5
São Domingos	0,5
Vila Jacuí	0,5
Ermelino Matarazzo	0,6
Lajeado	0,6
Pirituba	0,6
Perus	0,6
Vila Leopoldina	0,6
Vila Mariana	0,6
Vila Matilde	0,6
Socorro	0,6
Cidade Dutra	0,6
Parelheiros	0,6
Vila Guilherme	0,6
Jardim Helena	0,7
Tucuruvi	0,7
Casa Verde	0,7
Jaraguá	0,7
Parque do Carmo	0,7
Itaim Paulista	0,7
São Mateus	0,7
Perdizes	0,7
Água Rasa	0,8

DISTRITO	VALOR
Belém	0,8
Pedreira	0,8
Iguatemi	0,8
Cidade Tiradentes	0,8
Vila Curuçá	0,8
Carrão	0,8
São Lucas	0,8
Freguesia do Ó	0,9
Raposo Tavares	0,9
Sacombá	0,9
José Bonifácio	0,9
Liberdade	0,9
Cangalba	0,9
Campo Limpo	0,9
Itaquera	0,9
Jaguara	0,9
Pari	0,9
Mandaqui	0,9
Aricanduva	1,0
Jaçanã	1,0
Capão Redondo	1,0
Jabaquara	1,0
Jardim São Luís	1,0
Sapopemba	1,1
Artur Alvim	1,1
Cidade Líder	1,1
Moóca	1,1
Campo Belo	1,1
Vila Prudente	1,1
Jardim Ângela	1,2
Ponte Rasa	1,2
Cidade Ademar	1,3

DISTRITO	VALOR
Cachoeirinha	1,3
Cursino	1,4
Tremembé	1,4
Jaguarié	1,5
Penha	1,5
Vila Andrade	1,5
Brasilândia	1,5
Vila Sônia	1,6
Santo Amaro	1,6
Vila Medeiros	1,6
Pinheiros	1,7
São Rafael	1,7
Limão	1,8
Tatuapé	1,8
Santana	1,9
Ipiranga	2,0
Bela Vista	2,1
Vila Maria	2,1
Rio Pequeno	2,2
Sé	3,5
Morumbi	4,1
Alto de Pinheiros	não aplicável
Barra Funda	não aplicável
Bom Retiro	não aplicável
Brás	não aplicável
Cambuci	não aplicável
Consolação	não aplicável
Jardim Paulista	não aplicável
Lapa	não aplicável
Marsilac	não aplicável
República	não aplicável
Santa Cecília	não aplicável

Média de São Paulo 0,95

Anexo 3 - Proporção (%) de alunos que abandonaram a escola no Ensino Fundamental da rede municipal (grifo nosso). Fonte: Mapa da desigualdade, 2020.

DISTRITO	VALOR
Jaguara	1,66
Sé	1,51
Butantã	1,48
Pinheiros	1,21
Bom Retiro	1,04
Jardim Paulista	0,99
Freguesia do Ó	0,86
Campo Limpo	0,84
Cidade Dutra	0,84
São Domingos	0,81
Vila Prudente	0,67
Campo Grande	0,66
Rio Pequeno	0,65
Barra Funda	0,63
Artur Alvim	0,59
Morumbi	0,57
Jaguare	0,55
Socorro	0,55
Ipiranga	0,54
Pari	0,53
Vila Guilherme	0,53
Vila Mariana	0,53
Cidade Líder	0,52
Jaçanã	0,52
Ermelino Matarazzo	0,51
Cambuci	0,50
São Lucas	0,49
Moema	0,45
Pedreira	0,44
Parque do Carmo	0,42
Itaim Bibi	0,41
Itaim Paulista	0,38

DISTRITO	VALOR
Jaraguá	0,38
Limão	0,38
São Rafael	0,38
Aricanduva	0,35
Vila Jacuí	0,34
República	0,33
Vila Curuçá	0,33
Vila Sônia	0,33
São Mateus	0,32
Vila Formosa	0,32
Iguatemi	0,27
Grajaú	0,26
Perdizes	0,26
Água Rasa	0,24
Anhangüera	0,24
Lajeado	0,23
Pirituba	0,23
Santa Cecília	0,23
Cangaíba	0,22
Brasilândia	0,21
Belém	0,20
Vila Matilde	0,19
Cidade Ademar	0,18
Guaianases	0,18
Santana	0,18
Vila Maria	0,18
Consolação	0,17
Vila Medeiros	0,16
Jardim Ângela	0,15
José Bonifácio	0,15
Itaquera	0,14
Jardim São Luís	0,14

DISTRITO	VALOR
Liberdade	0,14
Cidade Tiradentes	0,13
Jabaquara	0,13
Parelheiros	0,13
Santo Amaro	0,13
Carrão	0,12
Casa Verde	0,12
São Miguel	0,11
Capão Redondo	0,10
Tatuapé	0,10
Tucuruvi	0,10
Cursino	0,09
Cachoeirinha	0,07
Vila Andrade	0,06
Tremembé	0,05
Sacomã	0,04
Alto de Pinheiros	0
Bela Vista	0
Brás	0
Campo Belo	0
Jardim Helena	0
Lapa	0
Mandaqui	0
Marsilac	0
Moóca	0
Penha	0
Perus	0
Ponte Rasa	0
Raposo Tavares	0
Sapopemba	0
Saúde	0
Vila Leopoldina	0

Média de São Paulo 0,29

Anexo 4 - Número de equipamentos públicos municipais de esporte para cada dez mil habitantes, por distrito. (grifo nosso). Fonte: Mapa da desigualdade, 2020.

DISTRITO	VALOR
Santo Amaro	0,54
República	0,49
Lapa	0,30
Butantã	0,19
Vila Guilherme	0,18
Bela Vista	0,14
Freguesia do Ó	0,14
São Miguel	0,11
Vila Formosa	0,11
Cidade Tiradentes	0,09
Guaianases	0,09
Ipiranga	0,09
Penha	0,08
Vila Mariana	0,08
José Bonifácio	0,07
Parelheiros	0,07
Vila Curuçá	0,07
São Mateus	0,06
São Rafael	0,06
Tremembé	0,05
Campo Limpo	0,04
Itaim Paulista	0,04
Jabaquara	0,04
Grajaú	0,03
Jardim São Luís	0,03
Água Rasa	0
Alto de Pinheiros	0
Anhangüera	0
Aricanduva	0
Artur Alvim	0
Barra Funda	0
Belém	0

DISTRITO	VALOR
Bom Retiro	0
Brás	0
Brasilândia	0
Cachoeirinha	0
Cambuci	0
Campo Belo	0
Campo Grande	0
Cangaíba	0
Capão Redondo	0
Carrão	0
Casa Verde	0
Cidade Ademar	0
Cidade Dutra	0
Cidade Líder	0
Consolação	0
Cursino	0
Ermelino Matarazzo	0
Iguatemi	0
Itaim Bibi	0
Itaquera	0
Jaçanã	0
Jaguara	0
Jaguari	0
Jaraguá	0
Jardim Ângela	0
Jardim Helena	0
Jardim Paulista	0
Lajeado	0
Liberdade	0
Limão	0
Mandaqui	0
Marsilac	0

DISTRITO	VALOR
Moema	0
Moóca	0
Morumbi	0
Pari	0
Parque do Carmo	0
Pedreira	0
Perdizes	0
Perus	0
Pinheiros	0
Pirituba	0
Ponte Rasa	0
Raposo Tavares	0
Rio Pequeno	0
Sacomã	0
Santa Cecília	0
Santana	0
São Domingos	0
São Lucas	0
Sapopemba	0
Saúde	0
Sé	0
Socorro	0
Tatuapé	0
Tucuruvi	0
Vila Andrade	0
Vila Jacuí	0
Vila Leopoldina	0
Vila Maria	0
Vila Matilde	0
Vila Medeiros	0
Vila Prudente	0
Vila Sônia	0

Média de São Paulo 0,03

Anexo 5 - Proporção de centros culturais, espaços e casas de cultura (municipais e estaduais), para cada dez mil habitantes, por distrito (grifo nosso). Fonte: Mapa da desigualdade, 2020.

Anexo 6 - Link para acesso as gravações das entrevistas

<https://drive.google.com/drive/folders/1yoljBdjNGerQ7zJyCJ2y-S0ornjmWZgA?usp=sharing>

Anexo 7 - Entrevista concedida pela Sabesp, no dia 13 de janeiro de 2021, via Google Meet

Carlos Alexandre Trindade - Técnico do Departamento de Planejamento Integrado (MPI), da Diretoria Metropolitana da SABESP.

Felipe Caldeira - Técnico do Departamento de Planejamento Integrado (MPI), da Diretoria Metropolitana da SABESP.

Wesley: Qual a função que exercem e por que a companhia os designaram para a entrevista?

Carlos: Mais especificamente a função minha e do Felipe, ela está na célula de esgoto, então os projetos de esgoto que vão para o nosso departamento a gente trabalha, né? Então o Córrego Limpo, ele tem uma fundamentação muito grande na infraestrutura de esgoto, né? Isso a gente pode comentar um pouco mais para frente, né? A designação da empresa se dá em função do programa ele... a gestão dele, por parte da Sabesp, está dentro do Departamento de Planejamento Integrado, do qual nós trabalhamos, né? E aí, estamos nos prestando aqui para os esclarecimentos que vão compor o seu trabalho, tá bom?

Felipe: Só complementando, é... o Programa Córrego Limpo ele é relativo ao município de São Paulo, e, e, na... na administração da Sabesp, São Paulo é dividida por Unidades de Negócios. Tem aí a unidade Norte, a Sul, Leste, Oeste e a Centro. São unidades independentes, digamos assim. Como o Programa ele tá no município de São Paulo, acabou que a... não é liderança, é quem, quem normalmente administra o programa de maneira mais estratégica, ou de maneira mais consolidada, é esse departamento que a gente trabalha, o MPI, porque cada unidade vai responder só pela área delas, então precisava de uma unidade para concentrar todas as informações do Programa, né? Das cinco unidades, das cinco regiões de São Paulo. É, então, por isso que cai no MPI, é o MPI que consolida essas informações. Enfim, junta as informações de cada parte, e torna elas únicas para o programa. Por isso que eu e o Carlos, somos quem cuidamos do Programa nesse nível, no MPI. E por isso que a gente tá representando o Programa aqui hoje com você.

W.: Como se deu a origem do Programa Córrego Limpo?

C.: A origem, a data, é o ano de 2007. Esse Programa é uma parceria com a prefeitura. O objetivo com a criação do Programa era compatibilizar os projetos da prefeitura, com relação a urbanização, e a Sabesp ela entra com a infraestrutura e o conhecimento, né? Então... os projetos de habitação da prefeitura, etc., né? A Sabesp ela compatibiliza os projetos de esgoto e então com a parte de infraestrutura do saneamento, e a prefeitura entra com a urbanização. Essa é a parceria, né? Que é feita. E em função disso você consegue fazer a melhoria do córrego, né? Porque muitas das ações elas visam fazer a remoção de moradias que ficam nas margens de córregos, que lançam o esgoto diretamente nos córregos, então com todas essas ações de infraestrutura de urbanização, você contabiliza esses projetos e faz a melhoria do córrego, né? Esse é o objetivo do Programa Córrego Limpo. Ele... ele a partir de 2016, teve... houve uma mudança. Na verdade, houve uma melhoria, porque o Programa Córrego Limpo passou a fazer parte do contrato com o programa da Sabesp com a prefeitura, né? Ele antes era só um convênio, um acordo, né? E passou a entrar até da Sabesp com a prefeitura 2016, né?

W.: Quais números o Programa pretende alcançar e quais ele já realizou? Em quanto tempo?

C.: Então, de 2007 até 2020 nós ampliamos a conclusão de 155 córregos, nós temos uma meta de até 2022, de atingirmos 161, isso é o que nós temos no planejamento. O planejamento ele é feito bianualmente, de dois em dois anos. Ele é feito através de um comitê técnico, que tem representantes da Sabesp, onde são avaliados os córregos que estão com projeto em andamento pra que a gente possa integrá-los dentro do programa, né?

W.: Como ocorre a escolha de um córrego para a aplicação do Programa Córrego Limpo?

C.: É dentro do próprio comitê, né? Nas reuniões que elas fazem parte com a prefeitura. Vão compatibilizar os projetos que estão em andamento, com as obras da Sabesp, os projetos que a prefeitura tem de urbanização, e aí o córrego ele entra como um córrego em encaminhamento para ser despoluído. O Programa Córrego Limpo, é importante comentar, ele tem um apoio muito grande de um outro programa, que é o Tietê, o Programa Tietê, ele vem com um investimento de infraestrutura de esgoto de grandes obras, né? Obras de interceptores, coletores troncos. Que dão um potencial para o Córrego Limpo, ele entre em determinada área, porque o Córrego Limpo ele faz um trabalho posterior a essas obras, que seria a identificação de imóveis que precisam ser conectados na rede de esgotos, algumas interligações ou novas redes, de menores diâmetros, que fazem um complemento a rede do Programa Tietê. Então nesse caso a gente já tem uma área que está sendo drenada para

tratamento, aí o Córrego Limpo ele faz um trabalho depois de complementação, cria infraestrutura menores de esgoto, é... também ele pode ser apoiado por outros programas, como é o caso do Se Liga na Rede, que é um programa que ele é aplicado em área de vulnerabilidade social, onde você faz ligação internas, né? Dos imóveis, ligando ele as redes. Ele conta com apoio de outros programas, pra que ele, pra que possa fazer essa infraestrutura em alguns bairros, principalmente os bairros com maior vulnerabilidade social, que precisam fazer regularização de ligação de esgoto. Como é o exemplo do Programa Novo Rio Pinheiros, também em andamento, que ele também traz grandes infraestruturas, e após a conclusão das obras, a intenção é que o Programa Córrego Limpo passe a fazer o monitoramento, o acompanhamento desses córregos, a gente analisa a qualidade da água desses córregos toda a infraestrutura que foi feita da prefeitura e da Sabesp. E uma outra condição importante que a gente tem no programa, é uma parceria com a sociedade. A gente chama até de tripé, a prefeitura, a Sabesp e a sociedade. A sociedade, ela faz um trabalho muito importante com relação a cuidar do córrego. Que estão, digamos assim, diretamente direcionados as condições do córrego, e nos ajudam tanto na monitoria, quanto na parte de conscientização, né? A gente conta com a sociedade para nos dar segurança na qualidade final do trabalho, e também na manutenção do trabalho.

W.: Em relação ao Córrego M'Boi Mirim, qual foi o processo para a sua escolha, e como ele foi realizado?

C.: A escolha do parque M'Boi Mirim, ele tem um peso grande em função do próprio parque, né? O córrego que passa dentro de um parque, você tem o benefício aí para a população de você ter a qualidade de uma água dentro de um parque, né? É um passo importante numa escolha de uma área, de um córrego, né? Para entrar dentro de um programa. Ele foi feito com o investimento de aproximadamente um milhão, com rede de esgotos, né? Então, com toda a infraestrutura de redes, de ligações que são feitas pela Sabesp. E aí, é aquilo que eu falei, ele é monitorado, né? Para complementar a questão anterior, né? É feito mensalmente o acompanhamento, após as obras, da análise de Demanda Química de Oxigênio, um dos parâmetros da análise de qualidade.

[Após uma falha na conexão, Carlos retoma e dá continuidade a resposta]

Há também o trabalho de zeladoria, que é feito em conjunto com a prefeitura e a sociedade. A zeladoria é a manutenção, né? Do córrego, né? Para manter a qualidade do córrego, né?

W.: Essa zeladoria é feita somente pelos funcionários do parque ou a Sabesp também colabora com o envio de alguns dos seus funcionários?

C.: A Sabesp, o trabalho dela é na infraestrutura na linha de esgoto, né? Então se identificado se tem alguma irregularidade na qualidade da água, a Sabesp faz todas as inspeções da rede de esgoto, tenta identificar onde pode ser algum vazamento, ou uma ligação clandestina que é feita, ou uma rede que pode obstruir, aí pode tá dando um extravasamento, né? Que a água pode ir para uma galeria. Esse trabalho é feito pela Sabesp, né? A gente faz uma correção quando identifica, né? E por parte da Prefeitura, mais essa questão de poda de mato, manter o controle de margem de córrego, né? Controle também de invasão, né? Quando se tem habitações, que vão se organizando nas margens dos córregos, né? Também essa parte fica com a prefeitura. E com a sociedade é do porte de conscientização, educação ambiental, né? Então é feito identificação de algumas lideranças nas comunidades, e junto com as lideranças a gente tenta traçar alguns trabalhos para resolver determinados problemas que possuem estar acontecendo. Vamos dar um exemplo, um ponto viciado de lixo, né? A gente tem bastante na cidade. Então as vezes é isso. A gente trabalha com melhoria daquele... faz a limpeza, faz uma revitalização daquele ponto, né? Faz uma conscientização, depois tenta manter um vínculo da sociedade pra manter a qualidade do ambiente, né? Então esse é mais ou menos um exemplo do que é manter um trabalho junto com a sociedade. A gente tem até um nome, é uma metodologia, né? Que a Sabesp desenvolveu, Governança Colaborativa, feita em conjunto: Sabesp, prefeitura e sociedade.

A intenção da Governança Colaborativa é que após ser tomado um trabalho de requalificação de um córrego, por exemplo, depois a gente conta com o apoio da sociedade, com a comunidade local, para fazer a preservação, né? Do ambiente daquele córrego, evitando que você tenha depois os impactos de uma cidade no córrego, né? O lixo, né? Enfim... Aí são inúmeros problemas que a gente consegue depois de uma oficina de educação ambiental, contato/reunião com as lideranças, né? Buscando sempre é identificar os problemas e resolvê-los, né?

W.: Onde encontra informações sobre a aplicação da Governança Colaborativa, especificamente no Córrego do Parque M'Boi Mirim?

C.: Então, no parque M'Boi Mirim, nós não estamos com a Governança Colaborativa, é algo que precisa ser certificado no local, mas realmente a gente não tem lá a governança colaborativa.

W.: Por quê?

C.: Infelizmente o porquê eu não vou saber te responder, mas se for o caso a gente pode marcar um outro dia para conversar especificamente sobre isso daí [sobre a Governança Colaborativa].

W.: Quais informações a companhia tem sobre a atual situação do córrego do parque M'Boi Mirim?

C.: O monitoramento que a gente faz mensalmente. Nós temos uma meta que é estipulado aí no programa. A média mais ou menos dos resultados de DBO [Demanda Bioquímica de Oxigênio] estão em 10 mg/l. A meta que a gente tem, é manter a baixo de 30 mg/l, né? Então a gente considera aí um córrego dentro da meta de qualidade do Programa.

W.: A pandemia de Covid-19 proporcionou alguma alteração na realização do Programa?

C.: Olha, não tem alterações do Programa de uma forma, assim, de gerenciamento de progresso. O que a gente faz é essa atuação de agentes comunitários, nas comunidades, muitos trabalhos foram feitos pela Sabesp, não especificamente do Programa Córrego Limpo, né? Mas por ações socioambientais, dentro da empresa, né? Que não responde diretamente... não é vinculado ao programa, mas teve doação de caixas d'águas, entregas de materiais de limpeza, né? Trabalhos voluntariados da Sabesp, mas são ações de uma forma geral de apoio ao combate da pandemia. Mas pelo programa, assim, institucionalmente não teve nenhuma adequação em função da Covid-19, né?

F.: A única coisa que rolou durante a pandemia foi bem no começo, nos primeiros meses de pandemia. É... teve umas... algumas... alguns córregos tiveram dificuldade de coleta, né? Até pra evitar sair, evitar se aglomerar, né? Porque precisa da equipe, enfim, se deslocar, e tava todo mundo trabalhando de home-office. Até então, então não sei se é o caso do M'Boi Mirim, acho que não, tiveram alguns meses sem monitoramento, sem coleta. Mas enfim, isso continuou influenciando na meta, né? No indicador dos córregos. E onde tem Governança Colaborativa também, acredito que pararam de fazer os mutirões, todas atividades que aglomerava o pessoal, né? Atividade social, de mutirão, de limpeza, ou de reunião entre os moradores do entorno do córrego. Isso também na época de pandemia foi, obviamente, foi paralisado para não expor ninguém ao risco.

C.: É... qualquer atividade que tendesse a aglomerar pessoas, elas não foram realizadas.

W.: O Carlos, durante a sua fala, comentou sobre a participação dos comitês. Gostaria de saber sobre a atuação da população. Ela pode fazer o requerimento para a aplicação do Programa diretamente a Sabesp, ou deve buscar órgão representante para intermediar essa solicitação?

F.: A gente recebe alguns pedidos, né? Principalmente pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que é o Portal de Transparência, que a pessoa... normalmente a gente recebe questionamentos: “ah, por que o córrego tal não está no Programa Córrego Limpo?”; ou perguntando: “como eu faço para o Programa... para o córrego que passa aqui no meu bairro ser despoluído?”, entrar pro programa, né? Então a gente recebe esse tipo de coisa, porém, o planejamento, a decisão de qual córrego entra ou não, tem uma série de fatores técnicos e planejamento entre Sabesp e prefeitura, né? Então o Programa ele não chega e sai quebrando toda rua e colocando coletor e conectando tudo que tem pela frente, porque ele precisa da infraestrutura maior, da infraestrutura básica, enfim. Dentre outros programas, né? Então não é só... não é uma eleição, vamos pegar esse, esse e esse córrego. A prefeitura tem as áreas de prioridades dela, de habitação, porque muitos córregos tem ocupação irregular, tem moradias, né? Gente morando e as vezes precisa ser removida. Então, acaba que nesses comitês, a Sabesp... com a malha, a rede de infraestrutura concluída e em planejamento, o que a gente sabe que tá sendo executado, e a prefeitura com as prioridades dela, a gente tenta entrar em um consenso e saber quais córregos atendem tanto aos critérios de saneamento e os critérios de habitação de urbanização da prefeitura que podem entrar para o programa nessa data. Então o comitê é importante, porque é ele que vai definir quais córregos são possíveis de serem despoluídos nesse momento, a curto prazo, já que o planejamento de programa é de dois em dois anos, é bianual. Então assim, se tem um córrego que precisa de interceptor para ser concluído, isso vai levar um tempo a mais, então tem essas questões técnicas. A população sugere, obviamente, né? Mas eu acho que a prefeitura leva muito da... nesse caso é uma dica, né? Seria, né? Normalmente nos comitês a prefeitura leva muito mais esse anseio da população, talvez pela política, ou por eles ouvirem muita reclamação, né? Enfim, As vezes o pessoal consegue reclamar mais na prefeitura do que na Sabesp, eles acabam... acho que eles conseguem levar isso nas reuniões, né? Na Sabesp é por meio desse SIC, mesmo, desses pedidos de informação, normalmente chegam pra gente, né Carlos?

C.: É, o canal direto da população para se informar sobre o Córrego Limpo é o SIC mesmo. Os comitês, eles não permitem as redes da sociedade civil. Isso não é feito. Caso como, sei lá, dá um exemplo de comitê de bacia hidrográfica, não, ele não tem, assim, essa característica. Por ser um programa que tem um planejamento para integrar as áreas da prefeitura e da Sabesp, tem a representação dos dois entes. A prefeitura, eles quem designam os representantes da prefeitura, e a Sabesp, a gente costuma designar os representantes que fazem parte das engenharias, né? Que tem o conhecimento do projeto

que estão tramitando, esses são os representantes da Sabesp nos comitês... discutir os prazos dessas ações de forma a compatibilizar o acordo entre Sabesp e prefeitura.

W.: Atualmente o projeto está em execução em algum lugar de São Paulo?

F.: Ele está em execução em todos os lugares. As coletas voltaram ao normal. Principalmente nesses córregos que já estão entregues. Como o Carlos citou, a competência da Sabesp é fazer o monitoramento da qualidade da água, enquanto a prefeitura cuida da zeladoria, de poda, de manutenção da margem... a Sabesp tá cuidando da parte do saneamento, da infraestrutura de saneamento, se não tá tendo vazamento ou obstrução e a qualidade da água. É continuar fazendo o monitoramento disso, né? A princípio, o monitoramento em alguns locais de mais dificuldade, que as vezes precisava de mais gente pra poder fazer a coleta, algum local de difícil acesso. Em alguns locais no início, foi suspenso, mas isso aí o pessoal já arrumou um jeito, e já normalizaram as coletas. Então hoje o programa segue normal, todos os córregos estão sendo monitorados mensalmente. Só a parte social, como o Carlos falou, a gente precisa apurar melhor, porque a gente não cuida dessa parte de Governança Colaborativa, é uma outra célula do departamento que tem essa função. Mas acredito que, de acordo com as diretrizes da empresa, não tá tendo nenhuma aglomeração, nenhum evento social, né? Isso provavelmente, não deve estar paralisado, mas eles dever estar fazendo reuniões virtuais com os líderes comunitários ou alguma coisa do tipo. Mas não afeta o programa em nada, o programa... todos os córregos continuam sendo monitorados pela Sabesp, e havendo algum córrego que tenha algum índice, alguma piora, algum indicativo de aumento de poluição, a Sabesp vai e toma as providencias para resolver essa pendência na infraestrutura e voltar a ter os índices de qualidade boa do córrego.

W.: Esse monitoramento é feito em parceria com a SOS Mata Atlântica?

F.: Eu desconheço. Carlos, você sabe dizer?

C.: Não, o que eu conheço da SOS Mata Atlântica, acho, é um projeto que eles têm, né? De monitoramento, acho que é “Observando Rios”, alguma coisa assim.

F.: Pode ser que eles tenham alguma relação, mas assim, da parte da Sabesp, ela faz o monitoramento independente. Pode ser que tenham a parceria com outros programas, que façam monitoramento até em mais pontos, ou em outros córregos. Mas todos os 161 córregos que estão, ou despoluídos ou em andamento, né? Como o Carlos falou, que já tem córregos planejados, a meta é atingir 161. Todos eles são monitorados independentemente, pela Sabesp, na foz que é o ponto mais a jusante que a gente consegue monitorar, de forma independente. As amostras são enviadas para laboratório e esses dados são enviados para

gente. Pode ser que algum outro programa use esses dados, ou monitore também os mesmos córregos, né? Enfim. De parceria. Mas o Programa corre de forma independente.

W.: Para encerrar a entrevista, vocês gostariam de fazer mais algum comentário a respeito do Programa, que julgam ser importante ser mencionado no trabalho?

C.: Acho que o que eu posso dizer é que o Programa Córrego Limpo, ele tem uma tendência de continuidade. Não é um programa que tem início, meio e fim. Ele é um programa contínuo, né? Enquanto perdura aí a parceria, né? Prefeitura-Sabesp, o programa tá em andamento. Independentemente de qualquer interferência que tenham ocorrido. Houve orientações, né? Então, as obras que a Sabesp faz, não tem aglomeração nenhuma, né? Continuar o que houve de alteração nesse sentido, foi realmente só a questão de cuidados, né? De segurança com relação a transmissão de doença. Mas os funcionários, todos, estão utilizando sempre as proteções de mascaras, né? Os EPI's, né? Eles usam luvas.

Quanto ao Programa ele tem uma tendência de tá sempre ampliado, né? Então cada vez mais entra um córrego a mais. Então daqueles que já são monitorados, entram outros córregos, né? Ele cresce, ao modo que cada vez mais ganha novas dimensões. Como é o exemplo do próprio programa no Rio Pinheiros, que após as conclusões dessas obras é o Programa Córrego Limpo que passa a fazer o monitoramento, o acompanhamento desses córregos que, afluentes do Programa Novo Rio Pinheiros, afluentes da Bacia do Pinheiros, acabam entrando dentro do Programa Córrego Limpo. É o caso que acontece também com do Projeto Tietê, né? Por causa das obras de infraestrutura, que melhora a qualidade, o saneamento, mais o Projeto Córrego Limpo, ele vai nessas áreas e faz ações complementares. É um projeto que está crescendo, né? Ele está se reinventando e essa é a necessidade. Quer complementar mais alguma coisa Felipe?

F.: Não, não, acho que é isso mesmo. A ideia é essa Wesley. As metas, o ideal, é tudo ser universalizado, é ter coleta e tratamento de esgoto em todas as ruas de São Paulo. É o objetivo, é a meta da Sabesp, até principalmente no município de São Paulo. Tem as metas contratuais, tem, enfim. Tem o novo marco do Saneamento, que também propõe uma universalização de saneamento, né? Tem os prazos, que se eu não me engano é até 2033? Então, com isso, todos os córregos (risos) deveriam ser despoluídos, né? Claro que tem as dificuldades, os impedimentos legais e técnicos, mas... o Programa Córrego Limpo, que o Carlos falou, ele é complementar, então com a infraestrutura de saneamento evoluindo, por diversos programas pelo Tietê, pelo Pinheiros, enfim, pelo Programa Metropolitano de Esgoto. O Córrego Limpo vai identificar os locais onde os complementos podem ser feitos e a despoluição dos córregos pode ser concluída, né? E o que ele vai fazer de diferente é

continuar monitorando essa água, todo mês, mais de perto. Então é isso, a ideia é que o programa cresça e continue cada vez mais puxando esses córregos em áreas novas despoluídas, e a prefeitura também entrando com a parte dela de parques, de urbanização, seja lá o que for.

Anexo 8 - Entrevista concedida pela Sabesp, no dia 8 de fevereiro de 2021, via e-mail.

Carlos Alexandre Trindade - Técnico do Departamento de Planejamento Integrado (MPI), da Diretoria Metropolitana da SABESP.

Wesley: Em qual modelo foi inspirado para desenvolver o método de Governança Colaborativa? E por quê?

Resposta: A Diretoria Metropolitana da Sabesp – M iniciou, há 25 anos, o Programa de Participação Comunitário - PPC, com dois objetivos principais: constituir elo com a população, principalmente das extensas periferias da Metrópole; e efetivar a participação social na solução das questões de saneamento e ambiente. Entre essas questões, merece especial atenção a elevação da qualidade das águas dos rios e córregos da Região Metropolitana, visando à melhoria do ambiente urbano e de vida da população. Em 2007, a M criou o Programa Córrego Limpo que tem por finalidade a despoluição de córregos da capital, a partir de ações cooperativas envolvendo a Sabesp, a Prefeitura e as comunidades moradoras das bacias hidrográficas beneficiadas pelo Programa. Ainda com o objetivo de melhorar e modernizar a nossa gestão, introduzimos em período compreendido entre os anos de 2009 e 2010, a metodologia de Governança Colaborativa na prática do PPC. O objetivo foi estruturar a participação da sociedade, apostando em ações coletivas que incorporem os atores envolvidos nos processos de decisão em suas regiões. Em 2019, a metodologia da Governança Colaborativa foi revisada novamente que teve como resultado uma edição atualizada do Manual Orientador para o Uso da Metodologia da Governança Colaborativa na M, para orientar as práticas de participação social em programas, projetos e ações da Companhia, cujos resultados e a desejada sustentabilidade dependem do envolvimento de comunidades, organizações e empresas.

W.: Durante a entrevista realizada com os técnicos do MPI/Sabesp, foi mencionado que o córrego do Parque M'Boi Mirim não recebe o método de Governança Colaborativa. Tendo em vista que a realização do Programa Córrego Limpo (PCL) prevê a atuação da tríade (prefeitura, Sabesp e população). Qual o motivo do método não ter sido aplicado?

R.: A Governança Colaborativa não foi ainda implantada no córrego do Parque M'Boi Mirim pela necessidade de engajamento das pessoas residentes do entorno do córrego aos métodos de parceria previstos no Programa Córrego Limpo. O processo de criação e fortalecimento da Governança Colaborativa local depende do empoderamento de lideranças comunitárias, que interagem coletivamente junto com as partes interessadas, num processo de mobilização de ações socioambientais e de envolvimento em sua comunidade. A percepção da população sobre a importância da preservação do córrego é fundamental para o sucesso da Governança Colaborativa local com o Programa.

W.: Há perspectiva do córrego receber a Governança Colaborativa?

R.: O córrego do Parque M'Boi Mirim, assim como os demais córregos do Programa que ainda não foram construídas a relação de parceria com a comunidade, tem perspectiva de receber a Governança Colaborativa. Não tem como se prever quando ou como se constroem esse vínculo de parceria, pois depende da sensibilização e do interesse da comunidade para a estruturação de grupos engajados com propósitos coletivos na solução de problemas afetos à saúde, segurança e qualidade de vida na comunidade. O contexto das regiões de cada córrego são diversos e a diversidade social, econômica e ambiental variam de acordo com o perfil das comunidades, a forma como elas se organizam, as condições ambientais dos córregos, entre outros fatores. A presença do chamado “poder paralelo” em alguns lugares requer atenção à segurança dos agentes públicos e às possibilidades de interlocução com a população local, bem como de implantação e consolidação das ações e dos projetos.

W.: Quais os impactos da aplicação do PCL com e sem a realização da Governança Colaborativa?

R.: O principal impacto da Governança Colaborativa ao Programa Córrego Limpo é a parceria da população compactuando como atores participativos do processo. Complementam às intervenções estruturais de saneamento pela Sabesp e urbanismo pela Prefeitura de São Paulo, as ações de conscientização e envolvimento da população residente nas bacias dos córregos. A Governança Colaborativa contribui para o estabelecimento de relações de confiança e compromissos com lideranças locais, potencializando os resultados do trabalho de preservação dos córregos despoluídos. Alguns exemplos de projetos desenvolvidos com a comunidade são revitalização da paisagem das margens dos córregos e praças, combate aos pontos viciados de lixo nas ruas, sensibilização e conservação com pinturas de muros e plantio de floreiras, e através de atividades educativas com escolas e palestras. Os principais impactos ao PCL sem a Governança Colaborativa potencializam a perda de qualidade ambiental dos córregos, devido às

dificuldades de zeladoria nos córregos, por hábitos indesejáveis de descartes irregulares de lixo nos córregos, mato alto e erosão nas margens dos córregos, assoreamento dos leitos dos córregos, poluição das águas com despejos clandestinos de esgotos, acúmulo de entulhos na rua, aumento das incidências de doenças de veiculação hídrica, etc.

W. Além da Governança Colaborativa, existe outra alternativa de introduzir a população ao PCL?

R: Sim. Qualquer ação socioambiental introduzida pela população que resulte em melhoria da qualidade ambiental dos córregos, desde uma ação isolada ou cooperação de projetos com ONGs, empresas privadas ou órgãos públicos, ou seja todas compartilham os benefícios ao Programa Córrego Limpo.

W.: Existe e é possível ter acesso a ata do planejamento do comitê para a realização do programa no local?

R.: Os planejamentos do comitê no Programa Córrego Limpo não dispõem informações da realização no local (córrego do Parque M'Boi Mirim), pois as principais realizações locais do Programa são executadas diariamente pela Sabesp e Prefeitura através das seguintes responsabilidades:

Responsabilidades da Sabesp: Implantação e manutenção com obras estruturais nos sistemas públicos de esgotos; Diagnóstico e regularização de lançamentos clandestinos de esgotos em galerias pluviais e corpos hídricos; Monitoramento da qualidade de água dos córregos despoluídos pelo Programa; Conscientização ambiental da população local; e demais ações cujo objetivo é melhorar as condições ambientais no entorno dos córregos.

Responsabilidades da Prefeitura: Manutenção e limpeza de galerias de águas pluviais e bocas de lobo; Limpeza dos leitos e das margens dos córregos como poda de vegetação e remoção de lixo e entulho; Contenção de margens e encostas dos córregos; Reurbanização de favelas nas proximidades dos fundos de vales e remoção de imóveis situados nas faixas ribeirinhas; e implantação e manutenção de parques lineares.

W.: Como posso ter acesso ao histórico dos resultados qualitativos do córrego em questão?

R.: Informamos no quadro a seguir os resultados qualitativos do córrego do Parque M'Boi Mirim, monitorados mensalmente através da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO_{5,20}) em miligramas por litro.

Mês/ Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2017	5	26	5	5	5	5	5	10	10	10	10	10
2018	10	10	10	10	11	10	10	10	10	11	10	10
2019	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2020	10	10	10	10	10	8	10	12	10	12	10	13
2021	15	11	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota-1: Período de inclusão do córrego ao Programa Córrego Limpo: janeiro de 2017.

Nota-2: As análises de 2021 foram complementadas através do relatório de monitoramento disponível em:

<http://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/asabesp_doctos/monitoramento_corregos.pdf>

Anexo 9 - Na tentativa de obter informações sobre a atuação direta da Sabesp sobre o córrego do Parque M'Boi Mirim. A Companhia, por meio da Assessoria de Imprensa, emitiu a seguinte nota:

A Sabesp informa que o Parque M'Boi Mirim está localizado no Jardim Solange, região do Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, e apresenta características urbanísticas semelhantes a bairros localizados em áreas de periferia, com taxas de crescimento vegetativo superiores ao crescimento médio da Região Metropolitana de São Paulo, segundo Censo IBGE 2010.

A área possui alto adensamento populacional, com ocupações de baixa renda e muitos imóveis irregulares. Este alto crescimento vegetativo se deu, em grande parte, de forma desordenada e irregular segundo a legislação ambiental, conforme as Leis de proteção e recuperação dos mananciais - Lei Específica da Guarapiranga nº12.233/06, bem como a legislação de Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo.

A área regularizada na região é atendida com rede coletora de esgoto da Sabesp que, através de sistema de estações elevatórias, transporta os esgotos para tratamento na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) de Barueri.

Na área interna do Parque M' Boi Mirim há rede coletora que recebe o esgoto de imóveis regulares localizados acima do parque e transporta-o até a EEE (Estação Elevatória de Esgoto) Parque do Lago para envio para tratamento na ETE Barueri.

O principal núcleo com ocupações irregulares próximo ao Parque M' Boi Mirim era o Jd. Solange. Por meio da realização de obras de redes de esgotos e ligações domiciliares foi possível fazer a regularização destes imóveis que lançavam os efluentes clandestinamente em galerias de água pluviais e até mesmo a céu aberto, desaguando na área interna do Parque M' Boi Mirim, influenciando negativamente a qualidade da água do lago no local.

Por meio do Programa Córrego Limpo, as ruas Afeganistão, Peloponeso, Varreirinha e da Estrada do M' Boi Mirim, que estão mais próximas à nascente do lago do Parque, foram atendidas com infraestrutura de esgoto, além de ter sido realizado trabalho social para conscientização da população local para o uso correto das redes.

Após a conclusão das obras a Sabesp, iniciou-se o monitoramento periódico da qualidade da água do córrego, a fim acompanhar a eficácia do processo de despoluição do curso d'água.

Participa das vistorias, sempre que possível, um representante da administração do Parque M' Boi Mirim, a fim de fortalecer a parceria para conservação e preservação das nascentes do Parque M'Boi Mirim.

Foram realizados testes em amostras da água do lago constatando que a DBO (demanda bioquímica de oxigênio), que era de 192 mg/L em 2015, após a conclusão das obras passou a apresentar valores abaixo de 20 mg/L. Mensalmente a Sabesp realiza análises pelo laboratório da Companhia que é creditado pelo padrão ISO, o que atesta a credibilidade dos índices aferidos. (Nota emitida em 17 de agosto de 2021)

Anexo 10 - Entrevista concedida pela atual administradora do parque M'Boi Mirim, Juliana, e sua antecessora, Pauliana, no dia 13 de janeiro de 2021, via Google Meet. Complementado posteriormente pelo assistente administrativo Alexandre, no dia 25 de março de 2021.

Wesley: Qual o perfil dos visitantes do parque?

Juliana: Então, é mais idoso e pessoas que vem pra corrida, né? Caminhada.

Alexandre: Econômico eu não vou poder dizer, mas pela região que nós moramos, não é? É D, não é? Eu considero D. Agora em termos de faixa etária nós temos desde criança até a melhor idade.

W.: Moradores da região?

J.: Sim, sim.

W.: Qual a média de visitas que o parque recebe?

A.: Acho que o parque tá em média aqui, pelo menos uns... em média uns 300, 350 usuários por dia.

W.: Como é a relação do parque com vizinhança?

Pauliana: Na época da minha administração, de 2017 a 2019, tínhamos parcerias com CEJAM, SUVIS, escolas e grupo diversos, com danças, lutas orientais, artesanato etc. Para inclusão dos moradores do entorno nessas atividades gratuitas e voluntárias. Além da

participação destes em oficinas e projetos relacionados a educação ambiental oferecidos pelos estagiários juntamente com as parcerias. O público era bastante participativo, principalmente as crianças por conta da realização de trilhas monitoradas oferecidas.

A.: Maravilhosa.

W.: Até mesmo com o pessoal da ocupação Vila Nova Palestina?

A.: Até mesmo.

W.: Não houve nenhum episódio de conflito?

A.: Nenhuma. Durante todo esse período que eu estou aqui. Até porque a Palestina está aí desde 2013, né? Se houve alguma coisa, deve ter sido no início, né? Mas por anos é tranquilo.

W.: Em períodos normais, fora da pandemia, eles costumam usufruir do parque?

A.: Usufruem.

W.: De onde partiu a iniciativa de realizar o Programa Córrego Limpo (PCL) no parque?

P.: Antes da minha administração o lago do parque recebia bastante esgoto. Provavelmente a administradora da época solicitou a Sabesp que fizesse uma vistoria para resolução do problema, pode ser que a partir disso o programa iniciou o monitoramento da qualidade da água.

A.: Cara, quando eu cheguei aqui já existia. Eu cheguei aqui bem no início, não, 2016, é, 2016. Quando eu cheguei já estava havendo a obra da Sabesp aqui dentro. Então eu não posso lhe dizer como que surgiu ele, porque quando eu cheguei já existia.

W.: Lembra como era essa obra? O que eles estavam realizando?

A.: Eles estavam fazendo a captação do esgoto, né? Da entrada do parque. Tava realizando a captação do esgoto do lado direito, né? Então quem entra, do lado direito a Sabesp estava fazendo a captação de esgoto da parte do fundo do parque, pra... como posso dizer? Para a tubulação dela. Então ela fez uma parte aí em 2016. 2016, acho que durou até 2017.

W.: O senhor disse que eles estavam na margem direita. E a margem esquerda não foi atendida?

A.: Na época não. Foi atendido o ano passado. Foi solicitado mais uma continuação da obra, feita no ano passado. 2019/2020, é isso mesmo.

W.: Com a realização dessas obras, toda a margem que recebia esgoto foi solucionada ou não, o córrego ainda continua recebendo esgoto?

A.: Não, não.

W.: Ainda está recebendo?

A.: Está recebendo ainda. Mas eu acredito que é por causa do... da chegada de mais moradores, construção que tá havendo ao fundo do parque, né? Porque logo quando terminou de fazer a segunda etapa da obra, a gente tinha aí pelo menos 90% [do esgoto] do córrego sendo captado. E aí, depois de uns 6 meses, voltou a ocorrer.

W.: A prefeitura e a Sabesp têm noção dessa ocorrência? Quais ações devem ser tomadas?

A.: As ações da Sabesp... Na verdade a secretaria tá até tomando conta disso, né? Eu tive uma visita deles aqui, no mês passado [abril de 2021], então eu pontuei o que está acontecendo, que a Sabesp precisa vim solucionar, porque a questão desse esgoto agora não é muito grande. O córrego está bem mais limpo do que se tinha antes, o lago está captando menos esgoto, bem menos mesmo. E agora está faltando só a Sabesp determinar o que ela vai fazer e como ela vai fazer, entendeu? Mas o ponto agora é bem... é menos crítico do que quando começou. Porque na verdade tivemos duas ações muito grandes aqui, duas obras gigantescas dentro do parque pra ser captado esse esgoto.

W.: A prefeitura também teve participação nesta limpeza?

A.: Teve e vai ter, acho que provavelmente daqui uns 60 dias teremos novamente.

W.: Quanto tempo o Programa Córrego Limpo foi realizado?

P.: A data exata de quando iniciou só a Sabesp pode informar. Acho que a atual administração tem o contato da Sabesp e eles podem nos ajudar com essa questão de quanto tempo eles estão acompanhando a qualidade da água do córrego.

W.: Após a realização do PCL, quais os impactos foram percebidos?

P.: Só uma coisa me incomodava na época da minha administração, que era o seguinte, a presença daquelas ocupações irregulares, tanto bem no fundo do parque, antes do lago, como a palestina, né? que fica ali na avenida. O que é que acontece? Geralmente essas ocupações, tipo, não tem rede de esgoto, né? Então as vezes tem foça, fica a céu aberto, aí chove, aí a água escoar, passa ali pelas valetas, né? E tem uma escada hidráulica enorme no parque, então esse esgoto sempre descia por essa escada hidráulica, percorria um pedacinho do córrego, chegava no lago. E aí, após o Lago, quando se anda um pouco mais para dentro das trilhas, né? Tem como se fosse uma queda d'água, que eu chamava de cachoeira, só que não é bem uma cachoeira, é uma queda d'água, aí tem uns cascalhos, aí a água vai, segue o percurso, que é o córrego e lá na frente que a Sabesp fazia a análise da água, ou seja, tinham pontos de esgotos, né? Antes do lago, que se acumulava no lago, que era filtrado pelos cascalhos desta queda d'água, para depois eles fazerem essa análise, ou seja, a água sempre iria estar boa, né? Então eu sempre ficava com essa queixa, né? Por que não faz essa análise então ali onde o esgoto cai? Porque eles iriam ver ali, tipo, daquele ponto,

que precisavam fazer o tratamento desde aquele ponto, e não bem na frente, onde a água estava praticamente boa, sabe?

A.: A isso... o maior impacto que a gente tem, que eu tenho [percebido] é a questão do lago, por quê? Porque depois da despoluição do lago, nós tivemos a presença da fauna presente, né? As aves principalmente, elas vêm mais pro parque, né? Nós temos aves aqui que não vinham nesse período, e hoje, depois da limpeza, da despoluição, a gente tá percebendo que vem outras aves já coletar os peixes do lago.

W.: O parque realiza algum trabalho de conscientização ambiental relacionados ao Programa Córrego Limpo?

P.: Na minha época a gente fazia bastante. Eu tinha uns estagiários muito bons. Primeiro veio a Bruna e depois veio o Bruno. Eles faziam oficinas e projetos. Pegavam temas relacionados com a água, sabe? Tipo mata ciliar, lençol freático, potabilidade da água, vários temas. E ofereciam esse trabalho para a comunidade de uma forma bem fácil para eles compreenderem. Era muito bacana nessa época, e o pessoal adorava. Fora isso a gente tinha uma parceria com a SOS Mata Atlântica, que a gente fazia a análise da água mensalmente, né? Eles nos disponibilizavam o kit para ver a questão da turbidez, a acidez da água, DBO, enfim. A gente via vários parâmetros, né? Tipo dessa qualidade e a gente alimentava o sistema da SOS. Era muito bacana, tinha vários córregos que estão cadastrados nesses programas deles. Muito bom. E a gente fazia isso em conjunto com a comunidade, pois eles acompanhavam essas análises, né? Então, não sei se hoje ainda tem essa parceria com a SOS, mas na época era muito bom.

A.: Neste momento, por causa da pandemia, não, né? Mas o parque sempre teve essa atividade através dos estagiários, né? Nós estamos sem estagiários já há um ano, por causa da pandemia, mas sempre teve.

W.: Mas isso se atribui ao Programa Córrego Limpo?

A.: Por parte do parque.

W.: Mas associado ao Programa ou não?

A.: A eu não posso dizer...

W.: É mais por parte do parque?

A.: É mais uma iniciativa do parque mesmo, viu?

W.: Como se dá a manutenção do córrego?

J.: Então, a gente tinha uma manutenção da Sabesp antes da pandemia. Só que aí, para ser sincera com você, eles vêm bem pouco, vêm uma vez por mês, mais ou menos. Antes da

pandemia eles vinham umas duas, três vezes por mês, agora vêm uma vez ou outra, as vezes nem vêm.

A.: Pelo menos uma vez ao ano.

W.: E isso é o suficiente?

A.: Não está sendo no momento, pela questão do esgoto vindo, né? Mas depois que resolver essa questão com a Sabesp aí vai ser o suficiente.

W.: A limpeza é feita somente no lago ou também no córrego?

J.: Eles dão uma passada. Passeiam no parque todinho. Veem as galerias

W.: A qualidade do córrego é monitorada?

J.: Era. Antigamente pela SOS Mata Atlântica, hoje em dia...

W.: Nem pelos agentes da Sabesp?

J.: Acredito que sim, quando eles fazem essa visita, eles fazem essa situação.

A.: É monitorada pela Sabesp.

W.: Tempos atrás, pela SOS Mata Atlântica?

A.: Eu não estou lembrado da [SOS] Mata Atlântica. Mas eu tenho aqui só pela Sabesp mesmo. Pode ser que a [SOS] Mata Atlântica fez durante um período, eu acho que num período... isso, num período até 2019 a [SOS] Mata Atlântica também fazia.

W.: Então sobre a Sabesp que o senhor tem conhecimento. Onde eles realizam essa coleta?

A.: Onde eles capitam a água?

W.: Isso.

A.: No extremo do parque, né? E na entrada do parque. Vou dar referências assim para você conhecer, né? Porque aqui atrás nós temos a passagem do córrego, então eles capitam aqui e capitam lá no fundo.

W.: O senhor sabe se as condições da água são diferentes?

A.: São diferentes.

W.: Lá [ponto extremo do parque], recebe os efluentes e aqui [próximo à entrada] tem...

A.: Isso, e aqui ela já está bem mais limpa.

W.: A população, por iniciativa própria, pode realizar trabalhos de conscientização ambiental?

J.: Sim.

A.: Pode.

W.: Como ela pode fazer isso, qual o procedimento?

A.: Pode. pode. Via secretaria, né? Primeiro é apresentar lá o projeto deles, na secretaria; a secretaria envia pra cá; eles vêm aqui; conversa com a gente, explica pra gente o que eles vão fazer; e a gente acompanha e dá a assistência que eles precisarem da gente.

W.: Então eles têm essa liberdade, não é?

A.: Tem!

W.: Mas eles tomam essa iniciativa?

A.: Cara, depois dessa mudança de 2020 aí, as coisas tudo se esfriou, mas tem muita gente que participa assim, que vem, procura a gente, dão ideias. O parque é bem aberto para a comunidade e a comunidade também... eles têm uma preocupação sim com o parque.

J.: É... a Paula tinha um trabalho legal, né? Eu não consegui dá continuidade porque o que acontece, como eu entrei quase na pandemia, então eu estou crua com relação a isso. Mas pode fazer trabalho no lago, né? A gente fazia, aí como se diz o nome...

Então, a gente tinha a SOS Mata Atlântica que o pessoal vinha. Eu consegui dá continuidade por alguns meses, depois parou, né? Por causa da pandemia. Mas chamava grupo de pessoas, de crianças pra fazer isso. A gente usava o estagiário para estar fazendo isso.

W.: Com a sua chegada reduziu o número de estagiários, não vieram, o que ocorreu?

J.: Sim, sim reduziu.

W.: Por quê?

J.: Porque eu estava na contratação com eles, só que não tiveram mais interesse, não quiseram mais vir.

W.: Os estagiários partem da SVMA?

J.: Não. São estudantes que buscam interesses. Vão até a SVMA, a gente fala. Ou até mesmo vêm até aqui ao parque, a gente fala... e mostra o interesse.

W.: Durante a pesquisa eu encontrei algumas atas disponíveis no site da secretaria, das reuniões em parques, feitas com a presença dos moradores. Vi que tinha somente os registros da gestão da Pauliana, certo? E nesses registros, as primeiras reuniões contavam com a presença de umas 7 pessoas e com o passar do tempo foi reduzindo esse quórum, até chegar ao ponto de que constavam nas atas que as reuniões não foram realizadas por falta de quórum. Por que isso se justifica?

J.: Eu acho que o pessoal... eu não sei te informar, mais ou menos. Eu acho que é muita falta de informação de interesse pelo parque. O pessoal vem mais pela caminha e corrida, eles não têm muito interesse, sabe? Porque não tem uma atividade que entretenha as pessoas aqui, entendeu?

A.: O parque tem uma peculiaridade, né? Ele não é um parque como a maioria dos parques de São Paulo que você tem muito atrativo. Aqui é um parque totalmente pra caminhada, pra exercício, né? Então, nós temos 3 parques próximos aqui. Que tem muito mais atrativos, né? Tem quadras, tem campo, tem vários playgrounds, né? Então isso também foge... esse público do nosso, foge um pouco para esses parques, né? Nós temos um parque aqui no Fundão que tem até piscina, né? Então a família em sim acaba indo pra lá que tem mais, tem mais diversões para as crianças, para a família em completo. Aqui não, aqui nós temos um período na parte da manhã, onde eles vêm fazer a caminha, vem fazer as corridas, é o básico deste parque; e temos um público menor, que vem também de tarde, vem para andar na trilha, sabe? Descansar dentro do parque, então essas são as diferenças. Nós temos o ecológico aqui, que é um parque gigantesco; nós temos o parque do funcionário público, que é esse que tem piscina; então dispersa um pouco o público daqui, mas eu não acho que seja tão baixo assim não, eu acho que seja só esse motivo mesmo. Aqui é um parque para você refletir. Ele é gostoso demais para você vir passar uma tarde aqui, uma manhã aqui, não tem muito barulho.

W.: Por que ele é qualificado como contemplativo?

J.: Porque ele é mais mata fechada, algumas árvores nativas, né? Então a gente tem que ter um cuidado com elas, né? Tem bastante fauna e flora aqui, então é perigoso fazer algumas atividades que possa danificar, não é?

W.: Há registros de problemas que aconteceram aqui no parque, como por exemplo, incêndios?

J.: Sim, sim. A gente teve um ano passado. Só não sei te informar mais ou menos [de quando foi a data], mas acho que foi em março. Que acabou vindo lá pra cima. Eles colocaram fogo lá atrás do muro e acabou pegando lá. Os vigilantes apagaram.

Ele [o vigilante] usou folhas secas. Ele tem o trabalho, né? Porque ele era... ele trabalhou em parques naturais, né? Então ele já conhece como que funciona.

W.: Esse incêndio ocorreu por limpeza de pasto? Lixo?

J.: Não, o pessoal colocou mesmo. Lixo. É depois do muro. Você viu já? Lá em cima? Um murão bem grandão? Então. Ele alastrou o fogo. Matou até algumas espécies de árvores que a gente tinha no parque.

Anexo 11 - Entrevista concedida pelo senhor Moraes, no dia 05 de abril de 2021

Wesley: Qual a relação histórica do senhor e da sua família com a região?

Sr. Moraes: A minha família é muito antiga na região. É uma das fundadoras dessa região. Do M'Boi Mirim e a titulação de propriedade que hoje é o parque, ela vem da minha família.

W.: Quando e como se deu a criação do parque M'Boi Mirim?

Sr.M.: O parque ele foi feito uma compensação ambiental. A pessoa que comprou da minha família, tá? Fez um loteamento na Chácara Flora. Que é a família Esteves, Joaquim José Esteves. E para legalizar esse loteamento lá na Chácara Flora, que é uma área de 85 mil metros, ele fez uma compensação ambiental doando o parque ao município.

W.: Em que ano?

Sr.M.: 2008.

W.: Como se dá a relação atual entre o senhor e a administração do parque?

Sr.M.: Muito boa.

W.: Qual relação o senhor mantém com o parque?

Sr.M.: Olha, a minha briga maior em relação para que se defenda o parque é a questão do esgoto. Tá? Isso foi uma briga que eu comprei ela em 2009, fazendo uma denúncia a ouvidoria do Governo do Estado. Aí foi instaurado um procedimento administrativo na Secretaria do Meio Ambiente; Foi instaurado inquérito civil público no MP [Ministério Público]; foi instaurado Inquerido Policial, para se apurar a responsabilidade de quem fazia a poluição; foi instaurado também o Procedimento Administrativo na CETESB em relação a Sabesp. Foi feito algumas coisas, melhorou em algumas coisas. Foi refeita a tubulação de esgoto, que era uma tubulação de esgoto arcaica, né? Bem antiga, que foi feita em 1988, que era aqueles tubos de barro, de cerâmica. E em 2015 foi trocado, 2015/2016, foi trocado pelos tubos maiores de PVC, e foi colocado algumas válvulas de contenção porque a questão de poluição no córrego, que hoje não é ainda um córrego limpo é por questão de uma ocupação irregular, foi feita em cima da cabeceira do córrego, que hoje é uma favela, que despeja todo o seu esgoto no córrego, que passa por dentro da minha propriedade, que cai no lago do parque, que se desagua na represa. A questão de Córrego Limpo não se afeta só, não se atinge só a Sabesp, ao município também, que não faz a parte dele. Que seria a urbanização da favela, para que possa a Sabesp entrar e fazer a captação de todo o esgoto, que não foi feito, foi feito parte, porque a Sabesp não consegue entrar onde tem uma favela. Porque as casas foram construídas desordenadamente, né?

Ou seja, a Sabesp até tentou fazer a parte dela, tá? Por imposição de uma MP, que foi cobrado a MP a Sabesp acabou fazendo uma parte. Só que chegou um momento que tinha que entrar o município pra urbanização que existe deste [19]92, que não se dá não sei porquê. Essa é a questão. E enquanto não se der isso, não podemos dizer que é um córrego limpo.

W.: O senhor tem o conhecimento de quando a Sabesp passou a realizar essas ações usando o nome do Programa Córrego Limpo?

Sr.M.: Se eu não me engano foi entre os anos de 2010/2011. Porque eu recebi a resposta do MP, aliás, não foi nem do MP, foi uma resposta que eu não tive tempo de separar. Na verdade, a Sabesp diz que essa área, que é uma pequena área de 12 mil metros, que é a favela, ela tá inserida naquele projeto Vida Nova, se eu não me engano, Projeto de Vida Nova, tal, de urbanização Vida Nova. Que seria removida algumas casas, tal. Mandado pra conjuntos da prefeitura, para que pudesse ser feito a captação 100% do esgoto, coisa que até hoje não aconteceu, tá? Era programado o início dessas obras em 2012. Em 2012 era para começar as obras para urbanizar essa favela. E até hoje não se deu.

W.: Quem solicitou a aplicação do Programa Córrego Limpo no Local?

Sr.M.: Partiu de mim.

W.: O programa gerou algum impacto percebido pelo senhor após a aplicação, teve alguma melhora?

Sr.M.: Olha, eles colocaram umas válvulas, onde pode captar o esgoto. Porque o que acontece, é uma favela, e o pessoal de favela, infelizmente eles não ajudam muito. Parece que eles gostam de viver na sujeira. E quando chove, desce de tudo: geladeira, fogão, armário, lixo. Por que essas válvulas? Poque se descer tudo isso e for para a rede de esgoto existente, vai entupir. Então essas válvulas quando desce um pouco a mais de lixo, elas fecham e volta a despejar no córrego que vai pro parque novamente. Passado isso, vem uma equipe da Sabesp limpar as válvulas, tá? Periodicamente, pra poder evitar que esse esgoto vá para o parque, entendeu?

Foi uma medida paliativa que a Sabesp achou, porque, entra naquilo, a prefeitura tem que fazer a parte dela e não faz, parece que a nossa prefeitura de uns anos pra cá, tá mais preocupada em fazer a favela do que o saneamento básico, porque o saneamento básico não dá voto, favela dá. Vamos rasgar logo aqui, para falar logo a verdade, né?

Jogar um tubo no meio do barro e enterrar ele, a pessoas esquece, agora favela. Isso aí é um curral eleitoral, vamos dizer assim, né? Então o político tem medo de mexer.

W.: O que ainda precisa ser feito para que o córrego atinja boas condições?

Sr.M.: Urbanizar a favela.

W.: Por parte dos moradores da favela, o senhor não tem conhecimento se eles não atuam de forma a reivindicar melhores condições de saneamento?

Sr.M.: São pessoas muito simples, são pessoas muito humildes, não tem... E vou falar uma coisa para você: mexer com o poder público é muito difícil. Porque o poder público lamentavelmente é pago pelos nossos impostos e se põe como dono da situação. Eles não gostam de serem cobrados. Cobram bem a gente, mas quando eles são cobrados, eles procuram reverter a situação pra cima de quem está cobrando, ou seja, eles se acham donos da situação. O mundo está assim, exatamente por essas questões, tá? O político só lembra da sociedade e do seu munícipe, na véspera da eleição, passou disso, você já não vê mais. Essa é a realidade nossa hoje, por isso nossa país está na m... né? Na situação que está. Entendeu?

Anexo 12- Informações coletadas com o público local.

Há quanto tempo mora/trabalha na região?	Total	%
Até 2 anos:	9	12%
até 5 anos:	3	4%
5 anos ou mais:	65	84%
Você frequenta o parque?	Total	%
Sim:	56	73%
Não:	21	27%
Há quanto tempo?	Total	%
Primeira visita:	4	5%
Até 1 ano:	17	22%
Até 5 anos:	27	35%
Há 8 anos (desde a inauguração em 2012):	8	10%
Não visita:	21	27%
Conhece o córrego/lago presente no parque?	Total	%
Sim:	68	88%
Não:	9	12%
Qual situação julga que o córrego se encontra? (68 entrevistados)	Total	%
Limpo:	2	3%
Sujo:	61	90%
Não sabe:	5	7%
Sabe se ocorreu alguma obra para recuperá-lo? (68 entrevistados)	Total	%
Sim:	7	10%
Não:	61	90%
Em 2017 ocorreu o Programa Córrego Limpo. Uma iniciativa que compreende a Sabesp, prefeitura e população, visando recuperar as boas condições do córrego e consequentemente do lago. Você notou ou chegou a ouvir algum comentário sobre melhorias decorrentes deste Programa?	Total	%
Sim:	7	9%
Não:	70	91%
O que acha que é preciso para torna-lo limpo?	Total	%
Não sabe:	12	16%
Conhece algum projeto do parque que convida a população a preservar ou melhorar as condições ambientais do córrego/lago?	Total	%
Sim:	6	8%
Não:	71	92%
Acha que a população se preocupa com a questão ambiental?	Total	%
Sim:	13	17%
Não:	63	82%
Não sabe:	1	1%
Como mudar isso, ou seja, como atrair a atenção da população para a questão ambiental?	Total	%
Não sabe:	1	1%

Wesley: Em 2017 ocorreu o Programa Córrego Limpo. Uma iniciativa que compreende a Sabesp, prefeitura e população, visando recuperar as boas condições do córrego e consequentemente do lago. Você notou ou chegou a ouvir algum comentário sobre melhorias decorrentes deste Programa?

Respostas: Sim

W.: Quais?

R.: Qualidade da água mais transparente, redução do mau odor e do lixo, crescimento da vegetação e a presença de animais como peixes e aves

W.: O que acha que é preciso para torna-lo limpo?

R.: Ampliar, monitorar e reparar a rede coletora de esgoto; descartar o lixo em local apropriado; maior atenção dos órgãos responsáveis (Prefeitura/Sabesp/Administração do parque); criação e execução de programas de despoluição e educação ambiental que envolvam a população; implantação de uma pequena Estação de Tratamento de Esgoto (ETE); Maior iniciativa por parte de população; canalizar a sujeira que vem da rua e permitir que apenas a água limpa corra para o córrego.

W.: Conhece algum projeto do parque que convida a população a preservar ou melhorar as condições ambientais do córrego/lago?

R.: Placas informativas que lembram o visitante de zelar pelas condições do parque descartando o lixo no local apropriado; reuniões do conselho gestor, e mutirão de limpeza.

W.: Acha que a população se preocupa com a questão ambiental?

R.: Não

W.: Por quê?

R.: Falta de instrução, de engajamento, falta de tempo. Todas as pessoas aqui trabalham, pegam 4 horas de trânsito para ir, 4 horas para voltar. Então ninguém vai ter tempo de pensar [nas causas ambientais], né? Então é assim, não é um descaso que a população faz. Eu acredito que teria grupos ou pessoas que gostariam de fazer algo, Mas por tempo, disponibilidade ou dinheiro, enfim, né? Não consegue.

Outras respostas para a questão: não há interesse; não tem instrução, nem incentivos ou projetos; há quem questione, mas não aja para reverter a situação; outras preocupações; pensamento individualista e isento das obrigações ecológicas; não há divulgação

W.: Como mudar isso, ou seja, como atrair a atenção da população para a questão ambiental?

R.: Desenvolver programas de conscientização e educação ambiental; promoção de trabalhos coletivos; distribuição de lixeiras e placas informativas; campanhas de divul-

gação em mídias sociais; apresentar os problemas aos órgãos responsáveis, que devem incentivar as iniciativas já existentes e apoiar a criação de novas; e a concessão à iniciativa privada.